

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

INGRID MATZEMBACHER STOCKER TAFFARELLO

A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do
Município de Várzea Paulista

São Paulo

2015

INGRID MATZEMBACHER STOCKER TAFFARELLO

A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do
Município de Várzea Paulista

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Ciências do Programa de Pós-Graduação
em Mudança Social e Participação Política

Versão corrigida contendo as alterações
solicitadas pela comissão julgadora em 13 de
abril de 2015. A versão original encontra-se
em acervo reservado na Biblioteca da
EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e
Dissertações da USP (BDTD), de acordo com
a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de
2011.

Área de Concentração: Mudança Social e
Participação Política

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soraia Ansara

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Taffarello, Ingrid Matzembacher Stocker

A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do Município de Várzea Paulista / Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello ; orientadora, Soraia Ansara. – São Paulo, 2015
157 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2015
Versão corrigida

1. Assistência social. 2. Assistência social - Várzea Paulista (SP).
3. Centro de Referência de Assistência Social (Várzea Paulista, SP).
4. Política social - Várzea Paulista (SP). 5. Assistência à família - Várzea Paulista (SP). 6. Economia solidária. I. Ansara, Soraia, orient.
II. Título

CDD 22.ed. – 361.3

Nome: TAFFARELLO, Ingrid Matzembacher Stocker.

Título: **A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do Município de Várzea Paulista.**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu marido, companheiro de luta, por sua dedicação e incansável apoio.

Aos nossos filhos, Luara e Raul, que tanto me inspiram e ensinam.

A minha querida enteada Sofia, pelo privilégio de sua companhia.

A todos que ainda se indignam e lutam por seus direitos.

A todos que provavelmente não lerão esta pesquisa, mas que, mesmo oprimidos, se negam a desistir da vida.

Agradecimentos

Agradeço à professora Dr^a Soraia Ansara, pelos aprendizados científicos e pelos aprendizados relativos à vida que tanto me inspiraram.

Agradeço ao meu marido, por nunca me deixar desistir. Por cada dia que passa me incentivar a tornar-me mais próxima de quem sou.

Agradeço aos meus pais, que até hoje me ensinam, por todo o amor e paciência que me dedicaram. Especialmente à minha mãe pelo amor e cuidados dedicados à Luara.

Agradeço aos meus sogros, segundos pais, pelo carinho e apoio constantes.

Agradeço às minhas cunhadas Lígia e Luciana por me auxiliarem com as leituras e correções.

Agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho da área da assistência social, Rosângela, Josenita, Ivani e Wagner, profissionais que muito me ensinaram e que me inspiram até hoje. Saibam que carrego comigo tais aprendizados independente do lugar ou área em que desenvolvo meu trabalho.

Agradeço ao colega e amigo Ramon, que auxiliou no desenvolvimento do grupo focal.

Agradeço ao meu irmão Igor e a minha cunhada Luciana, pelo tempo dedicado às crianças enquanto eu trabalhava - minha infinita consideração.

Agradeço à Telma e à Neide que, sem perceberem, foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço às profissionais da área da assistência social do Município de Várzea Paulista que dispenderam seu tempo e sua experiência para contribuir com esta pesquisa.

Agradeço às artesãs, mulheres de luta, participantes das oficinas de Economia Solidária do Município de Várzea Paulista. Ao aprendizado que me proporcionaram, sou muito grata.

“O nome da gente é uma coisa, eu sei também que é uma coisa importante, mas é bom também ser divulgado pra saberem que existe uma Rizioneide por aí”. (Rizioneide, moradora de Várzea Paulista, mãe, artesã).

RESUMO

TAFFARELLO, I. M. S. **A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do Município de Várzea Paulista**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O Sistema de Proteção Social brasileiro logrou um avanço desde a Constituição Federal de 1988, desafiando os paradigmas enraizados até então do conceito de pobreza e de ações assistencialistas configuradas sob a lógica da tutela, do clientelismo e da urgência, fornecendo bases para as ações socioassistenciais no país. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem buscado consolidar a importância da proteção social, enquanto política de direito na defesa, garantia e promoção de suas ações na abrangência do território nacional. Os serviços de proteção social básica possuem como objetivo fundamental a prevenção às situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de ações psicossociais que atuam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Tendo em conta tal realidade, este projeto visa identificar os limites e possibilidades das práticas psicossociais comunitárias desenvolvidas nos CRAS do Município de Várzea Paulista, a partir de uma análise crítica, sob o referencial teórico-metodológico da psicologia política, acerca das intervenções destinadas às famílias atendidas no campo da Assistência Social. Vale ressaltar que esta pesquisa teve como norte analisar as especificidades produzidas por Várzea Paulista que, entre os anos de 2008 a 2012, fundamentou suas ações buscando promover a educação popular e a participação política, através da implantação de ferramentas como o Orçamento Participativo e os Conselhos Municipais. A fim de propiciar uma inclusão produtiva das famílias acompanhadas pelos CRAS, introduziu-se a metodologia da Economia Solidária, como estratégia de superação das situações de vulnerabilidades. Por meio de uma pesquisa de campo realizada nos CRAS do Município de Várzea Paulista, procuramos investigar se as práticas comunitárias contribuem ou não para o desenvolvimento de processos de autonomia e participação política das famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Para tanto, realizamos uma entrevista exploratória com a Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, que nos forneceu dados sobre os trabalhos desenvolvidos, ajudando-nos a caracterizar as ações de Proteção Social Básica. Realizamos também entrevistas semiestruturadas com profissionais que participaram das ações dos CRAS durante o período em estudo, além de um grupo focal com alunas das oficinas, a fim de garantir o olhar sob a perspectiva de participantes das ações promovidas pela Economia Solidária. O grupo focal propiciou discussões a respeito de temas como: CRAS, participação, autonomia e fortalecimento comunitário. Utilizamos a análise de discurso para respaldar-nos teórico-metodologicamente, tendo em vista identificar os sentidos produzidos nas entrevistas e no grupo, analisando os dilemas, tensões e desdobramentos das práticas psicossociais comunitárias nos CRAS. Em seus discursos as participantes, apontaram algumas contribuições que, segundo elas, propiciaram uma melhora na qualidade de suas vidas. Dentre estas contribuições destacamos: novos aprendizados técnicos, aprendizados referente à comercialização, ampliação na sociabilização e o envolvimento com novas atividades anteriormente restritas ao ambiente doméstico. Contudo, percebemos que estas práticas ainda focam em estratégias de inserção no

mundo do trabalho, reforçando uma perspectiva neoliberal e mantenedora do *status quo*. Além disso, analisamos que tais práticas não propiciaram a ampliação de um envolvimento comunitário e político, que segundo Martin-Baró (1998) e Montero (2004, 2006) são fundamentais para ações que se dizem fortalecedoras e emancipadoras, a fim de romper com estruturas fatalistas e excludentes.

Palavras-chave: CRAS. Práticas psicossociais comunitárias. Fortalecimento comunitário. Participação política.

ABSTRACT

Taffarello, I.M.S. **The construction of strengthening and political participation by CRAS in Várzea Paulista city.** 2015. 162 f. Dissertation (Master) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The Brazilian Social Protection System achieved advancement since the Federal Constitution of 1988, challenging the so far entrenched concept of poverty and assistentialist actions configured under the logic of tutelage, clientelism and urgency, and providing new bases for the social assistance projects in the country. The Ministry of Social Development and Hunger Alleviation (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) has sought to consolidate the importance of social protection, as legal policy in the defense, security and promotion of its actions on the range of the national territory. The basic social protection services have as main objective to prevent situations of personal and social risk through the development of psychosocial activities that work on strengthening of both family and community ties, actions developed by the Reference Center of Social Assistance (CRAS). Due to this reality, this project aims to promote a reflection on the limits and possibilities of the community psychosocial practices developed at the CRAS of Várzea Paulista city, from a critical analysis, under the theoretical and methodological referencial of the political psychology, about interventions to families under the supervision of Social Services Bureau. It is worth mentioning that this research is focused in analyzing the particularities produced in Várzea Paulista between the years 2008-2012, particularly on the actions that have sought to promote popular education and political participation, through the implementation of tools such as Participatory Budget and municipal councils. In order to enable a productive inclusion of CRAS's monitored families, it was introduced the methodology of the Solidarity Economy as a strategy to overcome the situations of vulnerability. In this context, we conducted an exploratory interview with the Manager of the Social Development Bureau, which provided us data about the projects developed, helping us to characterize the actions of Basic Social Protection. Likewise, semi-structured qualitative interviews were conducted with professionals who participated in the CRAS's actions during that period, besides focus groups with the workshop's students, in order to ensure the look under the perspective of participants in the actions promoted by the Solidarity Economy. The focus group led discussions on topics such as: the CRAS itself and the community participation, its autonomy and empowerment. In this context, the discourse analysis was used in order to achieve a theoretical and methodological foundation, seeking to identify the meanings produced in the interviews and in the groups, analyzing the dilemmas, tensions and consequences of Community psychosocial practices developed at the CRAS. Therefore, some contributions were raised by the participants and, in their points of view, they have provided a better quality of their lives. Among these contributions we emphasize: new technical learnings, knowledge-acquiring processes on the products commercialization, expansion in the socialization and engagement with new activities previously restricted to the domestic environment. However, analysing from a dialectical perspective, we notice that these practices still focus on the strategies of integration into the labor market, reinforcing a neoliberal perspective and maintaining

the status quo. Furthermore, we analyzed that such practices did not promote the expansion of a community and political involvement, which according to Martin-Baró (1998) and Montero (2004, 2006) are fundamental to actions that are said to be empowering and emancipatory in order to break with fatalistic and excluding structures.

Keywords: CRAS. Community psychosocial practices. Community empowerment. Political participation.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

CADÚNICO – Cadastro Único.

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social.

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família.

PBF – Programa Bolsa Família.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

PSB – Proteção Social Básica.

PSE – Proteção Social Especial.

PTR – Programa de Transferência de Renda.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	14
2- POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	28
2.1- Os Direitos Sociais e as Políticas Sociais no Brasil.....	29
2.2- Assistência Social e Proteção Social Básica: a Implantação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.....	39
2.3- As Políticas Sociais e as Práticas <i>Familistas</i>	43
2.4- Considerações sobre os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS de Várzea Paulista.....	55
2.5- A Economia Solidária e as Práticas Psicossociais Comunitárias dos CRAS: uma Perspectiva do Município de Várzea Paulista.....	61
3- IDENTIFICANDO AS LACUNAS ENTRE O IDEALIZADO E O CONCRETIZADO: UM ITINERÁRIO DAS PESQUISAS SOBRE O CRAS.....	71
3.1- Análise dos Processos Psicossociais desenvolvidos no CRAS.....	76
3.1.1- CRAS: possibilidades de empoderamento?.....	80
3.1.2- CRAS e as Práticas Socioeducativas.....	83
3.2 - Algumas Apreciações.....	88
4- FATALISMO, CONSCIENTIZAÇÃO E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	90
5- PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	102
6- SOBRE O COTIDIANO NOS CRAS: OS SENTIDOS PRODUZIDOS EM RELATOS DE PROFISSIONAIS E DE PARTICIPANTES DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS.....	109
6.1 – As práticas comunitárias e as percepções do grupo de participantes.....	119
6.1.1- Direito versus Favoritismo e Ajuda: percepções dos sujeitos.....	123
6.1.2 - O discurso pela perspectiva do oprimido.....	126
6.1.3 - Os trabalhos em grupo como possibilidade de sociabilização.....	129
6.1.4 - Inserção no Mercado de Trabalho: única saída para a superação das vulnerabilidades?.....	131
6.1.5 - Estratégias para a superação de vulnerabilidades: a força de vontade como mola propulsora de transformação?.....	136

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES.....	155

1 - INTRODUÇÃO

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem buscado implementar e consolidar a importância da proteção social, enquanto política de direito na defesa, garantia e promoção de suas ações na abrangência do território nacional, representando um avanço significativo no desenvolvimento das políticas sociais do país nos últimos anos. Desta forma, a política de proteção social objetiva a institucionalização e o reconhecimento de um sistema que legitime as demandas sociais pela ampliação e promoção do protagonismo das famílias e indivíduos usuários de seus serviços. Neste sentido, emerge uma concepção de proteção social que representa uma compreensão e legitimação de que a política de assistência social é um dever do Estado e, em contrapartida, um direito do cidadão.

Ao analisarmos a evolução da proteção social no Brasil, mais especificamente no âmbito da política da assistência social, percebe-se que ela surge atrelada à caridade, com ações voltadas a uma parcela da população desprovida de seus direitos sociais. Neste contexto, ela se configura sob a lógica da tutela, do favor e do clientelismo, fornecendo a base para o desenvolvimento das ações assistenciais no país. Observa-se então que, ao longo deste período, a proteção social assume um caráter de urgência, de bondade, de pessoalismo, de ações que representam a segmentação, focalização e culpabilização do indivíduo pelo Estado, ao invés de representar a garantia e a promoção do acesso aos direitos sociais ou a responsabilidade do Estado pelo bem-estar dos cidadãos.

O surgimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), aprovado pela Resolução 145, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 15 de outubro de 2004, foi um marco referencial na tentativa de consolidar os princípios evocados pelo artigo 4 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sua implementação visa, essencialmente, a universalização dos direitos sociais, tendo como princípio a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, por meio da igualdade de direitos no acesso aos serviços socioassistenciais. Tal princípio se efetiva sem prescindir do respeito, da dignidade, da autonomia e dos direitos de acesso a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária dos indivíduos e famílias atendidos, por meio da divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais e dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão¹.

¹ Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) são princípios; “I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a

As referências organizacionais do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) estão amparadas em três eixos, a saber: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. A vigilância social se expressa pela produção, sistematização de informações e índices territorializados acerca da apreensão das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social de famílias e indivíduos em suas múltiplas esferas da vida. A proteção social deve proporcionar segurança de sobrevivência ou rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar bem como segurança de acolhida a famílias e indivíduos, por meio de um conjunto integrado de ações e serviços de baixa, média e alta complexidade. A defesa social e institucional se configura na garantia de acesso aos direitos socioassistenciais e sua defesa, de modo que sua operacionalização atue na concretização dos direitos de atendimento digno e de qualidade, respeitando o protagonismo dos usuários dos serviços, priorizando as suas formas de convivência familiar, comunitária e social.

O processo de gestão do SUAS rege-se a partir das seguintes bases organizacionais e operacionais:

[...] a matricialidade familiar, territorialização, proteção pró-ativa, integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas. Para melhor efetivação das ações, o SUAS divide-se em níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade (YAMOMOTO; OLIVEIRA, 2010, p.18).

Os serviços de *proteção social básica* possuem como objetivo fundamental a prevenção contra as situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de ações que atuem no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como outros serviços socioassistenciais de proteção básica, destinados a famílias e indivíduos em seu contexto familiar, comunitário e social, potencializando a família como unidade de referência. Os serviços de *proteção social especial de média complexidade* se expressam por meio de um conjunto integrado de ações técnico-operacionais de atenção especializada e individualizada de acompanhamento sistemático e monitorado, serviços esses prestados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), destinados a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os serviços de *proteção social especial de alta complexidade* se configuram como aqueles de prestação integral –

fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.”

moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – destinados a famílias e indivíduos que perderam seus vínculos familiares e/ou comunitários ou se encontram em situação de ameaça familiar, social e comunitária, cuja prestação ocorre em abrigos de caráter institucional.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) configuram-se como unidades estatais que associam suas intervenções promovidas pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), por meio de acompanhamento psicossocial das famílias participantes do Programa Bolsa Família e dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), buscando propiciar, a partir do cumprimento de condicionalidades² nos campos da saúde, da educação e da assistência social, condições de autonomia aos indivíduos e a suas famílias, potencializando-os para um rompimento com o ciclo de vulnerabilidade social. Compreende-se ainda a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (2009, p.6), que o PAIF deve desenvolver:

[...] ações com famílias que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. (BRASIL, 2009, p.6)

Assim sendo, o CRAS:

[...] é uma unidade de Assistência Social, responsável por prestar um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social. Deve, portanto, ter [...] como base territorial comunidades, regiões, bairros, onde há maior concentração de famílias nessas condições (BRASIL, 2009, p.7).

Nesta perspectiva, a política de proteção social básica fundamenta-se essencialmente em dois princípios: o da matricialidade sociofamiliar e o da territorialidade.

A matricialidade sociofamiliar, ou seja, a centralidade da família no desenvolvimento das relações de socialização de seus membros, na esfera da formulação e execução da política

² As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público, buscando garantir aos beneficiários do programa acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social. Neste aspecto, os compromissos assumidos no campo da educação são: “matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola; garantir a frequência escolar de pelo menos 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos.” Os compromissos relacionados à saúde são para os pais ou responsáveis pelas crianças menores de 7 anos que devem: “levá-las para tomar as vacinas recomendadas, pesar, medir e fazer exames frequentemente.” Também existem as condicionalidades específicas a gestantes ou mães que amamentam, estas devem: “participar do pré-natal e ir às consultas na unidade de saúde; continuar o acompanhamento da mãe e do bebê, após o parto; participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento e alimentação saudável.” Em relação a famílias que possuem “crianças e adolescentes em risco de trabalho infantil, os pais ou responsáveis devem: garantir a frequência mensal mínima de 85% das crianças e adolescentes de até 16 anos, nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); participar das atividades ofertadas pelo CRAS e pelo CREAS, quando houver a existência destes centros na cidade.”(BRASIL, 2009).

de assistência social, respalda-se por ações psicossociais desenvolvidas pelo PAIF, que tem como foco trabalhar as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências da família e da comunidade, a fim de contribuir com um processo coletivo de autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, estreitando dessa forma uma relação dialética entre ambas. A centralidade da família está estritamente amparada no pressuposto de que a própria família deve criar condições de autonomia, respeito e dignidade de seus membros. Para tanto é imprescindível o fortalecimento, a defesa, a proteção e a promoção de seus vínculos familiares e comunitários, por meio do reconhecimento e satisfação de suas necessidades e demandas sociais.

Assim, a família é compreendida como “mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (BRASIL, 2004, p.35).

Observamos que ao centrar o foco das intervenções psicossociais na família, busca-se superar o olhar fragmentado de culpabilização e de responsabilização do indivíduo em romper com as situações de vulnerabilidades aos quais está submetido. Contudo, cabe-nos ponderar que, ao transferir este foco do indivíduo para as famílias, passa-se a compreendê-la enquanto “[...] núcleo determinante das vulnerabilidades, ou ainda como um espaço resolutivo das demandas sociais, recaindo e reproduzindo sobre a mesma a lógica de responsabilização e sobrecarga”. (NERY, 2009, p.127).

Neste aspecto, consideramos necessário analisar os recursos teórico-metodológicos utilizados para respaldar a Política de Assistência Social e as práticas psicossociais a ela referendadas, uma vez que a família configura-se como um dos elementos que compõem as complexas e diversificadas possibilidades em se compreenderem as relações sociais.

Nery (2009, p.127) pondera que embora a matricialidade sociofamiliar represente uma dimensão significativa a ser considerada na prática cotidiana e profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a família é uma instituição do âmbito privado, que por si só não abarca o conjunto das relações sociais ou não nos desafia a ampliar a compreensão para os determinantes relacionados ao espaço público.

Ao discutir a política social e sua construção, Miotto (2000) caracteriza a presença de uma tradição *familista*, a qual compreende, no âmbito da política social, a existência de dois caminhos concebidos como ‘naturais’ para a “satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado (via trabalho) e a família”. Para a autora, apenas quando se esgotam estas possibilidades o Estado intervém de forma temporária. (MIOTTO, 2000, p. 219).

Neste aspecto, percebemos a contradição existente na relação conflituosa entre família e Estado, pois ao mesmo tempo em que se identifica a centralidade e a priorização das políticas sociais em proteger e fortalecer a família há uma responsabilização da mesma enquanto elemento fundamental e determinante para a superação das situações de vulnerabilidade e risco às quais está submetida.

Desta forma, ainda para a autora, “[...] os programas sociais são reflexos destas políticas que não compreendem a mudança da organização das famílias tornando-se ineficazes em promover autonomia e emancipação das mesmas” (CAMPOS, 2002, p.21). Estes programas tornam-se ineficazes em “[...] firmar serviços e benefícios sociais em uma concepção de direito” (CAMPOS, 2002, p.21).

Já o princípio de territorialidade efetiva a necessidade do desenvolvimento de ações “in loco”, que compreendam a singularidade e as especificidades da realidade de cada comunidade envolvida no processo de intervenção, considerando a dimensão subjetiva das famílias e sua constante interação com os aspectos histórico-culturais em que estão inseridas e das quais se constituem mutuamente. Nesse processo, o território se apresenta como um espaço privilegiado no fortalecimento da relação protetiva da família ante as situações de vulnerabilidade social. A sua significação social exprime o “chão para o exercício da cidadania”, pois cidadania nada mais é que a expressão da vida ativa no território, onde famílias e indivíduos concretizam as suas relações sociais de vizinhança e de solidariedade.

Desta forma, compreende-se que:

[...] a descentralização político-administrativa/territorialização pretende superar práticas segmentadas, fragmentadas e focalizadas, buscando ‘olhar para a realidade’, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano [...] (BRASIL, 2004, p.38).

Torna-se desafiador refletir a respeito do conceito de proteção social básica, considerando o contexto político, econômico e social brasileiro, cuja realidade é predominantemente excludente e permeada por relações capitalistas historicamente construídas a partir das desigualdades na distribuição de riquezas socialmente produzidas e na distribuição dos modos de produção. Segundo Netto (2007), para a legitimação do desenvolvimento capitalista faz-se necessário e irredutível “[...] à produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza [...] e encontra sua fundamentação teórica nos desdobramentos da lei geral da acumulação capitalista”. (NETTO, 2007, p.142).

O desenvolvimento plurissecular do “capitalismo real” (isto é, do capitalismo tal como ele se realiza efetivamente, e não como o representam seus ideólogos) é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente

produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa). Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista _ em qualquer quadrante e em qualquer período histórico _ sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 2007, p.143).

Neste contexto, ao buscarmos compreender a proteção social básica, identificamos que esta,

[...] destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2005, p.20).

Vale ressaltar que, ao se prever a composição de equipes interdisciplinares atuantes nas políticas sociais, ampliam-se também as possibilidades de se promoverem múltiplas compreensões que produzem, de forma singular, diferentes saberes e fazeres na área da assistência social. Dessa forma, conforme a NOB-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) do Sistema Único de Assistência Social, esta multiplicidade de saberes e fazeres contribui para a “definição de técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários”. (BRASIL, 2007, p. 25).

Segundo Nery (2009), pesquisas³ realizadas recentemente apontam para a presença essencial dos seguintes profissionais vinculados ao SUAS: os profissionais de serviço social (51,2%), caracterizando a maioria; em segundo lugar, os profissionais de pedagogia (18,6%); por fim, identifica-se também em número elevado a presença de profissionais de psicologia (18,3%). Tais profissionais constituem, pela NOB-RH o quadro técnico de referência para a execução do trabalho social, especialmente no que tange às práticas e intervenções realizadas com famílias⁴.

Nesta perspectiva, ao analisar a elevada incidência das áreas descritas acima no campo da Assistência Social, a autora Nery (2009) identifica e relaciona a forte presença de profissionais de pedagogia, resgatando a histórica atuação da Assistência Social na educação infantil.⁵

³ Pesquisa Munic e Pesquisa Igemas (cujos dados se aproximam dos descritos acima), utilizados por Nery (2009, p.99).

⁴ Vale considerar que a NOB-RH prevê como equipe de referência para a execução de serviços na Proteção Social Básica nos municípios: Pequeno Porte I (até 2500 famílias referenciadas), 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro “preferencialmente” psicólogo, e 2 técnicos de nível médio. Pequeno Porte II (até 3500 famílias referenciadas), 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e um “preferencialmente” psicólogo, e 3 técnicos de nível médio. Médio, Grande, Metrópole e DF (a cada 5000 famílias referenciadas), 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõem o SUAS, e 4 técnicos de nível médio. (BRASIL, 2006:14).

⁵ A autora destaca em sua pesquisa que desde 1996, em decorrência da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional- LDB nº9394, é de responsabilidade do órgão gestor da política municipal de educação,

Além disso, a autora Nery (2009) acrescenta à sua análise o predomínio de uma perspectiva educativa nas atuações dos profissionais nesta área, especialmente dos assistentes sociais. A autora faz uma alusão ao “cunho histórico educativo-disciplinador” presente na assistência social, o que pode compor um campo de interesse tanto dos profissionais de pedagogia, quanto dos profissionais de serviço social. (NERY, 2009, p. 99).

Em relação ao processo de inserção dos profissionais de psicologia nas políticas sociais brasileiras, percebe-se que, desde a década de oitenta, introduz-se uma preocupação em romper com práticas *individualizantes* e *patologizantes*, a fim de promover uma psicologia comprometida ética e politicamente com a transformação social. (BOCK, 2003).

Contudo, vale destacar que historicamente a psicologia é uma área profissional marcada pelo elitismo e pela escassa consideração com as demandas sociais. Outra característica identificada neste processo de constituição da profissão aponta para uma formação que privilegia o modelo clínico de atuação.

Segundo Bock (2003), as práticas psicológicas desenvolvem-se a partir de um modelo hegemônico de intervenção, pautado em atuações clínicas, centradas em consultórios particulares, respaldado pela difusão de uma cultura prioritariamente psicanalítica dentro de um processo de psicologização e patologização. Assim, para a autora, a finalidade do trabalho do psicólogo se desenhou a partir de uma prática que buscava promover o ajustamento, a adaptação, a autorrealização, o desenvolvimento, a convivência e o desempenho, sempre tendo como referência um padrão de normalidade a qual não se definiu. (BOCK, 2003).

O profissional de psicologia, diferentemente dos profissionais de serviço social e de pedagogia, apresenta uma presença significativa recente na política de assistência social tendo como desafio superar o modelo clínico de atendimento, aprofundar seu conhecimento nas políticas públicas e utilizar de estratégias de intervenção mais comunitárias. Desta forma, observa-se que, embora esta inserção na assistência social tenha ocorrido ainda no final dos anos oitenta, vinculada às lutas pelos direitos humanos e combate às desigualdades sociais, para Yamamoto (2007), “[...] a estruturação do SUAS e de seus sistemas de proteção social básica e especial são a grande porta de entrada de psicólogos na assistência social.” (YAMAMOTO, 2007, p.19).

Muitas são as discussões e estudos promovidos atualmente pelos núcleos de representação profissional dos psicólogos e assistentes sociais, com o intuito de produzir modelos e parâmetros de atuação na área da assistência social. Trata-se de um esforço em

permanecer o vínculo com a assistência social do ponto de vista administrativo e na prestação de serviços.

produzir documentos que fujam do modelo assistencialista e clientelista que marcam historicamente as práticas psicossociais no campo da assistência. Desta forma, como resultado de uma primeira iniciativa, elaborou-se um documento denominado “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007), que busca ampliar a compreensão dos profissionais no campo do trabalho, fornecer instrumental teórico-técnico que subsidie a organização, planejamento, execução e monitoramento das ações na política de proteção social básica.

Vale ressaltar que outros documentos foram produzidos, como o guia de orientação e de referência dos psicólogos no CRAS, denominado “Referências Técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS”, que, segundo Yamamoto e Oliveira (2010), reiteram a psicologia como uma prática que deve se comprometer com a transformação social e “[...] toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 22).

Para o Conselho Federal de Psicologia – CFP (2007, p.23),

[...] intervir em situações de vulnerabilidade, dentro da Assistência Social, implica diretamente promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e da comunidade.

Ao compormos uma equipe técnica de CRAS inicialmente como psicóloga, em 2006, e posteriormente como coordenadora em 2011, começamos a refletir a respeito das possibilidades teórico-metodológicas que pudessem contribuir com uma atuação comprometida ética e politicamente com a transformação social, como prevêm tanto os documentos redigidos pelos núcleos das categorias profissionais quanto pela Política Nacional de Assistência Social.

Ao longo de nossa atuação no âmbito do poder público temos observado que, embora a Política de Assistência Social assegure uma compreensão a respeito das famílias assistidas como sujeitos constituídos de potencialidades e capacidades, identificamos que as ações teórico-metodológicas produzidas pelos CRAS têm se convertido, muitas vezes, em estratégias refinadas de controle e de desqualificação da população “assistida”.

Haja vista que dentre as ações psicossociais desenvolvidas com as famílias, faz-se freqüente a implantação de grupos socioeducativos, cuja presença é obrigatória. Muitas vezes estruturados a partir da realização de palestras a respeito de temas previamente definidos pela equipe técnica interdisciplinar, os chamados grupos socioeducativos não apresentam uma metodologia clara, na qual a ação é caracterizada como tal. Os temas limitam-se às

habilidades e competências de cunho doméstico, como por exemplo: “planejamento familiar”, “economia doméstica”, “cuidados com os filhos”, “dependência química”, dentre outros, que somadas à obrigatoriedade do cumprimento das responsabilidades impostas pelas condicionalidades dos programas e projetos sociais, configuram um rol de ações que complementam estratégias fiscalizatórias e de padronização de mentes e de corpos (FOUCAULT, 1989, p.16).

Tendo em conta esta realidade, que se reproduz em muitos trabalhos desenvolvidos em alguns municípios brasileiros, como o Município de Cajamar, realidade essa da qual fiz parte, buscamos conhecer outros contextos que se propõem romper com esta lógica e que se preocupam em efetivar ações diferenciadas na área social. Nesta perspectiva, elegemos Várzea Paulista para pesquisar e analisar as práticas psicossociais comunitárias desenvolvidas durante os anos de 2008 a 2012 nos diferentes CRAS. Tal escolha se deu a partir das especificidades produzidas por uma gestão que se diz promotora de educação popular e de participação política, cujos desdobramentos são descritos e caracterizados ao longo deste trabalho.

Introduzindo a metodologia da Economia Solidária para dentro dos CRAS, as práticas psicossociais foram utilizadas de acordo com as especificidades levantadas por cada território. Tais ações contribuíram para conhecer as demandas das diferentes regiões e para nortear as ofertas de diferentes oficinas, buscando respeitar as singularidades das comunidades. Estas ações objetivavam trabalhar o desenvolvimento local e a inclusão produtiva, com foco, preferencialmente nas famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. A fim de garantir a participação popular no planejamento, avaliação e fiscalização dos trabalhos desenvolvidos nos CRAS, cada equipamento formava uma comissão composta por representantes do poder público e da sociedade civil, que discutiam e avaliavam as ações desenvolvidas nos bairros.

Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar e identificar quais são as práticas psicossociais utilizadas para a realização das intervenções na comunidade em relação à proteção social básica, buscando compreender, a partir das diferentes perspectivas relacionadas à composição de equipes interdisciplinares, quais as possibilidades e limitações presentes no campo de atuação das diferentes áreas de conhecimento nas equipes dos CRAS.

Procuramos investigar se as práticas psicossociais comunitárias contribuem ou não para o desenvolvimento de processos de autonomia e participação política das famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Nesta perspectiva, buscamos identificar a existência de práticas psicossociais comunitárias nestes serviços; se

houver, quais seriam e quais são os aportes teórico-metodológicos utilizados pela equipe técnica interdisciplinar? E outras perguntas se fazem necessárias: os termos autonomia e participação política das famílias beneficiárias de transferência de renda estão presentes no planejamento e execução destas práticas? Qual é o impacto destas intervenções no cotidiano das famílias? As famílias atendidas identificam nestas práticas desenvolvidas pelos CRAS vivências que propiciam o desenvolvimento de autonomia e participação política?

Nesse sentido, analisamos as dimensões subjetivas e políticas do conteúdo teórico-metodológico presente nas práticas psicossociais ofertadas por meio dos trabalhos realizados com as comunidades e famílias beneficiárias de programas e projetos sociais, planejados e executados pela equipe técnica interdisciplinar dos CRAS. Por meio de uma pesquisa de campo realizada nos CRAS do Município de Várzea Paulista procuramos perceber se estas práticas estão em consonância com aquilo que é definido nas proposições da política de assistência social, ou seja, um papel de articulação e promoção de ações que buscam “o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”, “a autonomia” e o “protagonismo” dos indivíduos e famílias inseridos nos serviços de proteção social básica.

A pesquisa ora apresentada constitui-se de sete seções. Ao longo da seção 2 **Políticas Sociais e a Proteção Social Básica**, fizemos um resgate histórico das políticas sociais, mais especificamente a respeito da trajetória da Política de Assistência Social no país, buscando conceituar a questão dos direitos sociais e de seus desdobramentos na constituição das políticas públicas no Brasil. Considerando os avanços preconizados pela Constituição Federal de 1988, pretendemos discutir as contradições presentes nas práticas psicossociais marcadas historicamente por ações que ainda reproduzem um caráter assistencialista e de bem-estar, norteando, até os dias atuais, os serviços, programas e projetos desenvolvidos e implementados no campo da Assistência Social.

Neste contexto, nos conduzimos até o período do descobrimento do Brasil (1500), caracterizado pela dependência com o império lusitano, um país eminentemente agrícola, com base no trabalho escravo, que estabelecia relações de exploração entre colonizadores e colonizados, configurando especificidades no processo de construção dos direitos civis, políticos e sociais do país. Este resgate permitiu-nos compreender os elementos que constituem a partir de uma relação de dependência política, trabalho escravocrata e de decisões centralizadas nas mãos de grandes proprietários. Tais elementos caracterizam um olhar restrito a respeito dos direitos, onde seres humanos são considerados propriedades e onde apenas alguns (homens, alfabetizados e maiores de vinte e um anos) possuíam direitos a voz e voto, um dos únicos canais institucionais de participação política na época.

Além disso, a compreensão destes fenômenos nos possibilitou refletir sobre a relação existente entre as ações filantrópicas e o Estado. O papel desempenhado pela Igreja Católica por meio das Santas Casas de Misericórdias marca e inaugura as primeiras intervenções de cunho caritativo financiadas pelo Estado para “[...] dar conta dos excluídos”. (SPOSATI, 2007, p.64) A concepção de que o pobre não era responsabilidade do Estado acompanha historicamente as ações desenvolvidas junto à população pobre no país, solidificando paradigmas naturalizados e reproduzidos até os dias atuais no campo da Assistência Social. Contudo, com os avanços promovidos pela promulgação da Constituição de 1988, o Estado passa a se responsabilizar pela promoção e garantia dos direitos do cidadão, ou seja, o que antes era visto como ajuda passa a ser compreendido como dever do Estado.

Neste contexto, organizamos o trabalho de forma a abordamos, nesta seção, a Política de Assistência Social, mais especificamente a Política de Proteção Social Básica, destacando que a implantação e implementação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ao redesenhar um novo modelo de atuação têm propiciado novas discussões e desafios referentes às ações socioassistenciais em todo o território nacional.

Além disso, ainda nesta seção, buscamos fomentar uma discussão a respeito da predominância e centralização das intervenções com famílias preconizadas no campo das políticas sociais brasileiras. Tais noções privilegiam o desenvolvimento de estratégias teórico-metodológicas que destacam a família como um espaço de “origem” e “resolutivo” dos problemas e vulnerabilidades as quais estão submetidas. Neste contexto, buscamos compreender quais noções de família são construídas e preconizadas pela Política de Assistência Social. Como tais concepções refletem em desdobramentos metodológicos que respaldam e legitimam atuações essencialmente focadas em desenvolver “orientação” e o “acompanhamento” de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Já na terceira seção, intitulada: **Identificando as lacunas entre o idealizado e o concretizado - um itinerário das pesquisas sobre o CRAS**, realizamos um levantamento bibliográfico das pesquisas científicas desenvolvidas sobre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O universo pesquisado foi consultado no Banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em <http://bdtd.ibict.br/>. Vale ressaltar que ao utilizarmos como palavra-chave CRAS, tivemos acesso a 62 produções. Porém se caracterizava por enfoques variados, como a atuação dos assistentes sociais e psicólogos, o controle social, a realidade de municípios de pequeno porte, a instrumentalidade do serviço social, descentralização da Política de Assistência Social, participação de mulheres, noções de família e projeto ético-político. Contudo, ao utilizarmos as palavras-chaves práticas

psicossociais e CRAS, encontramos apenas duas produções que são discutidas ao longo desta seção no item **Processos Psicossociais desenvolvidos no CRAS**. Tais estudos levados a cabo pelas autoras Lima (2008) e Souza (2011), referem-se respectivamente às práticas socioeducativas e às possibilidades de empoderamento propiciadas pelas ações dos CRAS permitindo-nos aprofundar sobre os limites e desafios presentes no cotidiano dos trabalhos desenvolvidos nos equipamentos de Proteção Social Básica.

Ao longo da quarta seção, intitulada: **Fatalismo, Conscientização e Fortalecimento Comunitário: uma construção teórica**, apresentamos os referenciais teóricos que fundamentam nossa análise e discussão sobre as práticas psicossociais comunitárias realizadas nos CRAS do Município de Várzea Paulista. Para tanto, utilizamo-nos dos conceitos de fatalismo, conscientização e desideologização desenvolvidos por Martin-Baró (1998) e do conceito de fortalecimento comunitário estudado pela autora Maritza Montero (2004, 2006), que nos auxiliam a compreender as dimensões subjetivas e políticas presentes nas ações desenvolvidas nos CRAS do Município estudado. Nosso interesse está em identificar, por meio da análise dos discursos, se estas práticas estão em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, ou seja, se promovem ações que efetivamente propiciam o “fortalecimento familiar e comunitário”, a “autonomia” e a “participação política” das famílias acompanhadas pela Proteção Social Básica.

Na quinta seção, buscamos discutir a respeito dos **Percursos Metodológicos** que realizamos ao longo desta pesquisa que vai desde a escolha do Município de Várzea Paulista até os seus desdobramentos em nossa atuação no campo de pesquisa. Neste contexto, descrevemos como foram os primeiros contatos com os trabalhos desenvolvidos nos CRAS que fizemos a partir de uma entrevista exploratória com a Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município. Vale ressaltar que estes dados foram utilizados para caracterizar as práticas psicossociais comunitárias implantadas no âmbito da Proteção Social Básica e para organizar as questões/temas que subsidiaram a realização das entrevistas semiestruturadas com os profissionais que participaram das ações desenvolvidas durante os anos de 2008 a 2012 nos CRAS em Várzea Paulista.

Ao visitarmos os CRAS locais, identificamos que, com a mudança de governo em 2013, muitos profissionais haviam sido trocados e os poucos que ficaram, a princípio, não pareceram muito confortáveis em participar das entrevistas. Isso porque, com a nova gestão, a maioria das ações havia sido cancelada ou temporariamente interrompida. Neste sentido, percebemos algumas tensões ao retornarmos ao trabalho de campo no ano de 2013. Este aspecto pode ser identificado em uma de nossas visitas ao local, em que antes funcionavam as

incubadoras da Economia Solidária, mas que naquele momento havia se transformado em Fundo Social⁶. Dessa forma, nos direcionamos a uma pequena sala, onde ainda restavam alguns poucos funcionários responsáveis pelas ações com a Economia Solidária.

Por meio das informações coletadas neste local, descobrimos que ainda havia um grupo de mulheres, artesãs, que se reuniam para vender, nas feiras do Município, os artesanatos que produziam. Ao visitar uma das feiras, promovidas pelo Poder Público, as conhecemos e as convidamos para participarem do grupo focal, a fim de contribuírem com seus olhares e conhecimentos enquanto pessoas que participaram efetivamente das ações desenvolvidas pelos CRAS. A fim de analisarmos os sentidos produzidos nos discursos, utilizamo-nos do respaldo teórico-metodológico da análise de discurso, possibilitando-nos ampliar as possibilidades de interpretação das palavras proferidas pelos participantes: profissionais dos CRAS e das artesãs.

Para tanto, na sexta seção, intitulada **Sobre o Cotidiano nos CRAS: os sentidos produzidos em relatos de profissionais e de participantes das ações comunitárias**, buscamos desenvolver uma análise dos discursos, a partir da perspectiva da autora Orlandi (2000), produzidos nas entrevistas semiestruturadas e no grupo focal, a fim de evidenciar os sentidos proferidos pelos profissionais e pelas artesãs. Dessa forma, buscamos trabalhar ao longo deste capítulo em dois momentos: no primeiro momento analisamos os relatos dos profissionais, levantados nas entrevistas semiestruturadas, a fim de explorar os dilemas, as tensões e as contradições presentes no cotidiano de trabalho da assistência social e na busca por estratégias de implementação de práticas comunitárias no município de Várzea Paulista. Já no segundo momento, buscamos analisar os discursos construídos a partir das percepções apresentadas pelas participantes das ações dos CRAS no grupo focal, buscando fomentar discussões a respeito de assuntos como: autonomia, economia solidária, CRAS e participação.

E por fim, na sétima seção, apresentamos as **Considerações Finais**, feitas a partir das discussões e análises trabalhadas ao longo desta pesquisa. Retomamos, neste item, os pontos que consideramos mais relevantes e que contribuíram para as nossas reflexões a respeito das práticas psicossociais comunitárias dos CRAS do Município de Várzea Paulista. Vale destacar que com a implantação da metodologia da Economia Solidária para dentro dos CRAS, desenvolveram-se estratégias que a princípio buscaram romper com paradigmas assistencialistas historicamente enraizados no campo da Assistência Social no Brasil. Neste

⁶ Fundo Social – equipamento público, comumente coordenado e dirigido pelas Primeiras-Damas dos Municípios que objetivam desenvolver trabalhos eminentemente caritativos e assistenciais. Em Várzea Paulista, período entre 2008 a 2012, as ações do Fundo Social foram suprimidas e substituídas pelas incubadoras desenvolvidas pela metodologia da Economia Solidária.

sentido, percebemos que tais ações propiciaram uma alteração no modelo de trabalho, ou seja, aquilo que até então não apresentava uma metodologia clara e definida, passou a ser compreendida como uma ferramenta metodológica que visa contribuir com um processo de inclusão produtiva, de educação e de participação popular das pessoas atendidas no âmbito da Assistência Social. Observamos que neste processo, muitos desafios são enfrentados, dentre eles: a necessidade em se promover capacitações contínuas aos profissionais dos CRAS e CREAS, a alta rotatividade dos técnicos, a interrupção dos trabalhos com a mudança de Gestão, a falta de recursos destinados a Política de Assistência Social, dentre outros.

Outro elemento que merece destaque é que, ao analisarmos a Política de Proteção Social Básica, expressa em seu documento, observamos que esta privilegia os aspectos individuais em detrimento dos aspectos coletivos, ou seja, percebemos que ao mesmo tempo em que se prevêem práticas que visam propiciar “fortalecimento comunitário”, ampliando a possibilidade de ações coletivas e comunitárias, incorpora-se as ações do CRAS o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), que pressupõem um olhar “especializado”, com foco em aspectos individuais em subjetivos das pessoas atendidas.

2 – POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Nesta seção discorreremos sobre a trajetória da Política de Assistência Social, buscando conceituar a questão dos direitos sociais e seus reflexos nas políticas sociais públicas brasileiras. Neste contexto, propomo-nos a analisar o avanço e a construção de novos paradigmas que lograram desde a promulgação da Constituição de 1988 até a atual implantação da Política de Assistência Social, que pretende romper com as concepções caritativas e de benesse, buscando instituir-se enquanto campo de direito do cidadão e dever do Estado.

Ao longo desta seção procuramos apontar as contradições que permeiam o campo da política social pública brasileira, no qual há garantia constitucional da Seguridade Social composta pelo tripé: Previdência Social, Saúde e Assistência Social e de suas respectivas leis, concretizando assim, após 1988, o sistema de proteção social brasileiro. No entanto, observamos que, ao mesmo tempo em que se conquistaram avanços, muitos são os desafios, uma vez que naturalizamos concepções historicamente enraizadas que veiculam compreensões assistencialistas no que tange ao acesso às políticas públicas, do papel do Estado e do acesso à garantia de direitos na sociedade brasileira.

Neste contexto, ao buscarmos resgatar historicamente as práticas sociais, identificamos que a ação de assistência ao outro é uma prática antiga na humanidade e não se limita à civilização judaico-cristã ou às sociedades capitalistas. Trata-se de ações inscritas nas diferentes sociedades que prestam aos pobres, viajantes, doentes, incapazes e mais frágeis, a solidariedade social, por meio de grupos filantrópicos e religiosos que, ao longo do tempo, formataram as intervenções de ajuda ao próximo.

Na sociedade judaico-cristã, a ajuda se expressa por meio da caridade e benemerência ao próximo, impulsionado por uma força moral de conduta. Desta forma, a vida material e terrena é compreendida como um processo transitório, do que resulta o consolo aos aflitos, e as práticas de solidariedade configuram-se como valores necessários para se transcender esta transitoriedade.

Neste contexto, abrem-se instituições de caridade que ao longo da Idade Média foram assumidas tanto pelas companhias religiosas como pela caridade leiga. Para a autora Sposati (2007), “[...] a benemerência, como um ato de solidariedade, foi se constituindo em práticas de dominação”. Desta forma, observamos que ao longo da história o direito à assistência foi sendo substituído pelo “[...] apelo à benevolência das almas pias e caridosas” (SPOSATI, 2007, p.41).

Sendo assim, realizamos um breve resgate da constituição histórica das práticas assistenciais como objetivo de marcar a questão da temporalidade e caracterizar as diferenças e semelhanças presentes na sociedade moderna. Compreendemos que algumas ações vão sendo ao longo da história assumidas como responsabilidade pública; dentre elas, podemos assinalar a assistência social.

Com a difusão do capital e a crescente pauperização da força de trabalho, a assistência social começa a ser incorporada pelo Estado, pela necessidade de enfrentar politicamente a questão social, seja ao propiciar condições para o enfrentamento da aguda pauperização da força de trabalho.

Neste contexto, como iremos observar ao longo deste capítulo, o Estado paulatinamente se apropria da prática assistencial como expressão de benemerência e busca incentivar e direcionar, ao longo da história, os esforços de solidariedade social à sociedade civil. Buscaremos, nesse sentido, compreender o processo histórico que permeia o desenvolvimento da assistência social no Brasil, considerando sua herança cultural caracterizada por práticas assistencialistas e clientelistas, que podem ser identificadas na reprodução de ações no campo das políticas sociais.

Para Couto,

[...] a assistência social transita de um campo que historicamente assenta-se na órbita da relação pessoal, tratada como particularidade da esfera privada com recursos insuficientes, com programas fragmentados, na maioria das vezes, fundados na esfera da moralidade, para a esfera pública e afiançadora de direito social. (COUTO, 2010, p.43).

Desta forma, a fim de analisar a assistência social e suas práticas na atualidade, resgatamos o processo de construção dos direitos sociais e das políticas sociais no Brasil, para compreender seus reflexos na implantação e implementação da Política de Assistência Social no país.

2.1– Os Direitos Sociais e as Políticas Sociais no Brasil.

Para compreendermos a trajetória brasileira na construção dos direitos civis, políticos e sociais, retomaremos o período de descobrimento do Brasil (1500). Colônia de Portugal durante três séculos, o Brasil caracteriza-se como um país marcado tanto no campo econômico quanto no campo dos direitos sociais por uma relação de dependência com o império lusitano.

Segundo Couto (2006), trata-se de um período configurado por um sistema produtivo fundamentalmente agrícola e baseado em trabalho escravo, o que incide diretamente no campo dos direitos civis, uma vez que os escravos não eram considerados humanos, mas sim propriedade de seus senhores. Outro aspecto a ser considerado em nossa colonização foi o processo de evangelização do colonizador europeu que resultou em uma destruição da memória das culturas indígena e africana. Para Meihy (1993), na concepção dos colonizadores, os índios viviam de forma selvagem e bárbara. Desta forma, a fim de promover mudança nos hábitos cotidianos da população indígena, os jesuítas criaram as primeiras casas de recolhimento de crianças no Brasil, em 1551. (MEIHY, 1993, apud CRUZ; GUARESCHI, 2010, p.18).

As autoras Cruz e Guareschi (2010) descrevem que as crianças indígenas eram separadas de seus pais e acolhidas nestas instituições a fim de facilitar o processo de assimilação da cultura e religião portuguesa. Nesta perspectiva, isolando as crianças de seus progenitores, isolava-os de sua cultura e tradição.

Ao discutiremos direitos e políticas sociais, as autoras descrevem a ação de evangelização dos jesuítas em relação às crianças indígenas como uma primeira iniciativa de atendimento à criança, conferindo a esta ação a caridade como eixo principal. Desta forma, a igreja católica pautava-se no pressuposto de que as crianças precisavam alterar seu comportamento bárbaro, ou seja, necessitavam de correção, que era obtida por meio das referidas escolas. (CRUZ; GUARESCHI, 2010).

Observamos que ao longo da história da assistência social no Brasil as ações se respaldavam essencialmente pela caridade e eram necessariamente vinculadas à Igreja Católica. A Irmandade Santa Casa de Misericórdia, instalada em diversos municípios brasileiros, assumiu, em acordo com o rei de Portugal, a incumbência de acolher e cuidar de bebês abandonados nas ruas.

Segundo Cruz e Guareschi, no século XVIII o crescente fenômeno de abandono de bebês, em Salvador, começou a preocupar as autoridades brasileiras; neste sentido, reivindicaram à Coroa a autorização para se instalar a primeira roda dos expostos⁷ naquela cidade citada. Assim, a Santa Casa de Misericórdia aceitou a incumbência, mas exigiu do rei um subsídio para a manutenção de suas atividades. (CRUZ; GUARESCHI, 2010, p. 19).

⁷*Roda dos expostos* ou *roda dos enjeitados* consistia em um mecanismo para abandonar recém-nascidos para que fossem cuidados por instituições de caridade. O mecanismo constitui-se em forma de tambor ou portinhola giratória embutida na parede, de modo que quem deixasse a criança neste sistema, ao girá-la para dentro da Instituição, não era visto por ninguém. No Brasil a roda dos expostos foi implantada na Santa Casa de Misericórdia das cidades de Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII.

A roda dos expostos foi instalada em mais dois municípios brasileiros, Rio de Janeiro e Recife sob a mesma justificativa. Aprovou-se, neste contexto, uma lei chamada “Lei dos Municípios”, em 1828, em que se preconizava a possibilidade de se utilizarem os serviços para a instalação da Roda e a assistência aos enjeitados em todas as cidades em que houvesse uma Santa Casa de Misericórdia a serviço do governo.

Inaugura-se, desta forma, uma fase filantrópica na qual se inicia uma parceria entre o público e o privado. Cruz e Guareschi (2010) salientam que essa lei também teve como finalidade incentivar a iniciativa particular em assumir a tarefa de cuidar das crianças abandonadas, liberando a municipalidade da responsabilidade de realizar este serviço.

Ainda para as autoras, trata-se das primeiras alianças entre caridade e governo, em que a caridade toma a iniciativa e o governo entra com a verba para a manutenção dos estabelecimentos criados. (CRUZ; GUARESCHI, 2010, p.20) Nesta perspectiva, observamos que estas parcerias, estabelecidas entre Estado e sociedade civil são muito antigas e atravessam a história até os dias atuais, marcando o campo das políticas sociais e das Instituições no Brasil.

Vale ressaltar que, segundo Couto (2006), o período colonial e imperial centraliza suas relações na figura dos grandes proprietários e governo, dificultando assim, a circulação de informações. Para o autor, tal fenômeno restringiu a criação e a expansão de movimentos coletivos. Neste contexto, embora os ideais da Revolução Francesa e da Revolução Industrial fossem considerados inconvenientes para o Brasil, gradativamente foram sendo trazidos por estudantes e difundidos no país, constituindo, mesmo que de forma incipiente, a classe burguesa. As autoras Cruz e Guareschi (2010) apontam que, naquela época, os direitos civis e a concepção de liberdade individual eram irrelevantes; contudo, a elite brasileira que constituía a classe burguesa, mesmo em se tratando de um grupo com dificuldades de organização, eram os que questionavam o poder absoluto da Coroa portuguesa.

Com a Abolição da Escravatura e em seguida com a Proclamação da República, exigiu-se a criação de uma constituição que organizasse o país, sendo que esta, segundo Couto (2006) passou a retratar, especialmente no campo dos direitos, os elementos da sua herança histórica: dependência política, processo de trabalho escravocrata e relações de poder, centralizados nos grandes proprietários. (COUTO, 2006, p.83).

A nova ordem política, promulgada com a Constituição de 1891, estendeu o direito a voto e a ser votado ao cidadão brasileiro do sexo masculino, maior de vinte e um anos, excetuando-se mendigos, analfabetos e religiosos, devido ao voto de obediência que realizavam com a renúncia à liberdade individual. Foram consagrados trinta e um incisos no

que se refere aos direitos civis; no entanto, não houve qualquer menção aos direitos de natureza social.

Contudo, para a autora Valladares (1991), somente na virada do século XIX a questão da pobreza emergiu aos olhos da elite nacional. Segundo a autora, o processo gradativo de transição da sociedade brasileira, inicialmente configurada por relações sociais de tipo senhorial-escravista, começou a se caracterizar por uma nova inscrição de tipo burguês-capitalista.

Neste período, o discurso sobre a pobreza aparece associado primeiramente a uma questão de saúde e de necessidade de higienização das cidades, instituindo e legitimando um discurso médico-higienista, predominante na Europa no século XIX e posteriormente influenciando países periféricos como o Brasil.

Preocupados com a desodorização do espaço urbano, nossos higienistas sociais, influenciados pelas teorias médicas francesas, acabaram por estabelecer uma estratégia de medicalização da cidade que implicaria desde a desinfecção dos lugares públicos, a drenagem de pântanos, o alinhamento das ruas até o combate direto aos surtos epidêmicos. A denúncia realizada pelos sanitaristas abriu assim caminho para a própria intervenção sobre a pobreza. (VALLADARES, 1991, p.4-5).

Neste contexto, a autora aponta que, da metade até o final do século XIX, organizaram-se medidas de combate às habitações insalubres, proibindo a construção de novos cortiços e demolindo os já existentes. Segundo Valladares (1991), as condições de vida daqueles que se amontoavam nos cortiços eram consideradas as causas da propagação de epidemias e, identificados como disseminadores do mal, reconheciam-se nestes espaços os riscos à saúde e ao bem-estar da população como um todo.

Desta forma, nos períodos entre o fim do Império e início da República, o Brasil foi marcado por um discurso político que se refere à necessidade de manutenção da ordem social. Neste sentido, o que os médicos haviam diagnosticado como foco das epidemias era também, sobretudo aos olhos da elite política nacional, o berço do vício e do crime, “[...], pois era aí que residiam as classes perigosas”. (VALLADARES, 1991, p. 6).

Esta expressão “classes perigosas” era utilizada como sinônimo das classes pobres, o que significava associar ao fato de ser pobre o de ser um indivíduo perigoso à sociedade. Neste contexto, a classe dominante sustentava um discurso ideológico dualista: de um lado o mundo do trabalho, da moral e da ordem e, de outro, um mundo caótico, vadio e avesso à moral, que deveria ser controlado e reprimido a fim de não comprometer a ordem. Cada um desses mundos pode ser compreendido respectivamente como: “o mundo da fábrica e o

mundo da rua”. (VALLADARES, 1991, p.7). Nesta perspectiva, em que se instala a oposição entre trabalhador e vadio, compreende-se a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade presente no ideário dos legisladores e da elite brasileira no período republicano.

Neste aspecto, com a abolição da escravatura, ocasião em que se observa a separação entre a força de trabalho e o trabalhador, o liberto, agora dono de sua capacidade produtiva, dispõe-se a vendê-la ao capitalista proprietário. Para tanto, a concepção de trabalho, até então associada à figura do escravo, de caráter degradante, precisava ganhar aspectos positivos a fim de preencher a necessidade de criação de um contingente de trabalhadores assalariados ao mercado fabril.

Segundo Valladares (1991), era preciso inculcar uma nova ideologia a respeito do trabalho. A autora aponta para uma articulação presente nos conceitos da recém-criada República: ordem e progresso, resultando em uma interpretação que concebe o trabalho enquanto elemento fundamental da vida civilizada. Contudo, o conceito de trabalho estava atrelado à forma restrita de atividades econômicas definidas pela nova ordem industrial e urbana. Neste sentido, apenas o trabalho assalariado era considerado trabalho. O pobre era aquele que não se transformava em trabalhador, aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal e que apenas sobrevivia. (VALLADARES, 1991, p. 7)

Neste aspecto, identificamos como de fundamental importância à realização deste resgate histórico, a fim de refletir a respeito do conceito de cidadania tal como o entendemos hoje, uma vez que tem seu surgimento atrelado ao impacto das transformações sociais introduzidas pelo capitalismo.

A presença e a participação dos trabalhadores na esfera política, por meio das reivindicações por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, promovem discussões a respeito do acesso aos direitos civis, sociais e políticos e busca concretizar um processo de cidadania.

Vale ressaltar que, durante a Primeira República (da Proclamação da República até a Revolução de 1930), o Estado não intervinha, pois não considerava o campo social como função pública, o que culminou na atribuição desta função à Igreja Católica. Contudo, devido às transformações econômicas e às mudanças referentes às relações de trabalho, o Estado passou a assumir maiores funções, entre elas o papel de coerção.

Podemos concluir, nesse sentido, que nas primeiras décadas republicanas o direito à participação por meio do voto não foi exercido pela maioria daqueles que, segundo o texto da Constituição, estariam aptos a fazê-lo (o direito ao voto era restrito aos homens, maiores de 21

anos, alfabetizados). O campo dos direitos civis estava estritamente atrelado ao predomínio dos grandes proprietários, num país eminentemente rural.

Já nas principais áreas urbanas do Brasil, caracterizadas por um crescimento desordenado e por um excesso de mão de obra, esta constituída essencialmente por escravos libertos e imigrantes, a demanda dos trabalhadores em legitimar seus direitos cresce significativamente. Desta forma, surgem às reivindicações relacionadas ao direito à organização, manifestação, greves, limite à livre atuação do capital, melhores condições de vida e trabalho. (LUCA, 2003, p. 477).

Em 1930, antecipando a existência de conflitos entre operários e capitalistas, cria-se a Legislação Trabalhista, que de forma paternalista é implantada e interpretada como uma dádiva do governo Vargas. Nesse contexto, segundo Mestriner (2001), o Estado assumiu funções como papel de regulamentação, organização, coordenação, intermediação e até de educação, enquanto promotor de uma nova cultura, em consonância com as novas exigências.

Tal concepção respaldou o desenvolvimento de ações centralizadoras do Estado, destinadas ao exercício de repressão e controle como resposta ao descontentamento da população em geral. Contudo, em uma época em que emerge o proletariado industrial, surge o movimento armado de 1930, buscando conter a ameaça anarquista, levando Getúlio Vargas ao Governo Provisório.

Para o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos (1987), os benefícios prestados, pelas diversas instituições criadas, como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (1933), o Instituto dos Comerciários (IACP - 1934) e o dos Bancários (IAPB-1934), dentre outros, confluíam em reproduzir e elevar as desigualdades sociais, uma vez que se destinavam estritamente aos trabalhadores em função de sua categoria profissional.

No Governo de Getúlio Vargas (anos 1930-1940), construiu-se um sistema de proteção social que buscava atender e privilegiar algumas categorias profissionais em detrimento de outras, caracterizando-se como um sistema do tipo *conservador e meritocrático – particularista*. Como exemplo dessa exclusão de categorias com base na ocupação e rendimentos, levantamos o caso dos trabalhadores rurais, que representavam, até a década de 60, a maioria da população brasileira, mas que, no entanto, só foram integrados efetivamente ao sistema de proteção social com a Constituição de 1988.

Neste aspecto, somente integravam o sistema de benefícios aqueles incluídos em um universo de profissões previamente definidas, ou seja, estavam excluídos, portanto, os trabalhadores rurais, os domésticos, os autônomos, os desempregados, os subempregados e todos os que não exerciam profissões regulamentadas.

Para Santos (1987), este fenômeno é considerado como o de uma cidadania regulada, ou seja, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.

Desta forma, a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania.

Com a implantação da Ditadura Militar no Brasil, muitas das conquistas no campo dos direitos retrocederam. Este período caracteriza-se por um aprofundamento das desigualdades sociais e concentração de riqueza. Os movimentos sindicais e as ligas camponesas foram proibidos de se manifestar e a grande maioria das Entidades sofreu intervenção do Estado logo após o golpe de 1964. Os sindicatos tornaram-se meros prestadores de serviços sociais e lazer, sob a supervisão e controle do governo.

No final da década de 1970 e início de 1980, o país inicia seu processo político de “redemocratização” com uma forte contribuição de diversos movimentos sociais emergentes que buscavam uma maior gama de autonomia e direitos para a população brasileira. Como resultado desse processo, em 1985, José Sarney assume o governo federal, após a morte de Tancredo Neves, como o primeiro governo civil (mesmo eleito indiretamente) após décadas de regime militar. A partir de então, se inicia o processo de formatação de um novo conjunto de leis para o país.

Vale ressaltar que a década de 1980 caracterizou-se por uma reorganização dos movimentos sociais, após 21 anos marcados por uma relação autocrático-burguesa com restrições claras no que se refere ao campo dos direitos. Nesse ínterim, as pressões exercidas pela sociedade civil, denunciando as situações crescentes de extrema pobreza, mobilizaram discussões que legitimaram a preocupação com a defesa dos direitos humanos e sociais.

Conforme vimos, o resultado foi à consolidação da chamada *Constituição Cidadã* de 1988, que trouxe um novo olhar para as questões sociais, apresentando um avanço na garantia dos direitos sociais. Nesta perspectiva, o Estado é responsabilizado pela proteção social dos cidadãos, com destaque aos destituídos de direitos.

Ao retomarmos algumas reflexões acerca da formação social brasileira, consideramos fundamental destacar a especificidade do desenvolvimento capitalista do país, que caracteriza nossas bases estruturais e que se diferencia dos países do capitalismo central.

Vale destacar que o Brasil é ainda um país considerado na periferia do mundo capitalista, inserido em um processo de industrialização conhecido como capitalismo tardio, caracterizado por uma economia dependente. Trata-se de um país cuja herança colonialista assinala sua formação política, social e econômica.

Na análise desta questão, o autor Florestan Fernandes (2008) descreve o Brasil como um país marcado por uma persistente presença do trabalho escravo, o que reflete um processo lento de transição para o trabalho livre, que se configura de forma contraditória e reprodutora,

[...] em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. (FERNANDES, 2008, p.193).

Nesse contexto, consideramos que a predominância do trabalho escravo no país teve forte impacto no nascimento do trabalho livre, retardando, segundo Fernandes, o processo de formação de consciência e ação política operária no Brasil, cujas primeiras manifestações se deram apenas a partir do início do século XX, diferenciando-se dos países centrais capitalistas.

Neste aspecto, cabe-nos analisar a forma como é compreendida a questão social no Brasil. Conforme dissemos anteriormente, até 1930 não se compreendia a pobreza enquanto expressão da questão social, mas sim, atribuída a uma disfunção pessoal dos indivíduos, enquadrados como “[...] casos de polícia e tratada no interior dos aparelhos repressivos do Estado”. (SPOSATI, 1990, p.41).

Com a crise mundial do capitalismo, o Estado restabelece um novo posicionamento frente à sociedade civil, inserindo-se na relação capital-trabalho. No caso brasileiro, ao mesmo tempo em que esta inserção proporciona a acumulação, a consolidação e a expansão do capital, também contribui para que o Estado passe a assumir responsabilidades pelas condições de vida da população.

Dessa forma, progressivamente o Estado brasileiro começa a reconhecer a questão social como uma questão política a ser resolvida e administrada sob sua direção. Em 1930, cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tem como função fiscalizar, ordenar e controlar as ações junto à força de trabalho.

Em relação à Assistência Social, para autores como Aureliano e Draibe (1989), trata-se de uma política que apresenta um caráter fragmentado, desorganizado, indefinido e instável em suas organizações, o que dificulta identificar com precisão seu âmbito específico. Para Sposati (1990), a assistência social começa a se configurar “[...] quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais”. (SPOSATI, 1990, p.42).

Contudo, cabe assinalar que com a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1942, houve no âmbito federal uma centralização do comando. É mister ressaltar que a

LBA originou-se a fim de prestar assistência aos soldados recrutados para a guerra e a seus familiares. Neste contexto, mulheres, voluntárias, foram mobilizadas para fazerem o curso oferecido pela LBA, com o intuito de prestarem atendimento à população em caso de bombardeio, preparação de alimentos ou na produção de materiais médico-hospitalares a serem utilizados em período de guerra.

Posteriormente, até a sua extinção, a LBA passou a coordenar programas de creches comunitárias, fazendo repasses financeiros às entidades socioassistenciais, estabelecendo convênios ou financiando programas eventuais, como a distribuição de leite. Tais programas eram pautados em ideários político-partidários, constituídos a partir de uma centralização administrativa e sem controle social.

Neste período, dois fenômenos devem ser destacados: a institucionalização do primeiro-damismo, com a coordenação de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, e o surgimento das Faculdades de Serviço Social, visando à profissionalização de mulheres na área da assistência social.

Para Menistrer, com a institucionalização do primeiro-damismo, “[...] se desloca o papel direto do Estado, que vai assumir dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante.” (MENISTRER, 2001, p.108)

Após 1964, este modelo instituído pela LBA, respaldado pela concepção de que “[...] pobre é coisa das mulheres que tem coração e não do governo que tem razão [...]”, modelo reconhecido como “[...]mãe da pobreza, lar do carente, socorro dos aflitos [...]”, assume um novo perfil, sem a figura da primeira dama como “[...] patronesse”.(SOUZA NETO, 1993, p.77).

Este novo modelo transforma a LBA em Fundação, o que a assemelha aos demais órgãos que prestam serviços aos mais pobres. Segundo Souza Neto (1993), as instituições sociais que desenvolveram programas de combate à pobreza na década de 70 apresentam ações fragmentadas e setorizadas, sem continuidade.

As políticas sociais públicas brasileiras manifestam, nessa década, um recorte claramente compensatório e conjuntural em sua operação, de um viés populista assistencial, e repassam a execução de seus programas às entidades filantrópicas, através de convênios. (LBA, 1990, apud SOUZA NETO, 1993, p.22).

Este período final do ano de 1970 configura-se predominantemente por uma insatisfação política da população brasileira, um agravamento da pobreza, um alto índice de inflação e desilusão referente ao “milagre econômico” que não se manteve.

Em meados de 1974, começam a se explicitar as lacunas e marcas de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime militar. Os impactos da economia internacional gerados pela crise do capital intensificaram esse esgotamento no país.

Em virtude deste contexto, a década de 1980 é marcada por uma reorganização dos movimentos sociais. As denúncias de situações de extrema pobreza tornaram-se pauta principal nas discussões travadas entre sociedade civil e no interior de alguns aparelhos do Estado. Introduziu-se de forma expressiva no contexto brasileiro a preocupação a respeito dos direitos humanos e sociais, convergindo em significativa pressão para uma reforma do Estado. Segundo Draibe (1994), pela primeira vez o Brasil ensaia a implantação de um *Welfare State*, que preconizava como princípios fundamentais à universalidade e a participação social e política.

Com a promulgação da Constituição de 1988, concretiza-se esse avanço do texto constitucional, privilegiando a garantia dos direitos sociais no país. Amplia-se à intervenção do Estado, sendo que este se torna responsável pela proteção social dos cidadãos.

Ao analisarmos os desdobramentos da construção das políticas sociais brasileiras, observamos que a partir do que se promulgou nas Constituições de 1824 a 1969, a assistência social apresenta um movimento gradativo que busca romper com ações que se constituem simplesmente como práticas caritativas e ajuda aos destituídos e começa a se configurar como promotora de garantia de direitos à cidadania.

No entanto, cabe-nos ponderar que a prática da cidadania tornou-se um privilégio de classes. Segundo o autor Souza Neto, “[...] na sociedade brasileira, as diferenças sociais e pessoais tornam-se desigualdades, os direitos convertendo-se em tutelas e favores, isto desde a época do coronelismo”. (SOUZA NETO, 1993, p.78).

Neste aspecto, nos propomos refletir a respeito das possibilidades e limitações de enfrentamento a situações de pobreza, considerando a Política de Assistência Social, mais especificamente a Proteção Social Básica, como porta de entrada para os destituídos de direitos, compreendendo os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), enquanto espaços promotores de práticas que promovem a autonomia e o protagonismo.

Contudo, nossa preocupação ao longo desta pesquisa está em analisar como estão se consolidando estas práticas de garantia de direitos, preconizadas prioritariamente na Constituição de 88 e, posteriormente, legitimadas por meio da construção da Política Nacional de Assistência Social na Proteção Social Básica.

2.2–Assistência Social e Proteção Social Básica: a Implantação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Historicamente, conforme já apontamos, a Assistência Social apresenta-se predominantemente vinculada a práticas assistencialistas, clientelistas e essencialmente caritativas. Com a Constituição de 1988, transforma-se a concepção de Assistência Social no Brasil, instituindo um marco histórico, já que, inspirada na noção de Estado de Bem-Estar Social, converte a noção de caridade e bemestar em concepção de direito e cidadania.

Neste contexto, a Assistência Social desponta seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e à promoção de condições dignas de vida. Constituindo-se, dessa forma, como uma política universal, ainda que seletiva, busca atender a quem dela necessitar.

Vale ressaltar que a Constituição Federal, em seu artigo 203, determina:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção à integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, regulamenta a Constituição e legitima a assistência social como política social pública brasileira, com o intuito de universalizar os direitos sociais. Cabe acrescentar que a LOAS (1993) concebe que “[...] a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo.” (BRASIL, 2005, p.12)

Com a elaboração da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), criada em 2004, desenvolveu-se, a partir da heterogeneidade presente nas diversas práticas das políticas públicas de assistência social no Brasil, uma proposta com o objetivo de assegurar uma concepção única de intervenção, buscando abranger todo o território nacional.

Neste aspecto, compreende-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como aquela que efetiva a assistência social enquanto política pública, promotora de proteção social no país. Vale ressaltar que se considera proteção social como “[...] formas institucionalizadas que as

sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. (BRASIL, 2004, p.25).

Nesta perspectiva, a proteção social busca garantir a todos, sem contribuição prévia, a proteção a quem dela necessita. (BRASIL, 2004) Segundo o autor Di Giovanni (apud DEGESAJN, 2006), trata-se da provisão de proteção a certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como velhice, doenças e privações.

Para tanto, conforme mencionado anteriormente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta as seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa, controle social, primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social e a centralidade das ações com foco na família.

As ações de proteção social são organizadas e desenvolvidas de acordo com diferentes níveis de complexidade. Desta forma, os atendimentos são classificados como Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta de média ou alta complexidade.

As ações de Proteção Social Básica são desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, conforme já foi abordado, têm como primícias propiciar práticas que visam promover a prevenção de situações de risco social e pessoal, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Neste contexto, o CRAS consiste em “[...] um equipamento social público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território”. (BRASIL, 2006, p.6). Nesta perspectiva, são unidades de referência estatal, consideradas como porta de entrada para os serviços de assistência social no município e devem estar localizados em regiões de vulnerabilidade social. Neste sentido, o CRAS organiza e coordena as ações socioassistenciais no local onde ele está instalado.

Cada unidade deve contar com a presença de uma equipe interdisciplinar que, segundo a Norma Operacional Básica (NOB-RH), é composta minimamente pelos seguintes profissionais: coordenador, assistentes sociais, psicólogos, estagiários e auxiliar administrativo.

Dentre as ações desenvolvidas pelo CRAS, a equipe interdisciplinar é responsável por executar o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), criado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), como principal programa de proteção social básica do SUAS. Nele se desenvolvem ações e serviços básicos continuados às famílias em situação de vulnerabilidade social, objetivando o fortalecimento das famílias, o direito à proteção social básica, a ampliação da capacidade de proteção social e a prevenção a situações de risco.

Vale ressaltar que o PAIF relaciona-se com o Programa Bolsa Família (PBF), também desenvolvido pelo MDS, considerado como um grande *programa guarda-chuva* de transferência de renda às famílias acompanhadas pelo CRAS.

Neste sentido, enquanto o PBF distribui dinheiro às famílias, o PAIF apresenta um caráter educativo e tem como eixo de trabalho: disseminar informações a respeito dos direitos de cidadania; do conhecimento dos serviços, recursos e agentes do território e apoio às ações locais e culturais de interação a família. Trata-se, portanto de um trabalho que busca desenvolver ações de acolhimento e acompanhamento das famílias do CRAS.

Os serviços de Proteção Social Especial de média complexidade são realizados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e objetivam desenvolver atendimentos e acompanhamentos psicossociais a indivíduos e famílias que possuem seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

As ações de média complexidade se desenvolvem por meio de serviços e programas de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, visitas domiciliares, abordagem de rua, habilitação e reabilitação de portadores de necessidades especiais e acompanhamento psicossocial aos jovens em medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade – PSC e liberdade assistida – LA).

Já os serviços de Proteção Especial de alta complexidade são desenvolvidos nas situações em que a família ou indivíduos se encontram sem referência e/ou ameaçados, necessitando da retirada do núcleo familiar e/ou comunitário, requerendo um rompimento de vínculos. Neste aspecto, os serviços englobam abrigos, famílias substitutas e acolhedoras, e as medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade.

Contudo, vale ressaltar que, ao discutirmos estas concepções que norteiam as práticas de assistência social no Brasil, faz-se necessário desenvolver uma análise crítica sobre seus reflexos na atualidade em que estamos inseridos.

O contexto histórico em que as ações socioassistenciais se desenvolvem e se enraízam e o caráter fundamentalmente excludente que norteia a constituição das políticas sociais no país exige um debate mais aprofundado acerca das políticas públicas de assistência social, mais especificamente da proteção social básica, que preconiza possibilidades de ampliação e garantia de direitos.

No âmbito das políticas públicas de assistência social, merecem destaque as contradições que privilegiam a manutenção do *status quo* por meio de concepções e ações que reproduzem os processos de culpabilização e responsabilização das famílias em

vulnerabilidade social. Tais contradições podem ser observadas, como já apontamos ao longo deste trabalho, pelas próprias condicionalidades que respaldam a elaboração dos programas sociais com um foco essencialmente fundamentado na centralidade sociofamiliar, o que veicula ações que privilegiam a família enquanto espaço resolutivo de conflitos e demandas sociais.

Neste aspecto, faz-se necessário compreender qual concepção de família estes programas, serviços e projetos da assistência social utilizam para respaldar as técnicas teórico-metodológicas constituídas por meio das práticas de acompanhamento e apoio desenvolvidas com as famílias atendidas, considerando a complexa e dinâmica realidade que as caracteriza na atualidade.

Outro fator importante a ser considerado nesta análise trata-se da compreensão dos profissionais a respeito dos aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade em que estão inseridos, enquanto atores responsáveis pelo planejamento e execução das políticas públicas de assistência social.

Embora seja um avanço a inclusão de diferentes formações técnicas que compõem as equipes interdisciplinares no campo da assistência, faz-se necessário compreender como se dão às formações profissionais, ou seja, se estas privilegiam uma análise crítica deste contexto de atuação articulada, a fim de qualificar as práticas psicossociais, ou se permanecem legitimando olhares e saberes fragmentados.

Para a autora Sposati (2007),

A assistência social, através de seus programas, torna-se, assim, o conjunto de práticas que o Estado desenvolve direta ou indiretamente, junto às classes subalternizadas, com aparente caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção. (SPOSATI, 2007, p.64).

Dentro deste contexto do capitalismo em expansão no Brasil, podemos afirmar que a assistência social não se propõe a sanar as desigualdades, mas, pelo contrário, as desigualdades são mantidas como favoráveis a custos políticos, como forma de reduzir os agravamentos dos conflitos sociais. Neste sentido, a assistência social pública pode ser compreendida como um mecanismo político utilizado pelo Estado a fim de “[...] dar conta dos excluídos”. (SPOSATI, 2007, p.64).

Deste modo, a assistência social atravessa e é atravessada por tensões, embates e lutas de classe que precisam ser consideradas neste estudo. No que tange à capacidade emancipatória das práticas dos CRAS uma das assistentes sociais entrevistadas assinalou, “[...] é um desafio, na verdade, da política de assistência social, você achar a porta de saída, né?” (A.S.1, 2013). Tal afirmação, a nosso ver, é um reflexo das contradições inerentes ao

cotidiano do trabalho no campo da assistência social, que se pretende emancipatório e tendo como objetivo o “empoderamento” de seus participantes.

Vale ressaltar que compreendemos o social a partir das relações sociais que o constituem. Trata-se, portanto, de considerar como fundamentais os elementos socioeconômicos, políticos e culturais e não apenas os elementos particulares e individualizantes. Neste sentido, mais do que efetivar ações para corresponder a simplificações de carências individuais, consideramos, como ponto nevrálgico para a implementação das políticas de assistência social, a compreensão a respeito da dimensão sociocultural e política que considera as reais condições da população excluída.

2.3– As Políticas Sociais e as Práticas *Familistas*⁸.

El llamado habitual a “fortalecer” la familia sin el apoyo social que este llamado implica es, de hecho, una expresión de cinismo social y de irresponsabilidad.

Elizabeth Jelin

Esta seção tem como objetivo fomentar discussões a respeito das noções de família que estão sendo construídas e preconizadas nas Políticas Sociais Brasileiras, mais especificamente na Política de Assistência Social. Tais noções reforçam concepções que refletem e reforçam a primazia de determinados respaldos teórico-metodológicos em detrimento de outros, configurando as práticas comumente utilizadas nos acompanhamentos e intervenções realizados com as famílias nos CRAS.

Sabemos que a família tem se constituído como alvo preferencial de intervenção junto ao desenvolvimento de programas e políticas promotoras de “inclusão social”. Neste sentido, compreendemos que ela é considerada tanto como um espaço de “origem” quanto “resolutivo” dos problemas e vulnerabilidades às quais está submetida.

Nesta perspectiva, conforme mencionamos anteriormente, os autores Campos e Mioto (2003) apontam para as contradições e fragilidades existentes nesta relação que se estabelece entre a família e o Estado. Os autores enfatizam que, ao mesmo tempo em que se privilegiam políticas sociais e programas de inclusão social que preconizam fortalecimento e proteção da

⁸ Segundo Campos (2002), o conceito sobre as práticas familistas aponta para uma crítica a respeito dos programas sociais no Brasil. O autor considera que estas intervenções privilegiam a responsabilização da família como “origem” e/ou espaço de resolução de conflitos ou vulnerabilidades às quais está submetida, desresponsabilizando o Estado da implantação de ações efetivas via políticas públicas. Dessa forma, a intervenção do Estado fica restrita a atuar apenas quando se esgotam todos os recursos disponíveis pelas famílias em solucionar seus problemas.

família, se atribuem a ela a função e a responsabilização em superar as situações de vulnerabilidade vivenciadas.

Corroborando esta concepção, as autoras Meyer, Klein e Fernandes (2012), pesquisadoras das noções de família presentes nas políticas e programas sociais, ressaltam que ao mesmo tempo em que ela é reconhecida como alvo preferencial na execução das políticas públicas também é “convidada” a atuar como “parceira estratégica” na implantação e implementação das mesmas.

Para a pesquisadora Mariano (2008) existe uma “[...] cegueira dos programas assistenciais” no que se refere à questão da cidadania das mulheres pobres e da inclusão das famílias em suas ações. A autora enfatiza que, embora a família seja bastante presente atualmente nos estudos da assistência social, ainda é compreendida de forma abstrata, “ignorando-se que o gênero estrutura as relações familiares”. Neste sentido, embora se tenha ampliado o leque das discussões a respeito dos conceitos de família, a autora ressalta que pouco se busca compreender sobre as questões de gênero que permeiam e fundamentam as relações familiares. Tal fenômeno pode ser evidenciado ao levantarmos que a maioria das pessoas que participam das ações na assistência social são as mulheres. (MARIANO, 2008, p.56).

Considerando que a pobreza no Brasil apresenta “concentração de populações negra e feminina, esses programas convivem com a articulação entre classe social, raça e gênero”. Contudo, isso não implica compreender a questão das desigualdades sociais nem tampouco a preocupação e a inclusão desse tripé nas ações governamentais. (MARIANO, 2008, p.57) Neste sentido, faz-se necessário um maior aprofundamento destas relações nas políticas sociais.

Dessa forma, embora a assistência social tenha conquistado um avanço em seus arranjos legais e institucionais, segundo a autora, ainda segue sendo configurada por programas “focalizados e seletivos”, apresentando ações que estão aquém de efetivamente conseguirem atender às dimensões de pobreza da realidade brasileira. Nesta perspectiva, Mariano (2008) ressalta que, com a inserção e o cumprimento obrigatório das condicionalidades dos programas de transferência de renda, legitima-se a contradição entre direito e seletividade, ou seja, trata-se de um “direito condicionado”.

A referida autora busca estabelecer um elo entre a questão da cidadania das mulheres e a garantia e acesso aos direitos sociais. Segundo ela,

O elo comum que nos permite ligar a discussão sobre a cidadania das mulheres e os direitos sociais é a persistente associação entre mulher e maternidade. Em ambos os casos a mulher é considerada, predominantemente, não a partir do status de

indivíduo, cidadã e trabalhadora, mas sim a partir do status de mãe e cuidadora, representante de um grupo doméstico. Assim, quando são colocadas na agenda pública as preocupações com a “questão social”, e são tomadas de uma perspectiva de combate à pobreza, as contribuições das mulheres esperadas pelas ações estatais é o eficiente cumprimento de suas funções de mãe e cuidadora. Algumas feministas atribuem a isso ao nome de familismo. (MARIANO, 2008, p.61).

O termo *familismo* é conceituado por Esping-Andersen (1999), em resposta às transformações do Sistema de Proteção Social ocasionadas pela crise mundial do “Estado de Bem Estar Social” no final da década de setenta. Enquanto, por um lado, legitimava-se o discurso neoliberal a respeito da inoperância do Estado para promover o bem-estar dos cidadãos, por outro, buscava-se fortalecer o mercado e a sociedade civil, com estratégias para assegurar eficientemente e com “responsabilidade social” as demandas sociais. Neste contexto, consolida-se uma compreensão que privilegia o forte apelo e responsabilização da família na reestruturação do Sistema de Proteção Social, reduzindo a capacidade de intervenção e responsabilização do Estado.

Cabe acrescentar que o *familismo* já era discutido na literatura em estudos desenvolvidos por Saraceno (1992), que longe de significar uma concepção pró-família, buscou medir o quanto ela é capaz de absorver os riscos sociais. Nestes estudos, o autor desenvolveu também o conceito de *desfamiliarização* para caracterizar as situações em que o Estado e o mercado cobrem os riscos de desvincular os indivíduos da responsabilidade pelos cuidados com a família.

Para a autora Mariano (2008), esta concepção que considera a família, e dentro dela a figura da mulher enquanto mãe, como centro das “políticas de gestão da vida”, não se caracteriza como algo novo na história da sociedade ocidental. As transformações geradas pelos movimentos de urbanização, implantação e fortalecimento do sistema de produção capitalista e a criação e consolidação dos Estados Nacionais na Europa, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, produziram esta necessidade de “proteção e cuidado” com a família burguesa.

Nesta perspectiva, após a Revolução Industrial, foram se constituindo as noções que “reproduzimos” e “naturalizamos” atualmente a respeito dos conceitos de filiação e de vida conjugal. Neste sentido, a partir do final do século XIX, inicia-se a compreensão de família nuclear tal qual a concebemos em nossos dias, expressa e considerada como o “centro de estruturação da sociedade”. Vale ressaltar que o modelo de família que predomina na sociedade atual é o da família burguesa, segundo Reis (1994), isto se dá porque o padrão de organização familiar originou-se na burguesia e espalhou-se para as demais classes sociais, que gradativamente o foram adotando.

Isso não significa negar a existência de outras formas de vida familiar nem impor uma padronização absoluta a todas as unidades familiares, mas apenas tomar o modelo familiar que predomina na sociedade em que vivemos e que corresponde aos valores da ideologia dominante. Aliás, a família burguesa, ao se representar não apenas como aquela que é 'normal', mas também como a única possibilidade, nada mais faz do que cumprir a sua função ideológica. (REIS, 1994, p. 105).

O autor enfatiza que a própria noção de família é ideologizada e tal concepção é veiculada, principalmente pelos pais e pelos agentes educacionais, como algo natural e universal, portanto imutável. O autor Althusser (1974), ao estudar as instituições utilizadas pelo Estado para promover a manutenção da dominação política da burguesia, ressalta a família como um importante aparelho ideológico, embora aponte para a escola como o aparelho mais utilizado para a disseminação ideológica.

No contexto brasileiro, segundo Miotto (2006), a família sempre desenvolveu um papel cuja função é promover proteção social. Atuação esta que a família vem desempenhando no país, principalmente a partir da década de oitenta, muito utilizada para abafar as crises existentes. Corroborando esta afirmação, as autoras Carvalho e Almeida (2003, apud MIOTTO, 2006) ressaltam que as famílias viabilizam a reprodução social, por meio do desenvolvimento de práticas de solidariedade e de grupos domésticos, mesmo com os baixos salários e com a inconstância dos serviços públicos.

Miotto (2006) ressalta que o modo como a família foi incorporada às políticas públicas se reflete nos valores e na organização do cotidiano do trabalho da assistência social. Neste sentido, as práticas sociais, historicamente determinadas por uma análise fragmentada de "indivíduos-problemas" ou de "situações-específicas", não consideravam a família em sua totalidade, mas sim enquanto constitutivas dos problemas sociais. Concebiam-se, dessa forma, as famílias pobres e seus responsáveis, como incapazes de educar e proteger suas crianças, propiciando comportamentos que levavam a vícios e promiscuidades.

Dessa forma, as concepções idealizadas de família tradicional, nuclear, burguesa, considerada como padrão e referência de normalidade, respaldavam as medidas e políticas sociais que discriminavam outros tipos de organização familiar, produzindo a associação entre "família irregular/desestrutura/pobreza".

Para Miotto (2006), embora atualmente exista um avanço conceitual e teórico preconizado na Política Nacional de Assistência Social-PNAS (2004), que busca romper com concepções conservadoras a respeito da organização, composição e função das famílias atendidas, ainda assim, observa-se que o Estado oferece uma proteção condicionada a uma série de contrapartidas. Nesse sentido, a expectativa e sobrecarga continuam a recair na

responsabilização e cumprimento de estereótipos e papéis familiares. Segundo a PNAS (2004), o modelo acerca da família segue os seguintes preceitos:

[...] prover a proteção e socialização dos seus membros, constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de mediadora das relações de seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p.35).

Percebemos que a legislação da PNAS (2004) busca romper com uma concepção única de família, ampliando sua compreensão para englobar as diversas possibilidades de vínculos, reconhecendo-a em sua pluralidade “[...] de arranjos e rearranjos estabelecidos por seus integrantes”. Contudo, apesar dessa perspectiva, analisamos que ainda se mantêm expectativas em relação ao desempenho das funções básicas da família como: proteção, cuidado, sustento e educação. Segundo a PNAS (2004), as orientações e o acompanhamento, realizados pelos profissionais dos CRAS, promovem o fortalecimento e a autonomia das famílias, apostando que tais intervenções potencializam sua capacidade protetiva, reforçando a tradição familista das políticas sociais.

Conforme Teixeira (2010), “[...] apesar do reconhecimento da pluralidade de formas familiares, a homogeneizam em suas funções, papéis e relações internas, trata-a a priori como locus da felicidade, refúgio da vida desumana do mercado [...]” (TEIXEIRA, 2010, p.10). Vale ressaltar que esta análise está pautada em um modelo de família burguesa. Tal modelo, descrito por Poster (1979), configurou-se no século XVIII, com a mudança da família operária para os subúrbios. O autor descreve que o processo de construção do modelo de família burguesa constituiu-se a partir do rompimento de vínculos com a comunidade.

A mulher, afastada das redes femininas típicas da fase anterior, ficou isolada no lar e o homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade. Ao mesmo tempo, a educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família. Essas transformações foram acompanhadas de um reforço da autoridade paterna e de um incremento do conservadorismo por parte de toda a família proletária. Um século depois de seu nascimento a família proletária quase não se distinguia mais da família burguesa, em termos de padrões emocionais que caracterizavam suas relações internas. Isso significa que houve um aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne à vida familiar. (POSTER, 1979, apud REIS, 1994, p.109).

Neste aspecto, compreendemos que os trabalhos realizados com as famílias nos CRAS, embora a princípio apresentem uma dimensão coletiva de atuação, prevendo o fortalecimento da comunidade, priorizam, a partir do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, um olhar especializado para aspectos subjetivos e individuais que respaldam a atuação e o acompanhamento das famílias.

Vale ressaltar que, mesmo quando se organizam grupos, os trabalhos chamados socioeducativos apresentam predominantemente um caráter informativo ou de orientação,

abrangendo temas relacionados às etapas do ciclo de vida familiar. Segundo as Normas Técnicas de Atuação (BRASIL, 2006, p. 42) os grupos socioeducativos devem discorrer a respeito dos seguintes temas:

- 1-Criar situações em que as famílias possam expressar coletivamente suas dúvidas e conflitos, construindo soluções para os problemas cotidianos, relacionados ao cuidado de suas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- 2- Refletir com a família sobre as mudanças em sua dinâmica e redistribuição de papéis, a partir do desenvolvimento de seus filhos. Desenvolver habilidades de cuidado, orientação e acompanhamento das crianças. Debater aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, às necessidades de estimulação nessa fase da vida, à importância de proporcionar espaços e oportunidades voltadas e orientadas pelas necessidades infantis e desafiadoras [...]. Debater temas relacionados ao desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem, características e interesses.
- 3- Refletir sobre a necessidade de proteção aos seus membros idosos e de valorização do seu saber.
- 4- Discutir as estratégias para o desenvolvimento das competências da pessoa com deficiência, destacando o papel fundamental das famílias e da comunidade no processo de reabilitação e inclusão das pessoas com deficiências.

Ao analisarmos as normas acima, observamos que os trabalhos socioeducativos objetivam propiciar a educação acerca de temas que promovam discussões relativas a questões internas da família, buscando fortalecer as habilidades domésticas e reforçar a responsabilização das mesmas.

Para as autoras Meyer, Klein e Fernandes (2012), tais políticas e programas representam ferramentas centrais “[...] à organização social, uma vez que se pretende promover esses objetivos através da normatização e da administração de certas dimensões da vida cotidiana dos sujeitos aos quais se direciona”. (p. 435). Neste sentido, inscrevem-se e instituem-se nos discursos do cotidiano a introdução, a significação e a ressignificação de termos como: família, maternidade, paternidade, infância, risco, vulnerabilidade, inclusão, dentre outros. E essa gramática, produzida pelos discursos, “[...] busca interpelar determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros”. (MEYER, KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 435).

Estes elementos, veiculados por meio dos aparelhos ideológicos, formatam modelos condizentes com as concepções naturalizadas que referenciam o modo como devemos ser, pensar e agir. Tais noções são reproduzidas e incorporadas em nosso dia-a-dia, respaldando comportamentos condizentes com o modo de vida burguês. Dessa forma, o Estado, os meios de comunicação de massa, a escola, a família, privilegiam esquemas preferencialmente comprometidos com a manutenção de uma lógica hegemônica. Neste ínterim, problematizamos o papel dos agentes educativos no desenvolvimento dos trabalhos com a família.

A nosso ver, corre-se o risco de tais práticas estarem comprometidas em legitimar o olhar dos especialistas, que se apropriam cada vez mais da busca pela compreensão e solução dos *males* aos quais são acometidas as famílias contemporâneas. Para o autor Jurandir Freire Costa (1983), pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins revezam-se na tarefa de promover assistência às famílias “desequilibradas”, inscrevendo e “aprimorando” propostas que prometem a “reabilitação familiar”.

Contudo o autor enfatiza que esta posição de dependência com os “agentes educativo-terapêuticos” não é nova na história da família burguesa. Segundo Costa (1983), a família oitocentista de elite foi submetida a tal tutela pela política higiênica, implantada no século XIX pela medicina social. Vale ressaltar mais uma vez que este movimento teve início na Europa e posteriormente foi importado a outros países como o Brasil.

A fim de “salvar” os indivíduos e famílias do “caos”, com os altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde da população na época, justificou-se a inserção de orientações e procedimentos de higiene na intimidade das famílias, considerando-as incapazes de proteger a vida de suas crianças e adultos.

Buscando exterminar os velhos hábitos coloniais, a higiene começa a revolucionar os costumes familiares. Com o direcionamento e a introdução da educação física, moral, intelectual e sexual, inspiradas nos preceitos sanitários da época, ultrapassam-se os limites da saúde individual.

Segundo Jurandir Freire Costa (1983), à medida que se alterava o perfil sanitário da família, alterava-se também sua constituição social. Neste aspecto, o autor considera que:

[...] estas transformações contribuíram para alterar os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se, no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa. (COSTA, 1983, p.13).

Nesta perspectiva, analisamos que a burguesia e a vida privada ficaram atreladas a destinos políticos determinados por uma única classe social, contribuindo, desse modo, para a construção de processos de dominação. Se por um lado, começa a se conceber o corpo, o sexo, os sentimentos conjugais, parentais e filiais como insígnias de diferenciação das classes sociais e instrumento de dominação política, por outro, constroem-se concepções éticas que norteiam o convívio social burguês, moldando a convivência familiar.

O autor Costa (1983) ainda acrescenta que o fenômeno de dominação política e controle estendem-se para dentro dos lares, reproduzindo os dilemas e tensões de classes presentes na sociedade, propiciando, neste sentido, uma fusão entre as concepções “[...] de

saúde individual, aquisição de ‘status’ social e manipulação político-econômica da vida dos indivíduos”. (COSTA, 1983, p.13).

A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável. Corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorados, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização socioeconômica, não logravam conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene. (COSTA, 1983, p.13).

Podemos observar, a partir das afirmações do autor, como as consequências da formação higienicamente urbanizada e disciplinada da sociedade burguesa, ao disseminarem um modelo de “superioridade” biológico social do corpo, marcam insígnias que são reproduzidas e aprendidas desde a infância. Neste contexto, perpetuam-se concepções como “superioridade” ou “inferioridade” no “modus vivendi”, pautadas em modelos atrelados a uma escala ideológica de valores sociais e raciais. Segundo Costa (1983), este fenômeno pode ser observado quando se aceita com facilidade e naturalidade a situação de inferioridade socioeconômica a que estão submetidos os indivíduos que não correspondem à elite física. Ou mesmo quando, dissociado da ideologia política de classe social, continua-se avaliando de forma pejorativa o corpo, os gestos, o sotaque, “[...] o modo de ser dos mal-nascidos”. (COSTA, 1983, p.14).

Outro fenômeno propiciado pelo movimento higienista que, segundo Costa (1983), vem influenciando o “modus vivendi” das famílias até os dias atuais é referente à disseminação da educação moral que: “[...] secularizou medicamente as mentalidades”. (COSTA, 1983, p.14) Produziu-se o indivíduo contido, polido e “bem-educado”, configurando o comportamento reprimido e disciplinado como norma ideal. Exacerbou-se a auto culpabilização, que resulta de um processo de interiorização do controle, formatando indivíduos que experimentam e reproduzem inúmeros sofrimentos psíquicos.

Para o autor, a educação intelectual também sofreu interferências ao buscar refinar cientificamente a sociedade colonial. Segundo ele, o movimento contribuiu para a construção de um processo de hierarquização social da inteligência, ou seja, nascem dois tipos de indivíduo na sociedade: o “culto” superior ao “inculto”. Além disso, Costa (1983) chama a atenção para o processo de naturalização da discriminação de gênero concebida neste período, “[...] difunde-se a ideia de que o cérebro do homem o habilitava para as profissões intelectuais e o da mulher para as atividades domésticas”. (COSTA, 1983, p.15).

Em relação à educação sexual, norteadas pelos preceitos disseminados pelo movimento higienista, homens e mulheres eram figuras cuja função estava relacionada estritamente à

reprodução e à guarda dos filhos. Neste aspecto, o autor ressalta que as condutas sexuais masculinas e femininas foram sendo reduzidas e consideradas a partir das funções “[...] sócio sentimentais do pai e da mãe”. Ainda para o autor este fenômeno contribuiu para a produção e disseminação da repressão sexual intrafamiliar, transformando a casa burguesa “[...] numa verdadeira filial da polícia médica”. (p. 15).

Instigados pela higiene, homens passaram a oprimir mulheres com o machismo, mulheres, a tiranizar homens com o ‘nervosismo’; adultos a brutalizar crianças que se masturbavam; casados a humilhar solteiros que não se casavam; heterossexuais a reprimir homossexuais, etc. O sexo se tornou emblema de respeito e poder sociais. Os indivíduos passaram a usá-lo como arma de prestígio, vingança e punição. (COSTA, 1983, p.15).

Observamos a partir das afirmações do autor, que a construção e a disseminação de conceitos e normas respaldam a padronização e o controle de comportamentos. Ao buscarmos compreender este fenômeno, resgatamos, a partir de Costa (1983), um processo histórico no qual analisa a influência das concepções higienistas, seu caráter educativo e disciplinador, que normatizaram a reprodução de uma lógica essencialmente burguesa. Neste sentido, nos questionamos a respeito de quais noções de família vem sendo produzidas atualmente? E dentro desta lógica, quais são as estratégias teórico-metodológicas utilizadas para desenvolver intervenções referentes à promoção de fortalecimento familiar?

Jurandir Freire Costa (1983) faz uma crítica às práticas dos profissionais que atuam como “novos técnicos em amor familiar”, que estruturam orientações inalcançáveis, nas quais os pais, frequentemente, são considerados inaptos, ignorantes, quando não doentes. Neste contexto, constitui-se uma necessidade constante de intervenções disciplinares por parte destes agentes de normalização.

A crítica apresentada pelo autor não se reduz a uma interpretação de que as práticas disciplinares desenvolvidas e executadas pelos agentes educativo-terapêuticos representam dispositivos de inculcação ideológica, filosófica ou política, propiciando mudanças de visão de mundo das famílias. Mas aponta para a normalização dos sentimentos e das condutas, como um processo de despolitização do cotidiano, ou seja, inscreve-se nas “[...] micro preocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico”.(COSTA, 1983, p.17).

Nesta perspectiva, o autor acrescenta que, norteados por uma ideologia essencialmente cientificista, os “[...] especialistas encarregados de reeducar terapêuticamente as famílias [...]” (p.17), não associam às suas práticas os aspectos políticos inerentes às intervenções disciplinares, reforçando estratégias de controle terapêutico. Trata-se da reprodução do que o autor denomina de “miopia política”.

Dessa forma, Jurandir Freire Costa (1983) questiona se as “soluções” desenvolvidas para “tratar” as famílias, ao invés de resolver os problemas não passam de estratégias que propiciam a perpetuação da doença. “Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas as lições de amor e sexo dadas à família”.(COSTA, 1983, p.17).

Esta concepção de despolitização do cotidiano, identificada nas práticas educativo-terapêuticas descritas acima por Costa (1983), também foi analisada pelo autor Jacques Donzelot (1986), que aponta para a filantropia como um meio ingênuo e apolítico de implantar intervenções privadas na esfera dos problemas concebidos como sociais. Compreendidas enquanto estratégias despolitizantes nos equipamentos coletivos, o autor ressalta que se busca manter uma distância calculada entre as ações das iniciativas privadas e do Estado.

Neste contexto, para Donzelot (1986), constituiu-se na Europa, no final do século XIX, a implantação de estratégias filantrópicas que podem ser analisadas a partir de duas linhas distintas e articuladas, são elas: o “polo assistencial” e o “polo médico-higienista”. Segundo o autor, trata-se de concepções que buscavam solucionar os problemas da ordem política por meio da revalorização da família burguesa produzida na época.

Como “polo assistencial” compreende-se as ações que remetem à esfera privada o direito à assistência e ao trabalho. Dessa forma, utiliza-se o Estado como um meio formal para disseminar orientações, conselhos e modelos de comportamentos visando transformar o fenômeno do direito político em moralidade econômica.

Ao invés de um direito à assistência do Estado, cujo papel, assim aumentado, viria perturbar o jogo dessa sociedade, liberada dos entraves cuja pedra fundamental era justamente este papel do Estado, nós forneceremos os meios para serdes autônomos através do ensino das virtudes da poupança e, de nossa parte, o mínimo direito será sancionar, através de uma tutela cuidadosa, as demandas de ajuda que ainda poderíeis solicitar, já que elas constituiriam o indício flagrante de falta de moralidade.(DONZELOT, 1986, p.56).

Pautado em um Estado Liberal que incentiva a iniciativa privada a conduzir as intervenções demandadas pela área social, Donzelot (1986) caracteriza as ações do polo assistencial como aquelas que buscam promover o fortalecimento de relações de tutela e cuidado. Já a descrição do “polo médico-higienista” corrobora a compreensão apresentada por Jurandir Freire Costa (1983), ou seja, que aponta o Estado como instrumento direto para a disseminação das concepções desenvolvidas e implantadas pelo movimento higienista. Donzelot (1983) acrescenta que as ações caracterizadas por este “polo” foram utilizadas para reduzir os riscos de destruição da sociedade “[...] através do enfraquecimento físico e moral

da população”.(DONZELOT, 1986, p. 57). Além disso, enfatiza que a esfera industrial passa a dar suporte aos costumes e a integração dos cidadãos.

É com esse espírito de preservação da sociedade liberal através da adaptação positiva dos indivíduos a seu regime, e somente nesse sentido, que os higienistas incitarão o Estado a intervir através da norma, na esfera do direito privado. (DONZELOT, 1986, p. 57).

Com o desenvolvimento industrial característico do Estado moderno, surgiu a necessidade de se controlar demográfica e politicamente a população. Este controle é analisado por Donzelot (1986) no âmbito da família que construía concepções que disciplinavam as práticas de cuidados com os filhos. Neste sentido, inúmeras instituições filantrópicas e religiosas objetivavam “ajudar” as classes pobres, buscando moralizar seu comportamento, a fim de facilitar a educação e contribuir para a restauração da vida familiar. Vale ressaltar que, no caso dos pobres, estas práticas buscam prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria.

A filantropia, a assistência social e a medicina concentraram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. Essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográfico-policiais sobre os pobres permitiram a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho. A ação médico-filantrópico-assistencial conduzia a vida privada sem desrespeitar o pacto social. (COSTA, 1983, p.52).

Para o autor, a criação destas normas objetivou instaurar a ordem e a normatização a fim de auxiliar o funcionamento do Estado. No Brasil, segundo Costa (1986), estes elementos caracterizam-se como fundamentais para a compreensão do desenvolvimento das relações entre família, medicina e Estado no século XIX. Trata-se de configurações que influenciaram, a partir da implantação das concepções de higienização da elite familiar brasileira, a organização e a integração de uma série de medidas normalizadoras, que contextualizam a utilização de padrões e condutas privilegiadas na sociedade até os dias atuais.

Dessa forma, entendemos que ao se preconizar trabalhos que privilegiam a centralidade das intervenções essencialmente no âmbito sociofamiliar, reproduzem-se o desenvolvimento de ações configuradas por estratégias refinadas de controle e fiscalização do modo de vida dos pobres. Constituídas essencialmente por atendimentos familiares, palestras, grupos socioeducativos e visitas domiciliares, as práticas sociais desenvolvidas pelos CRAS preocupam-se predominantemente com os aspectos individuais e subjetivos das famílias, a fim de promover autonomia, protagonismo e empoderamento dos atendidos.

Contudo, estas concepções precisam ser superadas, uma vez que legitimam a compreensão de que, ao se fortalecer a autoestima, ao se promoverem capacitações

profissionais, promovendo a empregabilidade, como se a falta de emprego se devesse apenas à ausência de capacitação ou falta de vontade, contribui-se para uma maior autonomia das famílias, ou seja, trata-se de fazer com que elas andem com “as próprias pernas”, sem depender de benefícios sociais. Nesse sentido, Demo (2002) ressalta que o pobre é compreendido como aquele que não consegue trabalho ou que se insere mal no mercado de trabalho, configurando a relação entre trabalho\produção como a principal via de emancipação.

Embora em teoria esta perspectiva pareça consistente, Demo (2002) aponta para uma análise a respeito do capitalismo concreto que, na prática, apresenta um crescimento econômico incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível, produzindo um sistema onde o desemprego e o subemprego são estruturais aos meios de produção. Além disso, com a rapidez dos avanços tecnológicos, reduz-se cada vez mais a tendência em absorver mão-de-obra, sendo a tecnologia a principal fonte de crescimento e lucro.

Neste aspecto, a própria noção de autonomia está sendo interpretada a partir de uma lógica neoliberal na qual se concebe que o indivíduo conquista sua autonomia e protagonismo na medida em que consegue cuidar-se sozinho sem precisar do Estado. Neste sentido, as orientações e acompanhamentos realizados pelos CRAS visam orientar as famílias para que possam descobrir formas de enfrentamentos de suas vulnerabilidades, potencializando-as a buscarem saídas a partir de suas próprias habilidades domésticas, reforçando suas responsabilidades individuais e familiares.

Observamos então que, ao se privilegiarem aspectos individuais, não se proporciona um trabalho que busque potencializar as famílias a fim de se organizarem e reivindicarem políticas públicas que efetivamente promovam a garantia de direitos e uma melhor qualidade de vida à população. Ou mesmo que tais ações contribuam para o engajamento das famílias em movimentos sociais, ou no desenvolvimento de ações comunitárias, buscando assim estimular a participação política e a organização popular.

Desta forma, este trabalho se pretende crítico ao partimos do pressuposto de que o enfrentamento da pobreza é um enfrentamento político que diz respeito à ausência de cidadania. Como bem aponta Demo (2002, p.35): “[...] a carência material é a casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na “pobreza política”; tal reconhecimento seria suficiente para perceber que o combate à pobreza não passa em primeiro lugar pela assistência, mas pela reinvenção da cidadania do excluído”.

Reinventar a cidadania significa ir além das ações estritamente assistenciais e desenvolver intervenções/ações que levem ao fortalecimento da comunidade e à

transformação social; reconhecer que a pobreza é fruto da desigualdade social e evidenciada pela falta de distribuição de renda e da diminuição da ação do Estado, e para tanto deve ser enfrentada com ações que possibilitem a desnaturalização do processo de exclusão e que garantam o exercício da cidadania para todos, o que implica promover ações que levem a constituição de sujeitos com história própria, individual e coletiva.

2.4–Considerações sobre os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em Várzea Paulista.

Nesta seção pretendemos inicialmente caracterizar, em linhas gerais, o Município de Várzea Paulista e, posteriormente, discorrer sobre o processo de implantação dos CRAS, a partir da perspectiva da Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, cujos dados foram coletados por meio de uma primeira entrevista exploratória, realizada em setembro de 2012. Vale acrescentar que a diretriz de governo, durante os anos de 2005 a 2012, com a gestão do Partido dos Trabalhadores – PT, priorizou a questão da educação e da participação popular, o que levou a desdobramentos fundamentais para a compreensão das metodologias escolhidas e aplicadas às ações desenvolvidas ao longo deste período.

Cabe ressaltar que esta experiência, desenvolvida no Município de Várzea Paulista, resultou na produção de dois livros, um deles organizado por Eduardo Tadeu Pereira (prefeito de Várzea Paulista na época), intitulado “Cidadania na Cidade”, e o outro livro organizado pelo Núcleo de Economia Solidária da USP – ECOSOL, intitulado “Economia Solidária em Várzea Paulista – Construindo uma Política Pública”, ambos utilizados nesta pesquisa a fim de respaldar-nos na caracterização do Município e na análise do desenvolvimento dos trabalhos realizados no período acima citado.

Inicialmente, ao entrarmos na página oficial da Prefeitura de Várzea Paulista, mais especificamente no que diz respeito à atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social, explicita-se que “[...] tem como missão estimular o desenvolvimento social da cidade através da implantação da política pública de inclusão social, de inclusão produtiva e econômica por meio da educação e participação popular.” (www.gove.varzeapaulista.sp.gov.br acessado em 09.09.2012).

Trata-se de um Município que preconiza promover a inclusão econômica a partir da implantação da economia solidária, buscando desenvolver ações de participação popular como forma de incentivo ao desenvolvimento local e a inclusão política, utilizando-se de instrumentos como o Orçamento Participativo e os Conselhos Municipais. Na introdução do

livro “Cidadania na Cidade”, que reúne experiências, dados e pesquisas elaboradas na atuação da administração de Várzea Paulista neste período, descreve-se:

[...] promovemos um governo transformador, que estruturou os pilares da cidadania por meio de um intenso processo de participação popular. As frentes de atuação do nosso governo emergiram das forças emancipatórias, denominadas por Boaventura Souza Santos (1991) como aquelas que atuam no sentido da ampliação e extensão do contrato social. (PEREIRA, 2013, p. 09).

Neste sentido, observamos que os trabalhos desenvolvidos ao longo desta gestão preconizam a promoção de estratégias emancipatórias e de participação política, “[...] tendo como norte a construção de cidadania ativa⁹ na sociedade varzina”. (PEREIRA, 2013, 09). Segundo o autor, o Governo Municipal assumiu “[...] um papel de educador, de mobilizador, de fomentador de novas lideranças, de articulador dos interesses sociais [...]”, ou seja, buscou construir uma relação de diálogo e participação entre o Estado e a sociedade civil. O autor aponta ainda para uma contribuição na construção de “uma nova cultura contra hegemônica”, pressupondo a superação de uma ideologia capitalista hegemônica vigente, por meio da desconstrução de “[...] valores, sentimentos, ideias, conceitos, tais como o individualismo exacerbado e o clientelismo”. (PEREIRA, 2013, 13).

Para construir uma vida melhor para a população, definimos atuar em duas frentes em nosso governo: na resolução de demandas imediatas, como infraestrutura, saúde, educação, entre outras; e a promoção de ações estratégicas, de construção de novos valores e uma sociedade diferente, em busca de um novo mundo possível.

A Economia Solidária se insere nesse contexto e, por isso, definimos essa política como um dos principais eixos do projeto de Desenvolvimento Social que traçamos para a cidade, compondo um tripé de ações, em paralelo com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a participação popular. (PEREIRA, 2013, p. 25)

Nesta perspectiva, buscaremos analisar de forma crítica quais são os desdobramentos desta política nas práticas psicossociais comunitárias e quais são seus reflexos no cotidiano das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, tendo em vista um governo que se diz “[...] transformador, incentivador de desenvolvimento local, visando ao empoderamento das pessoas e à consolidação de políticas de participação permanentes (PEREIRA, 2013, p.12)”.

Em relação à Política de Desenvolvimento Social no Município, relata-se que, a partir de 2005, há uma quebra de paradigmas. As práticas assistencialistas e sem planejamento configuravam as ações da Secretaria de Ação Social de Várzea Paulista.

O que encontramos foi um projeto pautado por interesses individuais que atendia a adolescentes, e a assistência social, relegada ao plantão social. O quadro era

⁹ PEREIRA (2013) utiliza o termo *cidadania ativa* para conceituar e descrever a possibilidade e capacidade da população em participar, destacando-o como o conceito condutor da gestão do governo do PT, no período entre 2005 a 2012, no Município de Várzea Paulista.

composto por onze trabalhadores que estavam insatisfeitos com a condição de trabalho, porém com muita esperança de mudança. A ausência de documentos e de registros dos trabalhos demonstrava descaso com a política pública e a dificuldade com a gestão de Secretaria. Além disso, a participação popular não era estimulada, os Conselhos estavam desarticulados e funcionavam de forma irregular. A maior parte do orçamento era destinada a um único projeto com adolescentes, mas os que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, por não serem considerados “sadios”, eram atendidos em outro município. (POVOA et al. 2013, p.73).

Segundo a Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, com a implantação do novo modelo previsto pela Norma Operacional Básica (NOB), que prioriza a descentralização político-administrativa dos serviços e com a implantação dos CRAS, em setembro de 2005, o Município de Várzea Paulista aderiu à gestão básica do SUAS. “Nossa visão era construir uma Secretaria que potencializasse os valores locais e estimulasse o cidadão a se reconhecer enquanto sujeito de direitos, fomentando a participação popular e reconhecendo valores locais [...]”. (POVOA et al, 2013, p.76).

O Município de Várzea Paulista conta com três CRAS e um CREAS. A gestora relata que o quadro de funcionários dos CRAS era constituído por assistentes sociais e psicólogos, além do monitor social, um cargo concursado, com escolaridade de ensino médio completo e que trabalha sob a supervisão de um técnico.

Com a descentralização dos serviços, a gestora acrescenta que foi necessário ampliar o quadro de funcionários e propiciar metodologias que respaldassem ações nos territórios. Neste aspecto, ela enfatiza que as transformações relacionadas à implantação da Política de Assistência Social ainda estão em processo no município, uma vez que necessitam de mudanças de paradigma, “[...] então você ir para o território é uma questão que não é simples para quem sempre esteve acostumado a ficar atrás da mesa, esperando a população vir buscar o serviço”. (Gestora de Várzea Paulista, 2012).

Neste aspecto, para a Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município em questão, ao se deslocarem os trabalhos para o território¹⁰, faz-se necessária a construção de uma nova relação entre técnicos e população, a fim de propiciar uma “nova forma de olhar”, que pode tanto estar relacionado ao “olhar” que se tem a respeito das famílias atendidas nos CRAS, quanto ao “olhar” em que o profissional se compreende enquanto executor das políticas públicas de assistência social.

[...] a gente tem visto na formação do psicólogo, do assistente social também, mas eu acho que do psicólogo mais, muita dificuldade de entender o público. Então os psicólogos chegam sem saber nada da Política de Assistência Social, sem saber nada

¹⁰ A compreensão a respeito do conceito de território utilizado pela Gestora de Desenvolvimento Social do Município de Várzea Paulista abrange a concepção de ações realizadas *in loco*, ou seja, ações que são implantadas no contexto sociocultural em que as famílias residem.

do SUS, que é o Sistema Único da Saúde, que ele pode fazer, é um interlocutor muito importante, né? Com a Política da Saúde, sem saber nada do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem saber nada de política pública. Então assim ele tem um olhar de que ele vai chegar e vai ter uma salinha, e na salinha ele vai fazer o atendimento dele, então isso é um problema. (Psicóloga e Gestora, 2012).

Para Montero (2006), o desenvolvimento local e o fortalecimento comunitário fundamentam-se a partir da identificação real das demandas apresentadas pela comunidade, do levantamento dos aspectos positivos e dos recursos desses territórios, centrando neles a origem da ação. Dessa forma, as pessoas atendidas têm participação ativa no planejamento e execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas e, portanto, deixam de ser sujeitos passivos (sujeitados) da atividade dos psicólogos, assistentes sociais e educadores para serem sujeitos que constroem a realidade e que protagonizam a vida cotidiana, sendo reconhecidos como atores sociais e construtores da sua realidade. O conceito de ator social, para Montero (2004; 2006), é o sujeito que possui conhecimentos e continuamente os produz, portanto trata-se de alguém que pensa, age, cria, e cujo conhecimento, chamado conhecimento popular, deve ser tomado em conta nas práticas comunitárias.

Conforme já mencionamos, a diretriz que norteia as ações dos CRAS em Várzea Paulista é de caráter participativo e popular, o que gera desdobramentos específicos em sua prática metodológica. O município trabalha com a Economia Solidária enquanto escopo metodológico que respalda as atividades socioeducativas¹¹ para dentro dos serviços de proteção social básica.

Aprofundamos o nosso conceito de inclusão produtiva com a reestruturação dos cursos de geração de renda, tão comuns na área da assistência social, e inserimos a Economia Solidária como principal estratégia para o desenvolvimento econômico das famílias. (GIANY et al, 2013, p. 77).

Neste aspecto, as oficinas oferecidas pela Economia Solidária, realizadas prioritariamente com famílias beneficiárias de programas de transferência de renda nos CRAS, tornaram-se uma estratégia adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a fim de propiciar inclusão produtiva, ou seja, promover geração de renda a pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho formal, como uma possibilidade àqueles que não se enquadram aos padrões definidos pelo sistema de produção capitalista. Segundo Pereira (2013), a Economia Solidária funciona como uma ferramenta alternativa ao sistema capitalista.

Baseado no cooperativismo, na valorização do ser humano e suas habilidades, envolvendo valores transversais, em dimensão social, econômica, política, ecológica

e cultural, esse novo modelo representa um contraponto ao capitalismo, que é centrado no capital, no individualismo e na busca desenfreada pelo lucro. (PEREIRA, 2013, p. 25-26).

Considerada pelo Prefeito de Várzea Paulista como uma opção transformadora, a Economia Solidária inaugurou diferentes serviços dentro dos CRAS. Com a criação e organização do Centro Público de Economia Solidária e da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários, responsáveis pela qualificação profissional e suporte técnico de empreendedorismo dos grupos já organizados, ampliaram-se as ações que comumente são desenvolvidas na assistência social por meio de oficinas básicas e introdutórias. Buscando trabalhar os diferentes níveis de qualificação e organização de empreendimentos, a Economia Solidária propicia desde a capacitação até o acompanhamento dos grupos na gestão de seus negócios.

Desta forma, as atividades socioeducativas, que inicialmente eram desenvolvidas por meio de palestras mensais e entregas de cestas básicas, com a alteração do modelo, começaram a serem realizadas e planejadas contando com a participação de uma comissão local de participação popular.

O que na verdade a gente percebia era que as atividades socioeducativas elas não tinham nenhuma metodologia e nenhuma definição, então o que eram as atividades socioeducativas? Eram as palestras que as pessoas vinham e participavam de uma palestra e pronto! Então nós fizemos uma alteração nessa metodologia e criamos para dentro dos CRAS as comissões populares, que era um primeiro grupo formado com a população de usuários do serviço, como se fosse um conselho local, né? E junto com a comissão, estas atividades são combinadas, e... com a proposta de se trabalhar a economia solidária para dentro dos serviços. Então, nós trabalhamos com a organização das feiras de trocas, né? Dos clubes de trocas e toda a questão da economia doméstica, que é a educação financeira, que a economia solidária tem esse “knowhow” para trabalhar dentro dos CRAS. (Gestora do Município de Várzea, 2012).

A Gestora relata que esta comissão atua como um conselho local, composto por três ou quatro usuários, que representam as lideranças comunitárias da região. Esta proposta tem como objetivo consolidar a metodologia da economia solidária para dentro dos serviços dos CRAS. Acrescenta ainda que, nestas reuniões realizadas com os conselhos locais, são planejadas como se darão as feiras de trocas no bairro, as atividades de educação financeira, dentre outras atividades desenvolvidas nos bairros.

[...] então as atividades passaram a ter uma constância, né? As pessoas têm um plano de desenvolvimento financeiro. Então, assim como é que você gasta o seu dinheiro que você recebe da transferência de renda, né? Como é que dá para economizar em casa? Como é que você usa o dinheiro? Porque é, a, quando a gente trabalha com a pobreza, é... Não dá para olhar a pobreza só pela perspectiva da via financeira, mas a medida em que você abre o espaço para falar da relação daquelas pessoas, daquelas famílias com o dinheiro, você abre também espaço para falar de tantas outras coisas. (Gestora de Várzea Paulista, 2012).

Observamos por meio deste discurso que, embora as práticas de trabalho dos CRAS de Várzea Paulista demonstrem uma possibilidade de ampliação e construção diferenciadas, introduzindo um respaldo teórico-metodológico das ações socioeducativas que procuram propiciar uma maior participação popular nas ações desenvolvidas nos CRAS, com a economia solidária, tais práticas podem legitimar o sistema excludente neoliberal.

Por meio do discurso da Gestora que se privilegia, dentre as práticas descritas, a questão da inclusão econômica enquanto estratégia de adaptação, em detrimento da implantação de concepções metodológicas que busquem respaldar o desenvolvimento de trabalhos que promovam reflexões críticas a respeito do contexto político, econômico e social no qual estão inseridas as famílias atendidas.

Estes elementos também estão presentes no discurso de uma das usuárias sobre a experiência vivenciada por ela com a Economia Solidária nos CRAS, mais especificamente sobre a questão da participação. “Que nem, somos empreendedoras! Aprendemos a ganhar dinheiro, né? Somos microempresárias, né?” (entrevistada 3)

Segundo Paulo Freire (2005), o desenvolvimento da capacidade crítica está relacionado com o momento de escolhas e decisões. Trata-se de um fenômeno que passa por um processo de libertação, ao invés de promover submissão, domesticação e adaptação. Neste sentido, não apresenta uma tendência em ajustar o indivíduo à sociedade e sim em promovê-lo.

Outro fator apontado pela gestora é a possibilidade destes grupos socioeducativos tornarem-se espaços utilizados para legitimar estratégias de controle e de desqualificação das famílias participantes. Neste aspecto, compreendemos que, ao serem trabalhados temas que enfocam discussões a respeito da forma como as famílias gastam o dinheiro que recebem do programa de transferência de renda, ou em como devem economizá-los, reitera-se metodologias de controle de mentes e de corpos que padronizam buscam pensamentos, sentimentos e modos de vida ou de organização.

Tais políticas e programas, segundo Meyer, Klein e Fernandes (2012), tais políticas e programas podem ser compreendidos como:

[...] sendo artefatos centrais de organização social, uma vez que se pretende promover esses objetivos através da normatização e da administração de certas dimensões da vida cotidiana dos sujeitos aos quais se direcionam. Assim, podemos tomá-las como discursos que instituem e colocam em circulação uma “gramática” própria que reforça, ressignifica e introduz termos como família, maternidade, paternidade, infância, risco, vulnerabilidade, inclusão, cidadania, dentre outros. E essa gramática busca interpelar determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos, e não de outros. (MEYER, KLEIN; FERNANDES, 2012, p.435).

Vale ressaltar que, ao problematizarmos estas concepções presentes no discurso da gestora e posteriormente nos discursos de outros sujeitos que serão entrevistados, o fazemos a partir de uma análise psicopolítica das práticas psicossociais comunitárias desenvolvidas pelos CRAS de Várzea Paulista, a fim de identificar as possibilidades e limitações dos serviços e em que medida os profissionais do CRAS têm sido promotores de participação e autonomia dos “usuários da Assistência Social”.

Outra importante mudança relatada pela Gestora de Desenvolvimento Social de Várzea Paulista constitui-se com a criação dos Armazéns da Cidadania para a realização da entrega de alimentos, que substitui o fornecimento das cestas básicas, “[...] então antes nós tínhamos uma sistemática em que tinham as palestras, a pessoa vinha na palestra, pegava a sua sacolinha de alimento e ia embora”. Com a implantação do Armazém da Cidadania, os alimentos são escolhidos pelas famílias acompanhadas pelo CRAS, e funciona por meio de um sistema de troca introduzido pela metodologia da economia solidária, utilizando-se de uma moeda social chamada “saber”.

Nesta perspectiva, as famílias inseridas no PAIF, atendidas pelo CRAS, combinam junto ao técnico de referência que realiza o acompanhamento psicossocial, quais serão os encaminhamentos que as famílias deverão efetivar. Com o cumprimento destas ações, elas recebem então os “saberes” para realizarem a troca por alimentos.

Cabe acrescentar que os armazéns localizam-se nos CRAS e abrem duas vezes por semana, contudo a família não precisa esperar o mês para retirar o alimento. Outro aspecto importante que foi ressaltado pela Gestora é que os técnicos combinam ações que compõem a rotina do dia-a-dia da família como “[...] levar o filho na escola, dar remedinho, levar ao posto de saúde, etc. [...]”, buscando garantir que a família adquira um número mínimo de “saberes” no mês, a fim de evitar que fique sem alimento.

2.5 - A Economia Solidária e as Práticas Psicossociais Comunitárias dos CRAS: uma Perspectiva do Município de Várzea Paulista.

Esta seção tem como objetivo analisar a metodologia da economia solidária, utilizada no Município de Várzea Paulista como um dos pilares que estruturam as práticas psicossociais comunitárias nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Vale ressaltar que foi por meio de uma entrevista exploratória com a Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, entramos em contato pela primeira vez com esta especificidade de

compreensão e atuação que caracteriza o modelo de planejamento, implantação e implementação da Política de Assistência Social no Município.

Para compreendermos melhor os conceitos fundamentais da economia solidária que nortearam sua articulação com a Proteção Social Básica, tomamos por base o discurso da Gestora entrevistada em setembro de 2012, no relatório de Gestão da Economia Popular e Solidária, realizado entre os anos de 2009 a 2012 em Várzea Paulista, bem como os registros, dados e análises desenvolvidas nos livros: “Cidadania na Cidade” e “Economia Solidária em Várzea Paulista – Construindo uma Política Pública”.

Embora compreendamos que o universo da Economia Solidária seja bastante amplo, buscaremos ao longo desta sessão enfatizar as perspectivas utilizadas pela gestão em questão, a fim de nos instrumentalizarmos para um maior entendimento a respeito de seus efeitos nas práticas psicossociais comunitárias realizadas nos CRAS.

Em termos gerais, “[...] estas iniciativas buscam estabelecer relações econômicas com base na solidariedade, métodos participativos de deliberação e gestão e em princípios éticos de consumo, incluindo a defesa do meio ambiente” (Várzea Paulista, 2012, p.03). Neste sentido, caracterizam-se como atividades econômicas em trabalho que muitas vezes não dispõem de recursos iniciais para a aquisição de equipamentos, insumos e custeio. Neste aspecto, buscam-se fortalecer processos de autonomia e de desenvolvimento econômico, por meio da organização de redes de produção, de consumo e também políticas, a fim de obterem apoio do Estado e maior inserção social. Além disso, segundo o relatório de gestão, a Economia Solidária propicia processos de empoderamento individual, coletivo e o desenvolvimento de comunidades por meio da geração de oportunidades e renda.

No Município de Várzea Paulista, a Economia Solidária elege como linhas gerais de atuação as seguintes:

- Desenvolvimento territorial sustentável;
- Apoio fomento e assessoria para empreendimentos populares econômicos solidários por meio da Incubadora Pública Municipal;
- Capacitação e qualificação profissional;
- Inserção econômica para beneficiários de Programas de Transferência de Renda;
- Educação popular;

- Educação econômica.

Em relação à articulação entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Economia Solidária, a Gestora explica que, com a aprovação da Norma Operacional Básica – NOB em 2005, o Município de Várzea Paulista aderiu à gestão básica do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, iniciando um processo de descentralização dos serviços e de inserção de novos profissionais. Neste processo, buscou-se incluir outros saberes na compreensão das práticas sociais no campo da assistência social. O antigo plantão social, composto por quatro assistentes sociais, responsáveis pelo atendimento de toda a população, foi substituído por um modelo em que a equipe multidisciplinar vai ao território ao encontro das demandas da população.

Neste contexto, a Secretaria de Ação Social passa a chamar-se Secretaria de Desenvolvimento Social, caracterizando-se pela implantação de trabalhos que priorizam processos de mudança. Segundo a Gestora (2012), “[...] se você não tem mudança no espaço em que você está você não teve o desenvolvimento. Você pode ter crescimento, você pode ter outras questões, mas desenvolvimento não!” Neste sentido, para ela se há desenvolvimento, há mudança.

Para tanto, buscando romper com paradigmas que refletem as práticas oriundas do campo da assistência social, a gestora de Várzea Paulista enfatiza a necessidade de uma mudança no olhar, ou seja, ao descentralizar os serviços, com a inclusão de profissionais nos territórios, começam-se a estabelecer outros tipos de relação com a população. Dessa forma, a população que é comumente compreendida como em vulnerabilidade e como a que não tem, passa a ser compreendida como aquela que apresenta potencialidades. Segundo a gestora, trata-se de um desafio e de um processo contínuo de reflexão “[...] porque se você ficar olhando as pessoas só por aquilo que elas não têm você perde a oportunidade de criar novas, é... novos avanços no serviço” (Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012).

Nesta perspectiva, a proposta de se trabalhar com a economia solidária dentro dos CRAS surgiu a partir da identificação da necessidade de definição e fundamentação teórico-metodológica para o desenvolvimento das ações psicossociais preconizadas pela Política de Assistência Social. Isso porque, ao mesmo tempo em que se compreende que o CRAS está inserido no território e que é preciso trabalhar com o coletivo, com a educação popular e com desenvolvimento local, integram-se a estas atividades as práticas previstas pelo Programa de Atenção Integral a Família – PAIF, que pressupõem ações extremamente individualizadas e especializadas com famílias em maior situação de vulnerabilidade.

Para a Gestora, embora o SUAS represente um avanço e uma conquista, ele não apresenta o escopo metodológico necessário para alcançar todas as diretrizes a que se propõe atingir. “Então, assim, o SUAS sozinho não vai dar conta de ir para o território, de trabalhar com a formação das pessoas no território, não vai, a gente acha que não vai!” (Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012).

Outro aspecto que merece atenção e bastante presente nos trabalhos dos CRAS são as atividades socioeducativas, que não são claras e não apresentam uma metodologia definida e acabam se reduzindo à realização de palestras mensais. “Então você tinha o programa do leite, programa renda cidadã, programa disso, programa daquilo! Você tinha um monte de programas e as famílias divididas por programas”. (Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012). Isto foi alterado para a criação de uma agenda de serviços dos CRAS que fica disponível para todas as pessoas participarem, não importando em qual programa esta família está inserida.

Em relação às famílias que fazem parte do PAIF, além de participarem das ações coletivas, são assistidas por um técnico de referência do CRAS que fica responsável pela elaboração e pelo acompanhamento do plano individual construído conjuntamente com a família ao longo dos atendimentos.

Além disso, ao buscar qualificar os trabalhos socioeducativos, foram criadas para dentro dos CRAS as comissões populares, compostas por usuários dos serviços. Estas comissões funcionavam como um conselho local que ajudava a construir e a avaliar conjuntamente com a equipe técnica as intervenções realizadas no território. Desta forma, as atividades eram combinadas com as comissões com a proposta de implantar a economia solidária nos CRAS.

A metodologia da Economia Solidária em Várzea Paulista tornou-se uma estratégia para trabalhar o desenvolvimento local e comunitário por meio da organização coletiva, localizados nos territórios onde os CRAS estão instalados. Neste contexto, foram desenvolvidas diversas ações e projetos voltados preferencialmente aos beneficiários de programas sociais, buscando enfatizar a organização do trabalho coletivo autogestionário, associativismo e cooperativismo. Entre estes projetos destacam-se: as Feiras de Trocas Solidárias, o “Armazém da Cidadania”, o projeto “Casa da Beleza”, o “Lab. Café” e o incentivo ao Banco Comunitário de Desenvolvimento, localizado no Bairro de Vila Real, periferia do município de Várzea Paulista.

Segundo o Relatório de Gestão da Economia Popular e Solidária, elaborado para avaliar os resultados quantitativos e qualitativos no Município, ao longo do período de 2005 a

2012, grandes foram às mudanças no desenvolvimento e implantação dos trabalhos. Os cursos e oficinas básicas nas áreas de alimentação, costura e artesanato já vinham sendo oferecidos pela antiga Secretaria de Ação Social. Contudo, caracterizavam-se por cursos rápidos, com duração de dois meses, ao serem concluídos, não havia continuidade nos trabalhos ou qualquer tipo de acompanhamento pela equipe técnica dos CRAS.

Com a implantação da economia solidária, os cursos e oficinas tiveram sua carga horária ampliada, incluindo uma metodologia de trabalho que previa módulos básico, intermediário e avançado, proporcionando um aprendizado progressivo e contínuo aos participantes. Outra diferença foi a introdução de um processo de triagem e desenvolvimento de empreendimentos coletivos e de autogestão, além da cessão e uso dos espaços públicos e de equipamentos utilizados ao longo dos cursos. Desta forma, todos os integrantes que participavam do processo de formação e constituíam coletivos, tinham a oportunidade de serem incubados e de disporem por um período mínimo de doze meses desses espaços, a fim de propiciar uma vivência prática de gestão de negócios e oportunidade de geração de renda.

Projetos e ações da Economia Solidária em Várzea Paulista.

2007/2008 - Início do Projeto “Casa do Artesão”

Este projeto originou-se a partir dos grupos formados para o desenvolvimento de programas de geração de renda. Os cursos, até então realizados pela Secretaria de Ação Social, restringiam-se ao artesanato. Com o início deste projeto os cursos foram qualificados e aprimorados em módulos: básico, intermediário e avançado, permitindo uma continuidade no processo de aprendizagem. Além disso, acrescentaram-se à carga horária matérias específicas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária, administração e plano de negócios. Outra ação articulada por este projeto foi a oferta de capacitação aos artesãos do Município, realizada pela ANTEAG – PLANSEQ. Em 2011, foi inaugurado um espaço de comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos de artesanato. A fim de propiciar um avanço na qualidade dos produtos confeccionados, o Departamento de Economia Solidária passou a desenvolver oficinas temáticas e cursos especializados de bonecas de pano, patchwork e papel reciclado.

Ações em 2009.

- Casa da Beleza.

Este projeto teve como objetivo capacitar, qualificar e fomentar um empreendimento econômico solidário na área da beleza. Foram oferecidas cento e dez vagas para pessoas que já possuíam um curso básico neste ramo. Os módulos incluíam noções na área de administração básica, associativismo, cooperativismo, autogestão e empreendedorismo. Em

seu segundo ano de atuação, o projeto foi ampliado para a oferta de capacitações nas áreas de massagem, maquiagem, design de sobancelhas e colorimetria. Além das capacitações, o projeto propiciou o planejamento do plano de negócios e a incubação, houve a cessão de espaço físico e de equipamentos para o primeiro ano do negócio coletivo.

- Seminário Municipal de Economia Solidária.

Em dois de outubro de 2009 foi realizado o I Seminário Municipal de Economia Solidária, o que propiciou a ampliação dos debates a respeito da Economia Solidária no Município. A realização contou com a presença do professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária – SENAES. Estiveram presentes aproximadamente 420 participantes, entre elas sociedade civil, gestores, autoridades e pesquisadores.

- Criação da moeda social “Saber”.

Após a realização de uma consulta pública que envolveu mais de 150 pessoas em atividades de capacitação e qualificação profissional, foi criada a primeira moeda social em Várzea Paulista, que recebeu o nome de “Saber”. O significado deste nome deve-se aos saberes que todos nós carregamos conosco e levamos para o resto da vida. A moeda foi legitimada pelo primeiro clube de trocas instituído pela prefeitura.

- I Feira de Trocas Solidárias Municipal.

A primeira feira de trocas solidárias contou com a presença de aproximadamente 350 pessoas, dentre elas beneficiários de programas de sociais, trabalhadores e entidades de fomento. Foi a primeira vez em que a moeda social começou a ser trocada. Muitos foram os objetos trocados como artesanatos, alimentos, roupas, utilidades domésticas e serviços.

- I Feira Municipal de Comercialização Solidária.

Pela primeira vez o município de Várzea Paulista recebeu empreendimentos de comercialização solidária de outros municípios do Estado de São Paulo. Participaram 40 empreendimentos, sendo que, destes, 16 empreendimentos eram de visitantes de outras localidades, além de receber povos tradicionais como os indígenas. A feira teve duração de três dias e foi muito bem avaliada como um dos melhores acolhimentos das feiras realizadas naquele ano.

Ações em 2010.

- Ampliação das Feiras de Trocas.

As feiras de trocas passaram a ser descentralizadas em diferentes territórios, cada um com sua moeda específica.

Região Norte – moeda social: LEGAL.

Região Central – moeda social: MECA.

Região Oeste – moeda social: POPULAR.

As feiras são realizadas nos territórios onde estão localizados os CRAS e contam com atividades culturais e a participação superior a cem pessoas. Objetivam proporcionar maior sociabilidade entre os moradores e o desenvolvimento comunitário e cultural dos territórios.

- Projeto “Armazém da Cidadania” – Programa de Segurança Alimentar.

Este projeto objetivou legitimar a mudança de modelo sócio assistencial na distribuição de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade social. O que antes se configurava como a entrega de cestas básicas foi substituído pela entrega da moeda social, buscando qualificar e ressignificar o atendimento do programa de segurança alimentar. Os armazéns são localizados nos diferentes CRAS e a moeda social é entregue às famílias inseridas no PAIF, além de serem incluídas em atividades de educação popular por meio do departamento de economia solidária.

- Levantamento dos Potenciais Produtivos e de consumo nos Territórios.

Foram levantados, nas três regiões de abrangência dos CRAS (norte, oeste e central), os potenciais produtivos e os de consumo dos moradores destes territórios. Trata-se de um instrumento que permitiu avaliar e propor políticas de desenvolvimento local nestes territórios e contribuiu para a elaboração de um diagnóstico da vocação econômica do Município.

- Descentralização da equipe da Economia Solidária.

Foi distribuído um servidor para cada território dos CRAS, a fim de atuarem como agentes de desenvolvimento social com o objetivo de estimular e aprofundar o debate sobre a política de economia solidária nos serviços e com a população em geral.

- Laboratório de Desenvolvimento Social e Digital.

Este projeto teve como objetivo proporcionar a inclusão e estimular o desenvolvimento econômico e digital de jovens e adolescentes do Município. Foram capacitados em torno de quatrocentos participantes com idades entre 14 e 19 anos, buscando promover a educomunicação e o acesso digital aos jovens varzinos. Como resultados do projeto, foram produzidos três edições do jornal “Lab. Notícias”, um blog, um vídeo jornalismo sobre o município e um portal voltado para a juventude.

- Integração das Atividades Sócio-educativas¹² e programa de descompressão de gastos.

O departamento de economia solidária integrou as ações sócio-educativas oferecidas pelos CRAS e CREAS a famílias em situação de vulnerabilidade social. Este programa de

¹² Neste caso, optamos por reproduzir o termo *sócio-educativas* com a mesma forma em que está escrito no Relatório de Gestão – Economia Popular e Solidária, 2009-2012.

descompressão de gastos realizava-se por meio de rodas de conversas que buscavam trabalhar temas relacionados à economia doméstica e ao aumento patrimonial para famílias de baixa renda. Foram realizadas mais de 160 rodas nos diferentes territórios onde se localizavam os CRAS, além das famílias atendidas pelos CREAS.

- Fórum Municipal e Comissão Popular de Economia Solidária.

Com o intuito de criar espaços de discussão e fortalecer o debate a respeito da política municipal de economia popular e solidária, criou-se o Fórum permanente Municipal de Economia Solidária. Além disso, a fim de implantar estes espaços de participação nos diferentes territórios, buscando fomentar a participação popular e o controle social, criou-se a comissão popular de economia solidária.

- II Conferência Regional de Economia Solidária.

Várzea Paulista sediou em abril de 2010 a II Conferência Regional de Economia Solidária, com o tema: “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. Participaram doze municípios deste evento.

Ações em 2011.

- Ampliação dos cursos profissionalizantes.

Foram ampliadas as ofertas dos cursos de capacitação e qualificação profissional, são eles:

- Panificação;
- Chocolataria;
- Confeitaria;
- Pintura Interna e Externa;
- Texturização;
- Revestimentos;
- Gesso;
- Pequenos Reparos Elétricos e Hidráulicos;
- Montagem e Manutenção de Computadores;
- Organização Doméstica;
- DJ;
- Grafite.

- Inauguração do Centro Público de Economia Popular e Solidária.

A Prefeitura inaugurou o Centro Público de Economia Popular e Solidária, localizado na região central, que conta com uma área de 800 metros. O espaço é composto por salas,

auditório, oficina, tele centro, área administrativa e local de funcionamento para os empreendimentos em situação de incubação.

- Incubadora Pública Municipal de Empreendimentos Coletivos Solidários.

A incubadora tem por objetivo criar condições para que as pessoas se organizem para o trabalho coletivo e autônomo. Este espaço visa proporcionar um aprimoramento na capacidade de administrar e fazer a gestão de seus negócios. Outro fator importante que constitui este espaço é a promoção técnica e política, propiciando o acompanhamento dos processos de tomada de decisão e a implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio.

- Lab. Café.

O projeto Lab. Café tem como objetivo capacitar pessoas beneficiárias de programas sociais atendidas pelos CRAS e pessoas interessadas na área de alimentação a fim de constituir uma cooperativa/associação ou grupo de autogestão. Os cursos ministrados são de panificação, confeitaria e chocolataria. Em dezembro de 2011, foi criado um café conceito, com os participantes dos cursos, com a cessão de espaço e equipamentos durante o período mínimo de doze meses.

Ações em 2012.

- Parceria com a NESOL – USP

Foi realizada parceria com o Núcleo de Estudos de Economia Solidária da USP a fim de fortalecer a incubadora pública da Economia Solidária e receber assessoria técnica com relação à política de economia solidária. A partir dessa capacitação, promoveu-se uma capacitação a três coletivos de jovens inseridos no programa de transferência de renda Pró-Jovem, realizando oficinas com discussão voltada ao mundo do trabalho e da juventude.

- Banco Comunitário de Desenvolvimento.

Com o apoio do NESOL, a Prefeitura de Várzea Paulista incentiva a implantação de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro de Vila Real. O banco comunitário é uma estratégia da comunidade que busca complementar as intervenções urbanas desenvolvidas naquela região, por meio do desenvolvimento local econômico. Foi inaugurado em setembro de 2011 pelos moradores da Vila Real.

- Execução do Convênio 0024/2012 MTE-SENAES.

Em 2012 estava sendo realizada a execução do Convênio da SENAES 0024/2012 que prevê reformas e adequações no Centro Público de Economia Solidária e espaços de Incubação. O convênio tem como objetivo fortalecer a Economia Solidária e as ações de

Programa de Economia Popular e Solidária, além de iniciar ações que contemplem o Plano Brasil sem Miséria em parceria com a proteção social básica.

3 – IDENTIFICANDO AS LACUNAS ENTRE O IDEALIZADO E O CONCRETIZADO: UM ITINERÁRIO DAS PESQUISAS SOBRE O CRAS.

Esta seção tem como objetivo levantar as produções científicas realizadas a respeito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Vale ressaltar que se trata de uma produção significativa, considerando o espaço de tempo (2004) em que foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e em que se iniciaram os processos de implantação e implementação dos CRAS nos municípios brasileiros.

Podemos observar que este tema é relevante e marca um campo vasto de pesquisa, considerando a heterogeneidade dos municípios brasileiros e o alto número de CRAS implantados (6.081 municípios – censo SUAS 2010), configurando características peculiares, experiências profissionais exitosas, grande potencial de crescimento e de construção de novas de referências de trabalho.

O universo pesquisado no Banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em <http://bdtd.ibict.br/>, apresentou inicialmente 62 produções com a palavra-chave CRAS. Porém se caracterizava por enfoques variados, atuação dos assistentes sociais e psicólogos, controle social, realidade de municípios de pequeno porte, instrumentalidade do serviço social, descentralização da Política de Assistência Social, participação de mulheres, noções de família e projeto ético-político.

Nesta perspectiva, autores como Lima (2012), Oliveira (2008), Rangel (2009), Castro (2009), Martins (2009), Lima (2009), Fidelis (2009), Araújo (2009), desenvolveram pesquisas relacionadas ao processo de implantação e implementação dos CRAS em diferentes municípios brasileiros.

Para Lima (2012), embora estes estudos apresentem como pano de fundo o processo de implantação e desenvolvimento efetivo dos CRAS, as produções apresentam enfoques diversificados.

Em sua dissertação, **CRAS – Centro de Referência de Assistência Social: Expressão Real da Política Nacional de Assistência Social de 2004**, Lima (2012) realiza um levantamento e uma análise acerca trajetória da nova política de assistência social, a fim de identificar as mudanças, os avanços e os limites deste movimento no Brasil.

Para tanto, a autora utiliza-se dos estudos oficiais realizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social, Conselho Nacional de Assistência Social e pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aborda também as produções científicas – teses e dissertações – realizadas em diferentes municípios e regiões brasileiras, identificando suas

especificidades e homogeneidades, analisando as novas práticas introduzidas pela PNAS/SUAS. A pesquisa busca identificar as lacunas existentes entre o idealizado e o concretizado na implantação e operacionalização dos CRAS.

Com a aprovação da PNAS – 2004 e a implantação do SUAS, inaugura-se um grande avanço no campo da assistência social no país. Assim, ao preconizar um sistema descentralizado e participativo, configura-se um novo conjunto de diretrizes e princípios que regem essa política em território nacional. Este panorama introduz uma inovação na compreensão a respeito da gestão pública de assistência social, produzindo mudanças nas experiências dos municípios e estados brasileiros.

Neste contexto, segundo Lima (2012), se apresenta,

[...] uma nova forma de organização e estruturação das responsabilidades das três esferas de governo, novas referências sobre vulnerabilidades e riscos sociais, o compromisso com a cobertura dos serviços e com a qualidade dos resultados. (LIMA, 2012, p. 168).

Desta forma, se enfatiza o avanço que se deu em 06 de julho de 2011, com a inclusão do SUAS na Lei 8.742/1993 – LOAS, por meio da Lei 12.435/2011, enquanto sistema organizativo e estruturante da Política Nacional de Assistência Social.

Neste sentido, com o levantamento realizado ao longo da pesquisa dos elementos predominantes deste processo da implantação dos CRAS em diferentes municípios brasileiros, identificou-se, além dos desafios inerentes, a concretização destas mudanças na implantação e funcionamento dos CRAS, o papel protagonista dessas unidades na efetivação e materialidade da PNAS.

O estudo revelou que se configura como um desafio os CRAS estarem localizados nos territórios de maior vulnerabilidade, condição esta que nem sempre é atendida, uma vez que muitas das unidades estudadas não obedecem a esta importante diretriz da política. Contudo ressalta que, quando a atendem, cumprem o significado de afiançar direitos e serviços ao alcance da população.

Vale acrescentar que, dentre as lacunas apontadas por Lima (2012), foram destacadas as seguintes: ausência de investimento na efetivação das equipes técnicas (número adequado, capacitação contínua, fortalecimento de trabalho em equipe e avaliação de perfil profissional); ausência de elaboração do Plano de Ação do CRAS (diagnóstico territorial, diagnóstico das famílias, a fim de desenvolver uma proposta metodológica de trabalho); necessidade de melhoria das condições físicas e materiais dos espaços físicos dos CRAS; articulação da rede local formal/informal, socioassistencial e intersetorial para fortalecimento das ações e efetiva gestão da proteção social básica do território de abrangência do CRAS.

Portanto, diante dessas constatações, a autora afirma que é inviável a homogeneidade entre os CRAS, uma vez que existem realidades tão distintas, com diferenças de estruturas e condições de funcionamento. Prevalece ao longo desta análise a característica da diversidade, apresentando múltiplos formatos de CRAS, porém a autora enfatiza a necessidade de se cumprirem os parâmetros mínimos preconizados pela PNAS.

Para a autora Nery (2009), que desenvolveu sua tese de Doutorado, **O Trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e Direitos em Questão**, o campo da Política de Assistência Social é marcado por ambiguidades e incoerências entre os “saberes” e os “fazeres” no cotidiano profissional. Sua pesquisa enfatiza a necessidade de um amadurecimento conceitual das categorias profissionais envolvidas no trabalho, a fim de possibilitar o enfrentamento dos desafios postos pela nova organicidade e paradigma ético-político do SUAS.

Neste aspecto, a autora aponta para a necessidade de ampliação de aportes teórico-metodológicos, que contribuam para uma leitura crítica da realidade social, da matricialidade sociofamiliar e do trabalho socioeducativo.

A pesquisa ainda evidencia a precariedade dos vínculos e condições de trabalho aos quais os profissionais do SUAS estão submetidos, o que reflete em desdobramentos para a efetiva implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Por fim, Nery (2009) se propõe a refletir a respeito das atribuições e ampliação do leque de competências pactuadas entre psicólogos e assistentes sociais, de forma a compartilhar um trabalho coletivo no campo da assistência, com base nos projetos ético-políticos desenvolvidos pelas categorias profissionais.

Já Mariano (2008), em sua tese intitulada **Feminismo, Estado e Proteção Social: a cidadania das mulheres pobres**, desenvolve uma pesquisa a respeito da Proteção Social no Brasil e de seus desdobramentos no cotidiano de famílias que recebem o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, assistidas pelos CRAS do Município de Londrina. Neste estudo, a autora problematiza se a inclusão das mulheres na assistência social por meio das condicionalidades do Programa contribui para um processo de cidadania, historicamente negada à população pobre.

Dentre as críticas apresentadas pela pesquisadora a respeito da política de assistência social, podemos destacar a questão da seletividade e focalização presentes nos programas de transferência de renda, mais especificamente no que diz respeito ao programa bolsa família. Para Mariano (2008), a presença das condicionalidades nos campos da saúde, educação e assistência social legitima uma responsabilização da mulher no cumprimento de papéis e

funções sociais, pautados fundamentalmente na perspectiva da maternidade e do cuidado às crianças e idosos.

Dessa forma, a pesquisa aponta para a descon sideração das políticas sociais a respeito da compreensão do tripé: classe, raça e gênero, que configura a questão social no Brasil. Em outras palavras, Mariano (2008) discorre sobre a necessidade de compreensão a respeito da questão da pobreza no país, considerando a camada da população mais atingida com a vulnerabilidade que são as mulheres, negras e pobres. Nesta perspectiva, aponta para a urgência na inclusão da categoria de gênero nas análises e estudos relacionados às políticas públicas, a fim de não se configurar uma “miopia” no que tange as práticas preconizadas pelas políticas sociais.

Nesta perspectiva, o estudo realizado por Mariano (2008) objetiva identificar, por meio das ações executadas na assistência social, a partir da leitura de condutas e comportamentos estabelecidos entre os assistentes sociais e usuárias, quais são os valores políticos que perpetuam as noções de cidadania, justiça, direito e gênero.

Enquanto resultados da análise, a autora ressalta que os elementos constitutivos da política de assistência social e do programa bolsa família dificultam o processo de efetivação da cidadania de mulheres pobres.

Sem romper com um padrão androcêntrico de organização do Estado, a assistência social, via PBF, aposta no bom desempenho das funções femininas para a realização de seus objetivos estatais e, ao fazê-lo, cria efeitos que dificultam a consolidação da assistência enquanto direito social. (MARIANO, 2008, p. 13).

Notadamente os estudos apontados acima não focalizam a questão teórico-metodológica das práticas psicossociais, embora, todos eles assinalem a questão como um desafio e de fundamental importância para qualificar os processos de implantação e implementação dos CRAS.

Em recente pesquisa realizada pelo governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Desenvolvimento Social– SEDS publicou, em 2012, uma avaliação dos resultados identificados a respeito das intervenções sociais desenvolvidas entre os anos de 2008 a 2011, com famílias assistidas por programas de transferência de renda, residentes tanto na Região Metropolitana de São Paulo como em outras regiões do Estado. Intitulada **Avaliação de impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na Região Metropolitana de São Paulo**, a pesquisa englobou dois estudos: um qualitativo e outro quantitativo.

O estudo quantitativo apresentado em versão sucinta nesta publicação selecionou três perfis de famílias: grupos não-beneficiários de programas socioassistenciais, beneficiários

apenas de programas de transferência de renda e beneficiários cujo repasse de verba foi associado a ações complementares¹³ em diversas áreas. Realizada em duas etapas, esta pesquisa apresenta os impactos das intervenções complementares sobre a qualidade de vida das famílias beneficiárias dos programas Bolsa Família (Governo Federal), Renda Cidadã (Governo do Estado) e Renda Mínima (Programa Municipal), buscando analisar se a combinação de múltiplas ações aos programas de transferência de renda resultaria em um valor agregado a esses grupos, ou seja, se estas ações proporcionariam benefícios maiores do que a transferência de renda isoladamente.

Em relação ao estudo qualitativo, realizado nos anos de 2010 e 2011, levantaram-se informações que complementaram a análise dos resultados obtidos no estudo quantitativo. A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na realização de grupos focais com famílias da Região Metropolitana de São Paulo, em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social, que participaram dos dois *surveys*¹⁴, realizados em duas fases da coleta quantitativa. Nesta etapa foram reunidos doze grupos: oito compostos por beneficiários de programas de transferência de renda participantes de ações complementares em diversas áreas, dentre elas: saúde e educação; dois formados por participantes que recebiam apenas a transferência de renda; e duas pessoas caracterizadas por não serem beneficiárias, embora inscritas em cadastros sociais e com perfil para acesso aos programas. Cabe acrescentar que a seleção dos participantes foi aleatória, por meio de um sorteio e que cada um dos doze grupos foi composto por oito a doze participantes.

As conclusões a que se chegou a respeito dos programas complementares foram que existem vários tipos de iniciativas como os programas de capacitação para o trabalho. Neste aspecto, os participantes demonstraram atribuir bastante importância aos cursos oferecidos, tanto para eles próprios quanto para seus filhos. Contudo, consideraram que os programas os quais frequentaram foram incapazes de incluí-los no mercado de trabalho por serem, na visão deles, básicos demais.

Corroborando a afirmação acima, a pesquisa também enfatizou que as pessoas contempladas demonstraram poucas perspectivas de melhoria ao término dos programas. Embora apresentassem uma esperança muito grande vinculada aos cursos, principalmente aos

¹³ A terminologia ações complementares é utilizada nesta pesquisa referindo-se às ações realizadas pelo município em diferentes áreas como: saúde e educação, vinculadas as condicionalidades dos programas de transferência de renda, e também às ações exercidas em outras esferas de acordo com a rede de serviços existentes nos municípios como: habitação, nutrição, segurança alimentar e capacitação profissional.

¹⁴ Trata-se de um método de entrevista aplicada em que se realiza um levantamento de informações sobre características, ações ou opiniões de uma amostra representativa da população ou, no caso do censo, de toda ela através da aplicação de questionário.

cursos profissionalizantes, segundo os depoimentos colhidos essas formações tiveram pouca capacidade de inclusão no mercado de trabalho.

Outro aspecto identificado pela pesquisa que merece destaque trata-se da constatação de que as atividades oferecidas por estes programas não parecem levar as pessoas a algum tipo de organização comunitária, como grupos de reivindicações de direitos ou de cooperativas de trabalho. Os resultados revelaram que houve poucas manifestações das participantes sobre algum tipo de envolvimento comunitário ou social. Desta forma,

As buscas por melhorias relatadas são sempre vinculadas a cursos realizados e à colocação no mercado de trabalho. Em outras palavras, os programas complementares não pareceram ser suficientes para mostrar às pessoas outros caminhos de organização e de inclusão social. (Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012, p.268).

Neste contexto, buscamos selecionar trabalhos que realizam uma análise a respeito dessas práticas profissionais cotidianas nos CRAS. Apresentamos a seguir os destaques de cada uma das pesquisas analisadas, encerrando-se posteriormente a sessão.

3.1 – Processos Psicossociais desenvolvidos no CRAS.

Ao levantarmos os estudos sobre as práticas desenvolvidas nos CRAS, nos deparamos com análises que se referem a termos como: intervenções psicossociais, grupos socioeducativos, visitas domiciliares, acompanhamento e orientação às famílias, dentre outros. Cabe acrescentar que embora sejam termos usualmente utilizados para descrever as práticas cotidianas de trabalho em um CRAS, muitas vezes são esvaziados de sentido ou apresentam múltiplas interpretações e compreensões.

Como exemplo disto, descrevemos a pesquisa desenvolvida por Lima (2008), que estuda as práticas socioeducativas desenvolvidas nos CRAS do Município de Londrina. Neste estudo, a autora aponta para os antagonismos e contradições presentes na compreensão a respeito do termo “socioeducativo”. Neste contexto, ela busca analisar como esta compreensão se reflete no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela equipe técnica do CRAS.

Outro termo bastante utilizado na área da assistência social, o qual também apresenta contradições a respeito de sua compreensão e que, a nosso ver, tem influência nas práticas metodológicas desenvolvidas no cotidiano do trabalho é o termo psicossocial. Ao atuar como psicóloga em um CRAS no Município de Cajamar, observamos o uso freqüente do termo psicossocial nos relatórios, fichas de triagens e documentos que descreviam as práticas e

abordagens realizadas nos serviços. Os chamados atendimentos psicossociais, abordagens psicossociais, trabalhos psicossociais, serviam para caracterizar uma atuação conjunta entre o psicólogo e o assistente social no desenvolvimento das ações, desconsiderando suas referências teórico-metodológicas.

Neste contexto, a autora Neiva (2010), ao resgatar a origem do termo intervenção psicossocial, o descreve como uma prática que propicia a pesquisa-ação e que visa facilitar o “bem-estar psicossocial de indivíduos, grupos, instituições, organizações e/ou comunidades”. (NEIVA, 2010, p.16). Além disso, segundo a autora, embora a intervenção psicossocial busque gerar mudanças intrapessoais, configuram-se como atuações que têm como alvo grupos, instituições, organizações e comunidades.

Para Maritza Montero (2006),

La perspectiva psicosocial comunitaria incluye aspectos ligados a la salud mental y a la salud comunitaria en general, pero parte de la consideración de que los problemas que aquejan a una comunidad non son de carácter individual sino que residen en las relaciones interpersonales, contextuales y sociales. (MONTERO, 2006, p.157).

A Psicologia Social Comunitária, ao desenvolver seu espaço teórico e prático de atuação junto a comunidades de baixa renda, contribuiu para uma construção teórico-metodológica que buscava romper com um olhar elitista da psicologia, área esta que historicamente focou sua compreensão na análise de aspectos essencialmente individuais e subjetivos. Respalhando o desenvolvimento de ações em “[...] bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos populares em geral”, a “psicologia comunitária” inaugura uma preocupação em corresponder às novas demandas presentes nas relações interpessoais, sociais, econômicas e políticas dos grupos aos quais os psicólogos começaram a atuar. (CAMPOS, 2010, p.9)

Neste sentido, a autora Montero (2006) complementa que o trabalho psicossocial tem como objetivo possibilitar trocas promotoras de transformações que contribuam para “[...] la promoción de la salud y la prevención de problemas sociales y sanitarios”.(MONTERO, 2006, p. 157-158). Além disso, a autora enfatiza a importância da participação da comunidade na produção de conhecimento e em processos de investigação, aspectos fundamentais que devem estar presentes nas práticas psicossociais.

Toda transformación comunitaria debe estar acompañada por la producción de conocimiento acerca de las circunstancias específicas así como cerca de la identidad social y de las acciones realizadas, uniendo el saber del sentido común con el saber científico y profesional. (MONTERO, 2006, p.159).

Desta forma, o fortalecimento e as transformações são produzidos por essa relação dialética que envolve a produção de conhecimento conjunta e contínua, buscando respeitar e

potencializar a contribuição de todos os participantes da ação, complementando um sentido comum acrescido com o saber científico e profissional.

Contudo, ao observarmos as intervenções psicossociais realizadas em alguns CRAS atualmente, percebemos a continuidade de práticas antigas comumente realizadas no campo da assistência social. Os chamados “plantões sociais” perpetuam um formato que privilegia o desenvolvimento de práticas individuais de atendimentos, distantes de referenciarem-se como práticas teórico-metodológicas comprometidas com o desenvolvimento de processos comunitários. Na verdade, a simples introdução do termo psicossocial apenas acrescenta ao atendimento individual da família a presença de um psicólogo, formando uma dupla chamada ‘psicossocial’. Neste contexto, observamos que tais práticas não se respaldam teórico-metodologicamente a partir das intervenções psicossociais resgatadas e mencionadas acima. A nosso ver, trata-se de intervenções que apenas legitimam olhares individualizantes, perpetuando ações pautadas em um modelo clínico de atendimento, que desprivilegiam os elementos comunitários, políticos e culturais necessários para a compreensão das demandas nos territórios.

Nesta perspectiva, ainda refletindo a respeito dos termos utilizados para descrever as práticas desenvolvidas nos CRAS, apresentamos a pesquisa realizada por Souza (2011) que, ao analisar os limites e as possibilidades das ações de um CRAS no Município de Ponta Grossa, busca identificar se estas são promotoras de empoderamento das famílias acompanhadas pelos programas de transferência de renda.

3.1.1 – CRAS: possibilidades de empoderamento?

O trabalho de Cristiane Gonçalves de Souza (2011) objetivou analisar os limites e as possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar dos Centros de Referência de Assistência Social do Município de Ponta Grossa – PR, a fim de identificar, dentre estas práticas, processos de empoderamento das famílias atendidas na Instituição.

Neste contexto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, estudo documental, observação, entrevista semiestruturada com os profissionais de psicologia, serviço social e pedagogia que constituem as equipes técnicas dos CRAS, e análise dos depoimentos. Como referência para a realização da análise dos depoimentos coletados, utilizou-se das seguintes categorias: empoderamento, família, assistência social, prática profissional e equipe interdisciplinar.

O estudo foi realizado no Município de Ponta Grossa, localizado na região central do Estado do Paraná, o qual possui 306.351 habitantes (IPARDES, 2010), considerado, desta forma, um município de grande porte, segundo a classificação da Política Nacional de Assistência Social (2004). A autora aponta que, com a Lei Municipal 5.372 de 26 de dezembro de 1995, instituem-se o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, alterando o que antes era Secretaria de Ação Social para Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

O diagnóstico do Município, segundo o Plano Municipal de 2010, assinala a presença de situações de vulnerabilidade como: trabalho informal e/ou de baixa remuneração; desemprego; falta de acesso aos serviços públicos; fragilidade em decorrência da pobreza; falta e/ou baixa qualificação profissional; falta de acesso ao saneamento básico e à iluminação pública; drogadicção; evasão escolar de crianças e adolescentes; famílias sem provisão de alimentos; materiais e moradia; domicílios em áreas irregulares; falta de documentação pessoal; famílias com pessoas em regime de detenção ou reinserção familiar; conflitos familiares.

Em relação às situações de risco no Município, a autora faz o seguinte levantamento: uso abusivo de substâncias psicoativas (álcool e drogas), violências em suas múltiplas e complexas expressões: sexual, psicológica, doméstica, negligência e abandono de crianças e adolescentes; trabalho infantil; tráfico de drogas; violação de direitos dos idosos; cumprimento de medidas socioeducativas, indivíduos e famílias em situação de rua; detenção do chefe de família; evasão escolar, facção de gangues de adolescentes; prostituição infanto-juvenil; violência urbana; mendicância.

Neste contexto, para o atendimento destas necessidades, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) subdivide-se em: Gerência de Proteção Social Básica, Gerência de Proteção Social Especial, Gerência Técnica da Política Municipal de Assistência Social, Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social, Gerência Administrativa, Departamento de Manutenção do CAS, Fundação Municipal Proamor e Ação Social, Coordenadoria do Selo Social, Comitê Avaliativo, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher de Ponta Grossa, Conselho Municipal do Programa Bolsa Família e Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Gerência de Proteção Social Básica constitui-se por três divisões: Divisão de Gestão de Benefícios responsável pela administração do Cadastro Único - CADÚNICO¹⁵ Bolsa Família, BPC e benefícios eventuais; Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica, responsável por coordenar os CRAS locais, e Divisão de Apoio Socioeducativo.

A Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica é composta pela equipe: 01 Diretora da Gerência de Proteção Social Básica, 02 Assistentes Sociais da Coordenação de Proteção Social Básica, 01 auxiliar administrativo, 05 estagiários e 01 motorista. A autora ressalta que a Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica é responsável por coordenar as cinco unidades de CRAS implantadas em Ponta Grossa.

Os CRAS das cinco unidades realizam atendimento a famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, oriundas do CADÚNICO, com o objetivo de elas serem inseridas no Programa Bolsa Família, conforme os preceitos estabelecidos pela PNAS – 2004. Outro fator comum às unidades de CRAS é o horário de funcionamento, cujos atendimentos são realizados de segunda a sexta-feira, das 08 às 17 horas. Neste contexto, o Município de Ponta Grossa conta com os seguintes equipamentos de proteção social básica: CRAS SANTA LUZIA, CRAS 26 de Outubro, CRAS Nova Rússia, CRAS CARÁ CARÁ e CRAS Jardim Paraíso. Respeitando as especificidades dos territórios, os trabalhos desenvolvidos pelos CRAS apresentam essencialmente as seguintes práticas: atendimentos individuais, encaminhamentos e atividades em grupo.

Vale ressaltar que a metodologia dos trabalhos varia de acordo com o público alvo atendido, ou seja, as ações são planejadas e desenvolvidas dependendo das características predominantes aos territórios. Em geral, foram relatadas as seguintes ações:

- jovens, através do PROJOVEM¹⁶;
- crianças, por meio de grupos lúdicos (ludoterapia e brinquedoteca), além de algumas unidades promoverem também atividades voltadas ao esporte, cultura e lazer;
- famílias, palestras e grupos que objetivam o acompanhamento familiar, *voltados à promoção e emancipação social*, através do desenvolvimento de temas diversos como a geração de renda, dentre outros.
- idosos, através de grupos de convivência de idosos.

¹⁵ Trata-se de um cadastro padronizado que é realizado com as famílias no momento em que se inscrevem em Programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Estes dados são encaminhados para o Governo Federal para a aprovação do benefício e ficam armazenados no sistema para utilização das equipes técnicas dos CRAS.

¹⁶ PROJOVEM – Programa do Governo Federal destinado a jovens com idade entre 15 a 17 anos, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social.

Além dessas ações, um dos CRAS trabalha com economia solidária, buscando atender em torno de 20 pessoas, o desenvolvimento desse trabalho tem como objetivo incentivar os usuários atendidos nos CRAS a serem empreendedores sob a ótica da economia solidária, promovendo apoio e cursos de capacitação às famílias excluídas da região.

Alguns CRAS também contam com a parceria de dois Projetos de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, que trabalham em duas comunidades em sua área de abrangência. Um dos projetos objetiva fomentar a discussão a respeito da participação popular; o outro trabalha conceitos atrelados à prática da reciclagem, como o cooperativismo e o associativismo. Vale acrescentar outros cursos como: aperfeiçoamento de serviços domésticos e marcenaria, que são ofertados pelo CRAS Jardim Paraíso. Outro trabalho desenvolvido por este CRAS é a oferta de oficinas de informática Básica e de Hardware, nas quais participam respectivamente 35 e 20 jovens inseridos no PROJOVEM Adolescente.

As equipes técnicas também variam de acordo com os equipamentos, mas essencialmente são compostas pelos seguintes profissionais: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 01 Pedagoga, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Auxiliar de Limpeza, 01 Merendeira, 01 Motorista, 02 Orientadores Sociais do PROJOVEM Adolescente, 01 Orientador Profissional do PROJOVEM Adolescente, 03 estagiários de Serviço Social e 06 estagiários do PROJOVEM Adolescente.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS – 2004) preconiza a questão dos direitos sociais e das potencialidades a serem desenvolvidas nas famílias inseridas e acompanhadas pela equipe técnica dos CRAS. Neste aspecto, prevê-se a realização de ações no campo da assistência social que proporcionem o protagonismo e o empoderamento da população em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, (SOUZA 2011) discorre a respeito das concepções acerca das categorias: empoderamento e protagonismo. O conceito de empoderamento pode ser abordado a partir de diversas perspectivas, ou seja, tanto pode tratar-se de uma simples ação de integração, quanto se vincular a propostas que propiciem o desenvolvimento de protagonismo dos sujeitos.

Para os autores Romano e Antunes (2010), há muitas situações em que Instituições Governamentais e Não-Governamentais usam o termo empoderamento para desenvolver ações, caracterizando-as como empoderadoras, sendo que, no entanto, não passam de atividades que objetivam a manutenção do controle e a legitimação do poder das Instituições, uma vez que permanecem constituídas a partir das mesmas ações, apenas renomeadas e presas

a um marco previamente estabelecido, descomprometidas com a efetiva transformação dos sujeitos.

Neste sentido, o termo empoderamento é considerado complexo, pois, ao mesmo tempo em que é polissêmico, é generalizado e constantemente utilizado para caracterizar toda e qualquer ação, sem a verificação se de fato aquilo que se diz empoderamento está alterando as relações de poder.

Desta forma, a autora compreende como empoderamento o desenvolvimento de ações capazes de alterar as relações de poder.

Para Freire (2005), em processos onde não há alterações das estruturas de poder, não há superação da relação entre opressor e oprimido, pois para este autor a pobreza, as situações de vulnerabilidade que vivenciam as famílias brasileiras são condições que desempoderam as mesmas, que as oprimem e lhes tiram a liberdade, visto que além de ser um atributo, o empoderamento pressupõe a liberdade. (SOUZA, 2011, p.114).

Para tanto, Souza (2011) considera que ao haver superação da relação entre opressor e oprimido, efetiva-se a transformação e a prática de empoderamento na vida dos sujeitos. A fim de conceituar o termo protagonismo, a autora utiliza-se da concepção de Paulo Freire (1980), que pressupõe ações que privilegiem a construção do sujeito como pessoa, capaz de transformar o mundo, de estabelecer relações de reciprocidade, capaz de fazer a cultura e a história.

Alguns elementos como classe social, práxis, diálogo e criticidade são, para Freire, constituintes ao processo de empoderamento. Desta forma, o empoderamento é dialógico, pois ocorre à medida que se estabelece um diálogo entre os sujeitos, por meio de uma reflexão coletiva que supera a visão individual, em que se apreende o que se sabe a respeito das próprias necessidades e se descobre enquanto alguém capaz de enfrentar de forma crítica a realidade que o cerca.

Enquanto metodologia, o grupo socioeducativo foi assinalado como um espaço dialógico capaz de propiciar ações que promovem empoderamento dos sujeitos acompanhados pelas equipes técnicas dos CRAS de Ponta Grossa. Nesta perspectiva, segundo Carvalho (2007), o campo de aprendizagem das ações socioeducativas envolve quatro elementos fundamentais: convivência e fluência comunicativa, saberes e fazeres próprios da vida cotidiana, participação social e acesso a usufruto a serviços sociais básicos.

Os desafios apresentados nesta pesquisa referente à implementação das práticas psicossociais realizadas pelas equipes técnicas interdisciplinares dos CRAS no Município de Ponta Grossa foram: a dificuldade em efetivar a descentralização das ações da assistência, a fragilização do trabalho da equipe profissional do CRAS, a compreensão a respeito do

conceito de empoderamento pelos técnicos, a precarização das condições de trabalho dos profissionais e o desafio da interdisciplinaridade.

3.1.2. CRAS e as Práticas Socioeducativas.

A pesquisa realizada pela autora Evangelina Sanches Lima (2008) teve o objetivo de analisar a concepção de ações socioeducativas¹⁷ presentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sancionada pelo Governo Federal em 2005. Vale ressaltar que as ações socioeducativas devem ser realizadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios brasileiros, enquanto ações que objetivam promover o desenvolvimento das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda como PBF¹⁸ e BPC¹⁹.

Nesta perspectiva, este estudo analisa qual a concepção de ação socioeducativa está presente nos documentos oficiais e como estão sendo operacionalizadas no Município de Londrina – PR. Para tanto, a pesquisa conta com a realização de uma revisão bibliográfica e com uma pesquisa de campo, que se constitui através do acompanhamento das atividades de oito técnicas, profissionais do campo da assistência social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: realização de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro contempla algumas categorias envolvidas no problema da pesquisa, a saber: concepção de ação socioeducativa, objetivos para a realização, dificuldades vivenciadas na implantação e execução das atividades, desafios para a continuidade das ações.

Para Lima (2008), esta pesquisa resulta de uma grande angústia relacionada à prática teórico-metodológica no campo da Proteção Social Básica, mais especificamente no Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), operacionalizados pela equipe técnica do CRAS que objetiva respaldar o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Angústia relacionada ao desejo de não repetir ações sem uma direção clara, sem articulação com outros setores, ou seja, em não fazer grupos em que o foco se centrasse em orientações aos familiares sobre o processo de desenvolvimento dos filhos/as, ‘ensinando-os’ a educá-los no modo de como cuidar de seus idosos e

¹⁷Utilizaremos ao longo deste trabalho o termo socioeducativo, escrito sem hífen, para obedecer às novas regras gramaticais. Contudo, cabe ressaltar que o termo que melhor indicaria nossas concepções teórico-metodológicas seria o termo escrito como sócio-educativo, uma vez que acreditamos que tal prática pode proporcionar um aprendizado construído em conjunto e compartilhado pelo grupo continuamente.

¹⁸ Programa Bolsa Família - PBF.

¹⁹ Benefício de Prestação Continuada – BPC. Programa de Transferência de Renda do Governo Federal destinado à idosos ou à pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social.

deficientes. Angústia dos/as participantes em não terem espaço de escuta dos seus problemas e, principalmente, de que esse espaço não se restringisse a uma mera escuta, mas que produzisse resultados efetivos. (LIMA, 2008, p.12).

O estudo identificou que concepção de ação socioeducativa está presente nos documentos oficiais e descreveu como estão sendo operacionalizadas no Município de Londrina – PR. Para tanto, a pesquisa lançou mão de uma revisão bibliográfica e de uma qualitativa que utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: a) observação de seis grupos socioeducativos, três realizados pelas técnicas do CRAS e três desenvolvidos por técnicas de entidades conveniadas; b) entrevistas semiestruturadas com oito técnicas que coordenam os grupos observados. Estas profissionais são assistentes sociais, das quais três são funcionárias públicas e as cinco restantes são de Instituições Conveniadas. O roteiro contemplou algumas categorias envolvidas no problema da pesquisa, a saber: concepção de ação socioeducativa, objetivos para a realização, dificuldades vivenciadas na implantação e execução das atividades, desafios para a continuidade das ações; c) pesquisa documental da Constituição de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Proteção Social Básica do SUAS, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e o documento de Orientações para o desenvolvimento de ações de acompanhamento das famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família, Documento da proposta de implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) do Município de Londrina – PR e do Programa de Ações Sociofamiliar desta Secretaria.

Lima (2008) aponta que a oferta dos serviços socioeducativos a serem desenvolvidos pela equipe interdisciplinar dos CRAS é um tema que tem chamado à atenção de muitos profissionais. Embora seja uma prática antiga no campo do serviço social, não é tão difundida para os psicólogos recentemente inseridos no SUAS.

A pesquisa teve como objetivo compreender qual a concepção socioeducativa desenvolvida na PNAS – mais especificamente na Proteção Social Básica. Segundo a autora, o Ministério de Desenvolvimento Social criou um documento que busca orientar a respeito do desenvolvimento das ações socioeducativas, porém assinala que este não apresenta uma concepção teórico-metodológica clara e bem definida, deixando margem para todo tipo de atuação.

As ações socioeducativas são entendidas como estratégias orientadoras necessárias a inclusão social e ao fortalecimento das famílias e de seus membros como sujeitos de direitos, estão organizadas em várias atividades: grupos socioeducativos, grupos de desenvolvimento comunitário, grupos de convivência familiar e grupos de desenvolvimento familiar. Cada um desses grupos explora uma dimensão, visando desenvolver determinados aspectos do grupo e dos participantes. (LIMA, 2008, p. 15).

A pesquisadora relata que, ao desenvolver o trabalho, encontrou uma série de problemas na operacionalização. São eles: mudança no cronograma das atividades dos CRAS e das Instituições conveniadas, falta de local para a realização das atividades, greve dos funcionários da Prefeitura de Londrina, que teve duração de 45 dias, e a não realização das atividades dos grupos pela mudança da equipe técnica. Portanto foram acompanhados 06 grupos, sendo 03 dos CRAS e 03 de Entidades conveniadas.

A fim de conceituar o termo socioeducativo, a autora respalda-se nos estudos de Paulo Freire (1980). Para tanto, submete a análise do próprio termo, que além de não apresentar um consenso na grafia, também não apresenta, na literatura atual, clareza na concepção teórico-metodológica. A autora adverte que a palavra tem sido grafada como *socioeducativo* ou *sócio-educativo*. À primeira vista assinala que isto pode ser compreendido apenas como falta de conhecimento e erro ortográfico. Contudo, faz-se necessário analisar o que está sendo afirmado ou negado. A forma ortográfica utilizada com mais frequência é *socioeducativo/a* e não *sócio-educativo/a*. Para a autora, os termos apresentam uma grande diferença de sentido, *sócio* é um elemento de composição da palavra *socioeducativo*, que vem de social ou socializar, que significa coletivizar, “[...] traz a ideia de dar ao outro aquilo que ele não tem e que precisa ter” (LIMA, 2008, p.18). Neste sentido, as ações socioeducativas pressupõem proporcionar por meio de suas atividades a transmissão de um conhecimento, no qual aquele que recebe a ação não tem e precisa ter para viver em sociedade. Assim, o termo socioeducativo encontra-se em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação. (FREIRE, 1980, p. 22).

Já o termo *sócio-educativo*, com hífen, traz a concepção de se ter um sócio, um companheiro, alguém semelhante, com condições para a realização de uma ação conjunta. Trata-se, portanto de uma perspectiva que apresenta uma visão de mundo, de educação, de homem e mulher, semelhantes à defendida pela concepção freireana, ou seja, para a autora esta seria a mais condizente com uma pedagogia preocupada em promover a transformação social.

Segundo o documento produzido pelo MDS – Acompanhamento Assistencial e Sócio-educativo (BRASIL, 2005), o desenvolvimento dos serviços socioeducativos preconizados pela Política de Assistência Social, objetiva promover protagonismo e autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social. Para tal, propõem a formação de grupos socioeducativos, campanhas socioeducativas, grupos de convivência familiar, entre outros.

Por protagonismo, considera-se como:

[...] a participação das famílias na compreensão de sua realidade familiar e social, na definição de seus objetivos, em seus processos de decisão, e na elaboração de referências para avaliar seu processo de transformação familiar e social. (BRASIL, 2005, p.01).

De acordo com esta definição, a autora aponta para uma “missão muito grande” a ser desempenhada pelas atividades socioeducativas, o que justifica a necessidade de uma análise cuidadosa sobre as concepções teórico-metodológicas que as respaldam.

A autora discute em seus estudos a questão da metodologia, uma vez que a compreende não apenas enquanto técnicas, dinâmicas ou exercícios utilizados, mas sim, enquanto um conjunto de instrumentos que derivam de concepções teórico-políticas, desmistificando a noção de neutralidade das intervenções sociais e educativas.

Dentre as diretrizes metodológicas presentes no documento **Proteção Social Básica. Orientações Técnicas BSB** (BRASIL, 2006, p.31), que objetiva orientar a respeito do desenvolvimento dos trabalhos com famílias e indivíduos, detalharemos o item 3.5, que faz referência a:

- adotar metodologias participativas e dialógicas de trabalho com as famílias.
- desenvolver um trabalho interdisciplinar, considerando a família em sua totalidade.
- abordar temas relacionados a questões de gênero, orientação sexual e étnica, fortalecendo o direito à cidadania.
- realizar trabalhos com grupos de família ou representantes, fortalecendo a socialização e a definição de projetos coletivos.
- problematizar as questões levantadas pelo(s) grupo(s).
- organizar as discussões a partir da realidade vivenciada pelas famílias.
- favorecer e incrementar a sociabilidade entre as famílias.
- facilitar a definição de projetos coletivos e a viabilização de sua implementação.
- utilizar de estratégias que estimulem a participação dos indivíduos nos grupos, com linguagem simples e acessível.
- valorizar o saber popular, fortalecendo os sujeitos e estimulando o debate.

Como podemos observar, enfatiza-se que as ações socioeducativas fundamentem-se em uma prática participativa e dialógica. Nesta perspectiva, a autora associa, ao longo deste trabalho, a metodologia socioeducativa com a concepção de educação enquanto prática da liberdade desenvolvida por Paulo Freire.

No entanto constata que, apesar da influência do Serviço Social na construção teórica de Paulo Freire nos primeiros anos e da influência deste no Serviço Social, há na prática contemporânea pouca expressão efetiva nas ações concretas desenvolvidas no campo da

assistência social. A autora ressalta que a analogia realizada entre as práticas socioeducativas e a teoria de Paulo Freire se deu devido à descrição da metodologia proposta no documento, uma vez que o autor nunca utilizou este termo em sua teoria.

A análise realizada na pesquisa aponta para um paradoxo existente no desenvolvimento das ações socioeducativas. Esta afirmação pode ser observada na proposição dos grupos socioeducativos, uma vez que se restringe a ações que propiciam a informação e a orientação referentes a temas relacionados às políticas sociais, “[...] a fim de possibilitar que cuidem de seus dependentes, em especial as crianças e adolescentes, deficientes e idosos” (LIMA, 2008, p.105). De maneira geral, trata-se de temas que se referem ao desenvolvimento de habilidades como: cuidado com os filhos, idosos e deficientes, criação de redes sociais de apoio na comunidade.

Ainda que a metodologia sugerida aponte para uma prática dialógica e utilize-se de termos como: temas geradores e ação participativa, cidadania, emancipação, autonomia, a pesquisa de Lima (2008), analisa que as ações não vão além da transmissão de informações e de orientações, diferenciando-se da concepção proposta por Freire.

Outro aspecto analisado pela autora trata-se da questão da centralidade das ações na família, em que o Estado é considerado como lócus privilegiado de superação das sequelas da questão social. Assim, o que era dever do Estado passa a ser considerado de responsabilidade da família, da solidariedade da sociedade civil e do mercado. Outro ponto levantado diz respeito à centralidade da família, recaindo as responsabilidades fundamentalmente sobre a mulher, definindo a ela, no âmbito privado, o papel de cuidado de seus dependentes.

Como desafio, a pesquisa apontou a necessidade de se discutir a respeito dos referenciais teórico-metodológicos a fim de auxiliar no desenvolvimento de práticas socioeducativas, pois se constatou uma falta de metodologia adequada para a operacionalização das atividades.

Como dito pelas entrevistadas, para suprir essa falta de um referencial que as oriente, as assistentes sociais, não encontrando esse apoio no corpo teórico da profissão, têm buscado em outras áreas um referencial para seu trabalho. Todas as entrevistadas relataram terem feito cursos de dinâmica de grupo ou formação na área da psicologia sistêmica, ou atuarem baseadas nas experiências pessoais desenvolvidas em sua trajetória profissional. (LIMA, 2008, p.107).

Por fim, a autora procurou demonstrar ao longo de sua pesquisa que as ações socioeducativas estão, na prática, relacionadas à transmissão de um conhecimento por um sujeito ativo (o que socializa), de um conteúdo (escolhido por quem educa), a um recipiente (do conteúdo), o educando, contradizendo, dessa forma, o objetivo da ação dialógica que

busca proporcionar aos oprimidos o reconhecimento do por que e do como de sua participação e adesão às atividades propostas pela equipe técnica dos CRAS.

3.2- Algumas Apreciações.

O levantamento da literatura científica nos permitiu identificar um vasto campo de pesquisas desenvolvidas a respeito dos CRAS, com a implantação da PNAS e a regulamentação do SUAS, que propiciaram uma mudança de paradigma na compreensão a respeito da gestão da assistência social e a inovação nas diversas experiências vivenciadas pelos municípios brasileiros. Contudo a heterogeneidade presente nas múltiplas realidades e as ambiguidades que marcam historicamente as práticas assistenciais no país, apresentam desdobramentos e desafios analisados nos processos de implantação e implementação dos serviços dos CRAS.

Dentre os desafios já assinalados, aponta-se a necessidade de se ampliar às discussões a respeito dos aportes teórico-metodológicos utilizados pelas equipes interdisciplinares dos CRAS. Observamos a presença de poucas produções científicas neste campo que se propõe a investigar e a analisar dados sob a perspectiva deste enfoque.

Neste contexto, consideramos fundamental a compreensão das ações socioeducativas que, segundo a análise de Lima (2008), trata-se de práticas que não apresentam uma metodologia clara e definida, configurando um espaço onde “tudo pode, qualquer coisa cabe”(Gestora do Município de Várzea Paulista, 2012).

Outro elemento que contribui para nossa reflexão é o questionamento a respeito do que se pretende produzir ao se promoverem práticas psicossociais nos CRAS? A Política Nacional de Assistência Social preconiza desenvolver *protagonismo e empoderamento* das famílias atendidas, conforme discutido por Souza (2011); no entanto, quais são as ações socioeducativas desenvolvidas com as famílias, o que se pretende com elas e qual são os impactos dessas ações na comunidade?

Segundo os resultados publicados na pesquisa realizada pelo governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Assistência Social (2012), estas ações, chamadas complementares aos programas de transferência de renda, apresentam-se na região metropolitana de São Paulo essencialmente com o oferecimento de capacitação profissional. Contudo, ao se analisar a sua eficácia e capacidade de transformação na vida das famílias beneficiárias, identificou-se que as iniciativas foram insuficientes para a incluir os sujeitos participantes dos programas no mercado de trabalho.

Outro elemento presente na análise da pesquisa realizada pelo governo do Estado de São Paulo (2012) é o fato de estas práticas não terem contribuído para algum tipo de envolvimento comunitário ou social, ou seja, a compreensão a respeito de superação da situação de vulnerabilidade restringe-se aos cursos realizados e à colocação no mercado de trabalho.

Neste sentido, observamos que a compreensão a respeito do processo de superação de vulnerabilidade ou pobreza está relacionada à capacidade ou não de se desenvolver um trabalho formal, não sendo suficiente para construir “[...] outros caminhos de organização e inclusão social” (Secretaria de Assistência Social, 2012, p. 268).

Vale ressaltar que a autora Maritza Montero (2006), ao analisar os processos de fortalecimento comunitário, enfatiza que:

Para que las políticas social es puedan lograr máxima efectividad y generar desarrollo, es necesaria una ciudadanía fuerte, conciente e crítica, de lo contraria, lo que tende a predominar es el clientelismo y la dependência. (Montero, 2006, p.71).

Desta forma, compreendemos que as práticas psicossociais comunitárias que anseiam promover estratégias fortalecedoras e emancipatórias precisam trabalhar de forma crítica e reflexiva a desnaturalização de noções generalizadas a respeito de uma lógica dominante, a qual pressupõe o pobre como incapaz, preguiçoso, sem vontade de vencer. “Así, una persona se puede definir a si mesma como débil e incapaz de decidir, cuando es probable que la supuesta debilidad es ea el resultado de una situacion histórica de naturalización de roles dominantes y de roles dominado”. (MONTERO, 2006, p. 34).

Neste aspecto, nossa pesquisa pretende dar conta desta lacuna deixada pelas pesquisas até o momento desenvolvidas discutindo a respeito destes elementos, a partir de uma análise psicopolítica dos conteúdos subjetivos e políticos, presentes nas práticas psicossociais desenvolvidas pela equipe técnica dos CRAS do Município de Várzea Paulista. Assim procuramos perceber, ao longo desta pesquisa, se as ações do CRAS fortalecem a comunidade e se de fato propiciam a autonomia e a emancipação das famílias, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, mais especificamente a Proteção Social Básica.

4 - FATALISMO, CONSCIENTIZAÇÃO E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.

Esta pesquisa tem como referencial teórico não só os conceitos, desenvolvidos por Martin-Baró (1998), a respeito fatalismo, conscientização e desideologização, mas também por Maritza Montero (2004, 2006), a respeito de fortalecimento comunitário. Tais referenciais nos permitiram compreender as dimensões subjetivas e políticas presentes nas práticas psicossociais comunitárias desenvolvidas pelo CRAS junto às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. Nosso interesse está em identificar, por meio da análise de discurso, se estas práticas estão em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, ou seja, se promovem ações que desenvolvam o “fortalecimento familiar e comunitário”, “a autonomia” e “o protagonismo” das famílias inseridas nos serviços de Proteção Social Básica.

Para tanto, inicialmente buscaremos compreender o conceito de “fortalecimento” analisado por Maritza Montero (2004, 2006), que ao estudar o desenvolvimento de práticas psicossociais comunitárias na América Latina, descreve a respeito da crescente incorporação do termo *empowerment*, introduzido em meados dos anos setenta, significando, em um primeiro momento, o acréscimo de elementos fortalecedores às ações desenvolvidas com as comunidades.

Cabe ressaltar que Montero (2006) destaca a pluralidade de significados atribuídos à palavra *empowerment* ou empoderamento, contradizendo a forma em que o termo é usualmente empregado: como único, universal e indiscutível. Segundo ela, “[...] la aparición en la lengua inglesa del neologismo empowerment ha producido una reacción de copia automática de la denominación, incluso em ámbitos donde ya se hablaba de fortalecimiento”. (MONTERO, 2006, p.61). Neste aspecto, ao analisarmos o contexto de desenvolvimento das políticas públicas, problematizamos a questão de saber qual termo se preconiza, fortalecer as famílias e comunidades ou empoderá-las?

Embora o termo utilizado na Política de Assistência Social seja “fortalecimento comunitário e familiar”, observamos, como aponta Souza (2011), a frequente incorporação do termo *empoderamento* às práticas socioeducativas desenvolvidas pelos CRAS. Neste sentido, observamos a necessidade de se realizar uma análise crítica a respeito do significado da palavra antes de optarmos por utilizá-la ou não nesta pesquisa, a fim de “desideologizar” e “desmistificar” a concepção teórico-metodológica correntemente observada na execução das políticas sociais.

Segundo Montero (2006), o termo empoderamento pressupõe a existência de algo ou alguém detentor do poder, que concede ao outro a possibilidade de fortalecimento, desconsiderando suas capacidades e recursos próprios de controlar e transformar sua própria realidade.

Nesta mesma perspectiva, a autora Lima (2008), ao investigar as práticas socioeducativas realizadas no CRAS, identifica que, embora se trate de ações descritas enquanto comunitárias e que representam estratégias “[...] orientadoras necessárias à inclusão social e ao fortalecimento das famílias e de seus membros como sujeitos de direitos”(LIMA, 2008, p.15), aponta a falta de clareza nas concepções teórico-metodológicas.

Outro aspecto assinalado por Lima (2008), ainda a respeito da metodologia, é que, embora se preconize uma prática que privilegie a discussão de temas geradores como: ação participativa, cidadania, emancipação e autonomia das famílias beneficiárias de transferência de renda, a autora identifica em sua pesquisa que as ações não vão além da transmissão de informações e orientações. Descreve estas práticas como ferramentas que legitimam relações de poder representadas na figura de um sujeito ativo (que detém o conhecimento), de um conteúdo (escolhido por quem educa) e a de um recipiente (do conteúdo), o educando. A nosso ver, este estudo demonstra o quanto a ação socioeducativa continua a propiciar que os sem voz, sem visibilidade e sem poder, continuem não vivenciando processos de fortalecimento familiar e comunitário.

Desta forma, ao refletirmos e optarmos pela utilização do termo fortalecimento nesta pesquisa, nos respaldamos na concepção desenvolvida por Montero (2006), que considera que considera:

[...] el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrolla?! Conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformando se al mismo tiempo a sí mismo. (MONTERO, 2006, p.72).

Para a autora, o desenvolvimento de um trabalho comunitário se dá a partir da perspectiva de uma prática transformadora, que considera o sujeito como “[...] um ser ativo, dinâmico, construtor de sua realidade [...]”, conhecedor de suas necessidades e expectativas (MONTERO, 2006, p.41). Compreende-se então o sujeito enquanto protagonista de sua própria história, capaz de apreender e atuar no movimento dinâmico de sua realidade por meio de sua participação ativa no planejamento e execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas.

Nesta mesma perspectiva, Martin-Baró (1998) aponta para a necessidade de se construir um escopo teórico-metodológico que fundamente o planejamento dessas práticas comunitárias, a fim de promover, a partir de uma perspectiva psicopolítica, ações que consideram o poder social na configuração do psiquismo humano, que contribuam, portanto, para a construção de um novo poder histórico como critério para o desenvolvimento de uma nova identidade psicossocial das maiorias até hoje dominadas.

Martin-Baró (1998) assinala uma posição sócio-histórica, que compreende um novo sujeito histórico, capaz de reconhecer-se em sua condição de oprimido e analisar criticamente a realidade da qual faz parte, a fim de lutar contra esta condição.

Em contrapartida a este ponto de vista, o que se analisa em muitos processos de intervenção nas comunidades são formas naturalizadas de se estabelecer relações que reforçam a concepção de famílias pobres e excluídas, como destituídas de poder e de direitos, considerando estes grupos sociais como: os que não têm conhecimento, incapazes ou até mesmo acomodados, naturalizando e reiterando que se trata de famílias e/ou sujeitos que não conseguem transformar a própria vida e, conseqüentemente, não conseguem transformar sua própria realidade, legitimando práticas psicossociais que propiciam a manutenção do *status quo*.

[...] muchos programas comunitarios tanto gubernamentales como no gubernamentales, así como los autogestionados desde las propias comunidades, tienen como sujeto actor y receptor a comunidades con necesidades yaun excluidas de todos o de gran parte de los beneficios sociales Se suele pensar que esos grupos también carecen de todo poder. Esta consideraciónes un modo de naturalizar una situación en la cual los desposeídos, los pobres, los excluidos, yen general todos los grupos sociales que no disfrutan del poder estatui doni de condiciones socioeconômicas dignas, son vistos como débiles, incapaces, privados de toda posibilidad de transformar su forma de vida. Esa es una expresión de la concepción assimétrica del poder, que naturaliza las carencias de determinado tipo (por los ámbitos de la vida del grupo y la situación de privación, de tal modo que tanto fuera como dentro del grupo pasa a ser la perspectiva dominante, local contribuye a reproducir y manteneres a situación. (MONTERO, 2006, p.34).

Ao problematizarmos as práticas comunitárias desenvolvidas nos CRAS, a fim de realizarmos uma análise psicopolítica, faz-se necessário considerar toda a rede de crenças e valores que influenciam a concepção dos grupos dominantes e que se reproduzem nas diferentes “[...] instituições sociais como escola, igreja, movimentos sociais, bem como a ideologia veiculada pelos meios de comunicação e mesmo o senso comum”. (ANSARA, 2005, p.36).

Neste aspecto, o autor Martin-Baró (1998) evidencia a necessidade de se fazer um trabalho dedesideologização da experiência cotidiana a fim de desmascarar a rede de crenças

e de representações sociais, construídas ao longo da história e naturalizadas como verdades inquestionáveis.

Essa desideologização, como aponta Ansara (2005), implica descodificação, construção de um novo saber a respeito da realidade e ainda resgate da memória histórica. Estes processos se dão a partir da conscientização produzida pela própria práxis, ou seja,

[...] procura responder aos problemas sociais, que vai contra a mentira social, que rompe com a dinâmica que mantêm a ordem social, que reverte o conhecimento ao povo e que possibilita a transformação social. (ANSARA, 2005, p. 36).

Vale ressaltar que Martin-Baró (1998) analisou o fatalismo com profundidade, esclareceu que numa visão fatalista a desmobilização e a resignação das maiorias populares são entendidas como sendo um traço do psiquismo ou da cultura da pobreza, independente das condições sociais. O autor contesta esta concepção de que o comportamento fatalista é um traço de caráter do povo latino americano, apontando para sua relação com o funcionamento das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Corroborando esta análise, as autoras Ansara e Dantas (2010) assinalam que “[...] estas teses psicologizantes atribuem às camadas marginalizadas a responsabilidade por sua própria exclusão, uma vez que adotam condutas passivas e submissa” (p.97). Neste sentido, confere-se ao psiquismo a primazia para a estruturação social.

Segundo Martin-Baró (1998), o fatalismo que se verifica nas populações excluídas da América Latina configura-se a partir de um sistema de ideologia internalizado cotidianamente por meio da interação dos sujeitos com o universo social.

Para Freire (1996), a naturalização configura-se como uma das principais estratégias de acobertamento da realidade e de manutenção das situações de opressão. Considerada pelo autor como um *modus operandi* da ideologia, produz-se quando um estado de coisas, criado socialmente por um grupo humano em um determinado contexto histórico-social, passa a ser tratado como um acontecimento natural ou inevitável.

Para Ansara e Dantas,

[...] o indivíduo que nasce na periferia das cidades latino-americanas aprende cotidianamente qual é o seu lugar social e que seus esforços provavelmente não produzirão transformações efetivas na sociedade, marcada pela exploração e opressão. (ANSARA; DANTAS, 2010, p.97).

Neste aspecto, produz-se a naturalização das relações de produção e das desigualdades sociais. Desta forma, a realidade social reforça os esquemas fatalistas, por meio das

instituições sociais e de processos de socialização que envolve a escola, a igreja, o trabalho (ou a falta do mesmo), as relações domésticas, dentre outros.

As ações desenvolvidas pelos CRAS de Várzea Paulista que promovem capacitações profissionais de curtíssima duração visando à reinserção no mercado de trabalho e a superação da vulnerabilidade e pobreza não propiciam o rompimento destes esquemas fatalistas, pois desconsideram o contexto econômico, político e social, nem promovem um questionamento desta realidade.

Cabe ressaltar que o contexto econômico, político e social é resultado das transformações advindas de um sistema neoliberal e do processo de reestruturação produtiva da era da acumulação flexível e caracterizam as duas últimas décadas na sociedade contemporânea. Segundo Antunes (2000),

[...] dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2000, p.35).

A partir desta perspectiva, faz-se necessário analisar a representação do trabalho neste contexto capitalista, que, ao legitimá-lo, reproduz simbolicamente modos de manutenção de sistemas de desigualdades e de opressão, por meio da ideologia sustentada pelas reiterações das práticas advindas das políticas sociais.

Para Antunes (2000), paralelo ao processo da globalização produtiva, converte-se o sistema de produção das mercadorias, com o aumento da concorrência e da busca pela alta produtividade, em um sistema destrutivo que gera uma grande:

[...] sociedade dos excluídos e dos precarizados. O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados recentes da OIT? (ANTUNES, 2000, p.36).

Portanto, corroboramos a afirmação de Mézaros (1995) que reitera a concepção de que o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, gera em seu sistema metabólico de controle social uma lógica que é essencialmente destrutiva, “onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca” (MÉZAROS, 1995, apud ANTUNES, 2000).

Desta forma, ao buscarmos compreender as manifestações da “questão social”, caracterizadas como a acentuada desigualdade econômico-social, o desemprego, a fome, as doenças, a penúria, a desproteção na velhice, o desamparo frente a conjunturas adversas, dentre outras, utilizamo-nos da concepção do autor José Paulo Netto (2010), que descreve, como estratégias de enfrentamento a estas manifestações, a construção de programas de

reformas que preservam antes de tudo “[...] a propriedade privada dos meios fundamentais de produção”. Para o autor, a forma como se lida com as manifestações da “questão social”,

[...] é desvinculado a qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2010, p.06).

Neste sentido, observamos ao longo desta pesquisa uma escassez de trabalhos que busquem privilegiar um caráter crítico no campo das práticas sociais e comunitárias, a fim de respaldarem ações que efetivamente propiciem uma ruptura com estas concepções reformistas e conservadoras, práticas que essencialmente se restringem a legitimar as relações de exploração inerentes ao sistema capitalista.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo produz a questão social e apresenta-se de forma permanente e contínua, ou seja, configura-se indissociavelmente a dinâmica do capital tornado “[...] potência social dominante”. “A questão social é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar” (NETTO, 2010, p. 07).

Ao descrever as transformações advindas da década de setenta, o autor José Paulo Netto caracteriza as profundas transformações societárias, que resultam na produção de novos traços do capitalismo e de processos inéditos vinculados às mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho”. Mudanças estas que resultam em impactos gerados pela revolução científica e técnica em curso desde meados do século XX, configurando a “sociedade tardo-burguesa” que surge da “restauração do capital”.

Dentre as transformações, Netto (2010) ressalta que o denominado “mercado de trabalho” vem sendo reestruturado, uma vez que se descobre o desemprego estrutural, em consequência “[...] ao crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face aos interesses do capital”. Segundo ele,

[...] todas as “inovações” levam à precarização as condições de vida da massa dos vendedores da força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade”. (NETTO, 2010, p. 12).

Considerando esta análise desenvolvida por Netto (2010), entendemos que o sistema capitalista, conceituado acima, não só produz como é intrínseco à base da questão do desemprego estrutural e da geração de processos de precarização do trabalho.

Partindo desta perspectiva macro, buscamos compreender o conceito de fatalismo, desenvolvido por Martim-Baró (1998), que o descreve como um esquema ideológico com origem nas estruturas sociopolíticas e que se enraíza psiquicamente. O autor refere-se à valoração de esquemas preferenciais que contribuem para privilegiar a constituição da naturalização de relações de dominação e exploração. Promove-se por meio dos valores e da

moral, a assimilação de esquemas preferenciais que configuram o sujeito ideal para o sistema capitalista. Compreende-se dessa maneira que é por meio da ideologia que se converte docilidade e passividade em virtudes. “A concepção fatalista transforma os acontecimentos sociais em fenômenos naturais, cuja alteração é improvável”. (ANSARA; DANTAS, 2010, p.97).

El fatalismo es, por ello, una realidad social, externa e objetiva antes de convertirse en una actitud personal, interna e subjetiva. Las clases dominadas no tienen posibilidad real de controlar su propio futuro, de definir el horizonte de su existencia y moldear su vida de acuerdo a esa definicion. [...] El lugar de nacimiento se convierte en lugar de destino. (MARTIN-BARÓ, 1998, p.98)

Neste contexto, Martin-Baró (1998) considera o processo de conscientização como possibilidade em promover rupturas das estruturas fatalistas. Tais estruturas são para o autor veiculadas por uma lógica dominante, com o objetivo de sustentar e manter a alienação das maiorias populares.(MARTIN-BARÓ, 1998, p.18). Ainda para Martin-Baró, o processo de conscientização supõe que o ser humano transforma-se ao transformar sua realidade, estabelecendo uma relação dialética e ativa, fundamentada no diálogo.

Vale ressaltar que Martin-Baró respaldou seus estudos sobre o conceito de conscientização a partir da concepção de Paulo Freire. Nesta perspectiva, Martin-Baró corrobora as propostas de Freire (2005) quando este descreve que o processo de conscientização não consiste em promover uma simples mudança de opinião a respeito da realidade, contribuindo para uma mudança essencialmente subjetiva individual, cuja situação objetiva permanece imutável. Uma consciência a respeito da realidade não supõe, por si só, uma transformação da mesma. Neste aspecto, considera-se o processo de conscientização a partir da produção de um olhar crítico ante a realidade circundante, na qual o indivíduo, mediante uma gradual decodificação desta realidade, capta os mecanismos que oprimem e desumanizam.

Desta forma, Martin-Baró ressalta que o novo saber construído a respeito da realidade leva a produzir um novo saber a respeito de si mesmo, influenciando a construção de uma nova identidade social que potencializa ações transformadoras, ou seja, que permite não só descobrir as raízes do que se é, mas também oferece um horizonte do que se pode chegar a ser. Trata-se de um processo “[...] relacional, social, comunitário e político, diretamente vinculado à relação com os sujeitos sociais, a ação coletiva e a transformação da sociedade”.(ANSARA; DANTAS, 2010, p.98).

Em estudos realizados por Ansara (2005), a autora reafirma esta perspectiva ao considerar que, a partir destas interações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo externo, compreende-se a vida social como um processo dinâmico e o indivíduo como um sujeito ativo na construção e significação de sua história. Neste sentido, constitui-se uma relação-interação entre o mundo cultural e subjetivo de cada um. (ANSARA, 2005, p.34-35).

De acordo com esta concepção, compreendemos que os profissionais que pensam e conduzem as práticas psicossociais comunitárias podem criar condições para dismantlar a ideologia que sustenta o fatalismo, propiciando que se descortine a mentira oficial relacionada ao desenho de um destino inevitável e imutável frente às situações de vulnerabilidade das famílias atendidas.

Vale ressaltar que os processos de conscientização e de desideologização não resultam exclusivamente das ferramentas teórico-metodológicas utilizadas nas práticas psicossociais comunitárias ou dependem apenas das orientações realizadas pelo profissional envolvido.

Neste aspecto, o processo de transformação não está centrado na figura do profissional que conduz as ações, uma vez que ao assumir esta tarefa de conscientizar o outro, pressupõe-se ser alguém consciente, conhecedor do mundo social que o circunda. Porém, o próprio profissional, em decorrência do lugar social que ocupa, compreende a realidade de acordo com seu próprio crivo ideológico característico de seu grupo social, representando interesses muitas vezes opostos aos das camadas populares. “Desse modo a desideologização da vida cotidiana decorre da relação entre o profissional e a comunidade, despertando a consciência de ambos os sujeitos implicados no processo”. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 98).

Nesta perspectiva, ao realizarmos um levantamento das produções científicas que analisam as práticas psicossociais dos CRAS, em geral observamos que o aspecto político, o qual consideramos essencial para a análise de processos que buscam a transformação social, não é problematizado. Neste sentido, compreender o olhar dos profissionais a respeito da população atendida, das políticas públicas e das possibilidades de práticas comunitárias, torna-se fundamental para identificar as limitações das ações efetivas realizadas pelos CRAS.

Embora o discurso busque sustentar o modelo participativo e fortalecedor das famílias, ainda assim, observamos a cristalização de relações de poder hierarquizadas entre profissionais e beneficiários que sustentam um modelo teórico-metodológico que legitima as estruturas fatalistas, promovendo a manutenção da ordem estabelecida. Este aspecto pode ser

identificado na fala da Gestora do Município de Várzea que descreve as dificuldades em se efetivarem as práticas comunitárias nos territórios:

[...] não sei o que acontece na formação que depois os assistentes sociais não querem andar nas favelas, elas tem medo, enfim, acho que precisam ser revistos algumas coisas, né? Porque é bem modelo médico de atendimento que servem para o assistente social, para o psicólogo, para tudo. Eu fico lá esperando alguém vir, né? Ao meu encontro. (Gestora de Várzea Paulista, 2012).

Neste contexto, considerando o cenário brasileiro de exclusão e de desigualdade social pautado na violência estrutural, problematizamos questões como: qual o “olhar” dos profissionais responsáveis pela execução destas políticas públicas? Quais são as ferramentas que o campo científico tem para compreender e instrumentalizar de forma teórico-metodológica as práticas psicossociais para lidarem com esta realidade concreta? Qual é o impacto que estas práticas produzem na sociedade?

Há, portanto, aspectos éticos importantes a serem considerados na realização de trabalhos com grupos em vulnerabilidade social, dentre eles a necessidade de suscitar, nos serviços, debates que promovam a construção de uma visão crítica a respeito da exclusão social, compreendendo-a como um conjunto de processos sociais que conduzem indivíduos e grupos a situações de vulnerabilidade.

Neste sentido é fundamental considerar também os aspectos éticos presentes nestes processos, sobretudo porque a ética se reporta a este modo de agir, tematizar, conduzir estas relações inerentes ao processo do desenvolvimento das práticas psicossociais, geralmente assimétricas e hierarquizadas. Para Chauí, “[...] a ética é terreno de um saber prático feito de deliberações e escolhas sobre o possível e sobre o que depende da vontade dos homens: sua matéria-prima são valores e não fatos”. (CHAUI, 1984, p.51).

Contudo para além das escolhas relacionadas ao objeto de intervenção e ao método que será utilizado, faz-se necessário refletir a respeito do termo autonomia tão recorrente nos documentos oficiais e discursos dos profissionais. Para Chauí (1984) autonomia é “[...] disposição para discutir consigo e com os outros o sentido dos valores e capacidade de outorgar a si mesmo regras de conduta”. (CHAUI, 1984, p.51) Neste aspecto, o sujeito autônomo problematiza os valores hegemônicos num tempo e lugar, mantendo-se afastado da coação externa a fim de refletir e se posicionar a respeito dos fenômenos.

Nietzsche (1887), considerado um dos autores base para o existencialismo, aponta para uma questão ética relacionada a uma postura livre e responsável, valorizando o processo de escolha que o ser humano deve ter em relação ao mundo. Neste sentido “[...] ousar tornar-

se o que você é” e assumir todas as consequências que isto pressupõe nos desafia a reavaliar nossas crenças e valores humanos que respaldam a moral da sociedade.

Ao discutirmos o sentido da autonomia na atualidade somos convidados a refletir a respeito da recusa do sujeito em pensar como se espera que ele pense, ou seja, um sujeito que, a todo o momento, tem de reafirmar, em cada circunstância, independente do que for, seu modo singular de pensar e de conduzir suas ações. Trata-se de um desafio, principalmente quando se opõe ao poder, pois este nos induz a pensar como ele.

Desta forma, não podemos ignorar o forte controle existente na contemporaneidade, enquanto indutor de pensamentos e comportamentos que buscam homogeneizar os indivíduos e a sociedade como um todo. Neste sentido, estamos vivendo a perda de autonomia, sendo que o ser humano restringe-se à somatória de comportamentos induzidos por circunstâncias extrínsecas, compondo um sujeito contemporâneo descentrado e fragmentado, esvaziado de sujeito, de indivíduo e de cidadão.

Hoje não é surpresa para ninguém que o conforto que a sociedade de consumo nos proporcionou (a todos os que têm uma procura solvente, pois só essa conta) tem um preço invisível (para além do que está colado as mercadorias): a nossa renúncia à liberdade de agir, o fruir com autonomia. A produção técnica da natureza e do meio ambiente bem como as tecnologias sociais que se foram acumulando para conformar, a níveis cada vez mais fundos, o nosso quotidiano, criam dependências múltiplas para o indivíduo ou o grupo, que tornam difíceis a conquista e a preservação da identidade pessoal e social. Daí o privilégio socialmente dado ao poder adaptativo do homem em detrimento do seu poder criativo. Constituíram-se ciências, desenvolveram-se tecnologias, criaram-se instituições para ensinar o homem a exercitar o seu poder adaptativo (da psicologia e da sociologia à psicanálise; das teorias da escolha racional às teorias da dissonância cognitiva; dos hospitais psiquiátricos e do Estado-Providência às universidades). Enquanto a formação das preferências adaptativas se transformou num objeto de investigação importante (ELSTER 1985b: 109 e segs) a criatividade continua, como já em Popper, a palmilhar a lama da irracionalidade. (SOUZA SANTOS, 1989, p.44).

Para Boaventura Souza Santos (1989), a sociedade de consumo contemporânea proporciona em seus diferentes níveis processos adaptativos que desprivilegiam a liberdade de ação e a autonomia do ser humano. O autor aponta para a dificuldade em se legitimar, dentro desta lógica hegemônica, a preservação de identidade tanto pessoal quanto social. Neste contexto, os profissionais que pretendem desenvolver práticas comunitárias que propiciem o fortalecimento comunitário e a construção de sua autonomia e identidade, devem considerar que:

[...] antes de qualquer prática comunitária, precisa definir sua posição política e fazer uma opção histórica: ou atua de modo a reproduzir as estruturas sociais ou adota uma postura de resistência e contestação frente à situação de opressão das sociedades latino-americanas. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 98).

Neste sentido, entendemos que as limitações apontadas por algumas produções científicas relacionadas às práticas psicossociais dos CRAS sustentam de forma idealizada que o que falta é a compreensão a respeito das práticas emancipatórias e fortalecedoras, apontando para a necessidade da construção de uma nova perspectiva de atuação teórico-metodológica.

Embora haja a necessidade de compreensão conceito de autonomia, acreditamos ser necessária também a compreensão a respeito das dimensões políticas e ideológicas que permeiam os processos de interação social e que se reproduzem em nossas atuações profissionais. Desta forma, é mister discutir o caráter político da ação técnica, ou seja, buscar identificar: qual é o papel desta ação na sociedade? Em benefício de quem ou de que se está atuando e quais são as consequências históricas que esta prática está produzindo?

Para Ansara e Dantas (2010),

Esse esforço de compreensão é atravessado por tensões e dilemas, pois a posição que o profissional ocupa socialmente é distinta, e muitas vezes oposta, ao lugar social das pessoas atendidas, o que pode ampliar a consciência do agente social, produzir nele transformações e reorientar sua atuação. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 111).

A fim de refletirmos e problematizarmos o fortalecimento comunitário, a autora Maritza Montero (2004) identifica e descreve a respeito de cinco dimensões presentes nas práticas comunitárias, são elas: ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política.

A dimensão ontológica se refere à natureza da relação existente entre os agentes externos (psicólogos, assistentes sociais, educadores, etc.) e as pessoas que formam as comunidades. Nesta dimensão, a autora propõe uma reflexão, segundo a perspectiva dos membros da comunidade, a respeito das demandas, desejos, expectativas e recursos existentes no território, a respeito de qual é o ponto de vista da comunidade e do que conhecem os agentes externos a respeito do local.

A dimensão epistemológica que está relacionada à produção de conhecimento, refere-se a relação mútua existente entre sujeito e objeto, “[...] ambos, sujeto y objeto, son considerados parte de una misma dimensión en una relación de mútua influencia. El sujeto construye una realidad, que su vez lo transforma, lo limita e lo impuliona”.(MONTERO, 2004, p.96).Nesta perspectiva, segundo a autora, alguns questionamentos devem ser levantados, tais como: qual é a natureza da relação existente entre o agente externo e a comunidade? O que os envolvidos no processo aprenderam e ensinaram?

Em relação à dimensão metodológica, a autora discute a respeito dos métodos empregados ao se produzir o conhecimento. Neste aspecto, Montero (2004) problematiza a

respeito da necessidade em construir métodos comunitários que se transformem ao mesmo tempo em que modifiquem a comunidade. Neste sentido, a autora sugere que se utilizem métodos capazes de produzir, de forma contínua, perguntas e respostas frente às transformações e perspectivas da ação, a partir da realidade de cada comunidade. Isso requer a construção de uma ação crítica, reflexiva e de caráter coletivo.

A dimensão ética refere-se à inclusão do Outro na produção do conhecimento, ou seja, garantir a participação efetiva na autoria e construção coletiva do saber. Segundo Ansara e Dantas (2010), “[...] a ética reside no reconhecimento e na aceitação do outro como sujeito cognoscente com igualdade de direitos, o que implica uma relação de reciprocidade e respeito às diferenças individuais” (ANSARA; DANTAS, 2010, p.99). Neste sentido, reconhece-se o sujeito como membro ativo e com voz própria, capaz de tomar as próprias decisões e executá-las, e por isso deve ser incluído no processo de construção coletiva do conhecimento e da ação comunitária.

Por fim, mas não menos importante, a dimensão política, que está relacionada à finalidade e aplicabilidade do conhecimento, problematizando os elementos relacionados à compreensão do “para quê” e em “benefício de quem” as ações comunitárias servem, ou sobre qual é o impacto produzido na comunidade. Trata-se de uma dimensão que diz respeito à esfera pública, aos processos de cidadania e ao caráter político das ações comunitárias. Segundo Ansara e Dantas (2010),

Toda intervenção comunitária envolve relações de poder, que corresponde ao núcleo central da ação política, a qual, na perspectiva da Psicologia Comunitária, opõe-se ao caráter dominante das relações e instituições sociopolíticas. (ANSARA; DANTAS, 2010, p.99).

Desta forma, estas dimensões devem sustentar os processos de intervenções comunitárias, produzindo problematizações capazes de promover um movimento contínuo de reflexões a respeito das práticas psicossociais comunitárias.

5 – PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa, definimos alguns critérios que nortearam a escolha do Município de Várzea Paulista como objeto de nosso estudo. Inicialmente levantamos os índices de desenvolvimento humano – IDH e de Responsabilidade Social – IPRS que caracterizam e avaliam as conjecturas sociais dos municípios brasileiros e paulistas, respectivamente, ampliando e articulando dados resultantes do exercício de diferentes políticas públicas implantadas em suas localidades.

Outro critério considerado para a escolha do município foi o de promover trabalhos que enfatizem a participação popular como um elemento fundamental na organização de suas ações. Para a obtenção deste dado, foram pesquisados os sites de alguns municípios do Estado de São Paulo, que descrevem um pouco a respeito de suas atuações enquanto Política de Assistência Social, mais especificamente a Proteção Social Básica, enfatizando pontos que consideram importantes e interessantes destacar.

Nesta perspectiva, levantamos o município de Várzea Paulista que enfatiza, no conteúdo de sua página oficial da Prefeitura, práticas que descrevem propostas de participação popular, dentre elas destacam-se o desenvolvimento do Orçamento Participativo e Economia Solidária.

Neste sentido, a opção metodológica desta pesquisa busca privilegiou três momentos singulares de investigação e coleta de dados, considerando a apreensão da dinâmica da realidade, suas contradições e complexidades presentes na prática profissional na área da Assistência Social e seu impacto no cotidiano das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.

Como um primeiro momento, realizamos uma entrevista exploratória com a Gestora de Desenvolvimento Social do Município de Várzea Paulista (roteiro - apêndice I) a fim de compreender a dinâmica, o planejamento e a implantação dos trabalhos psicossociais realizados na área da assistência social no município.

Nesta entrevista buscamos explorar a respeito do processo de implantação da metodologia de trabalho que preconiza a participação e educação popular, suas dificuldades e contribuições para o desenvolvimento efetivo das ações desenvolvidas pelos CRAS. Tal entrevista objetivou identificar quais foram às mudanças efetivas na organização dos trabalhos comunitários realizados pela equipe técnica dos CRAS e se estas mudanças, na visão da Gestora, promovem fortalecimento comunitário e protagonismo das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. (Apêndice – I)

Vale ressaltar que a Gestora aponta para mudanças que ainda estão em processo, uma vez que compreende que a implantação da Política de Assistência Social, a descentralização político-administrativa dos serviços de Proteção Social Básica e a organização dos trabalhos que privilegiam as ações nos territórios e com foco nas famílias, configuram um rol de questões que devem ser debatidas.

Nesta perspectiva, segundo a Gestora, embora o Sistema Único de Assistência Social – SUAS represente um avanço significativo e fundamental no desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, considera que ele não apresenta um escopo teórico-metodológico que alcance todas as diretrizes as quais se propõem alcançar. Desta forma, ela descreve que no Município de Várzea Paulista optou por trabalhar com a ampliação da metodologia incluindo a Economia Solidária, o Orçamento Participativo e a Comissão de Participação Popular, como eixos que se articulam com as ações desenvolvidas pelos CRAS.

Posteriormente a este primeiro momento, buscamos desenvolver uma análise sob a ótica dos profissionais envolvidos, suas práticas psicossociais e seus reflexos na elaboração e execução de intervenções com a comunidade por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS do Município de Várzea Paulista, buscando apreender as interconexões temáticas e conceituais presentes no trabalho profissional, a fim de evidenciar, por meio dos discursos e das práticas cotidianas, elementos presentes na relação entre Política de Proteção Social Básica e práticas promotoras de autonomia.

Neste sentido, organizamos um roteiro de questões (apêndice – II) que buscou explorar aspectos cotidianos de um contexto de CRAS vivenciado pelo profissional. Desta forma, estruturamos perguntas como: qual é a concepção de CRAS dos profissionais? Como eles compreendem estas famílias que atendem? Acreditam em uma efetividade das ações do CRAS no desenvolvimento de trabalhos preventivos a situações de vulnerabilidade social? Quais são as estratégias utilizadas pelos técnicos no cotidiano do trabalho, como se consideram enquanto executores de uma política pública, se já conheciam a política de assistência social antes de se concursarem e qual é a percepção a respeito das políticas públicas no país?

Vale ressaltar que a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa insere-se no campo da dialética marxista, o que propicia ao pesquisador, presentes nos discursos evidenciados pelas entrevistas, bem como a tensão entre o concreto e a sua significação subjetiva.

Cabe ainda acrescentar que os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são compostos de equipes interdisciplinares que podem promover diversas práticas e saberes. O quadro de profissionais que compõem as equipes é constituído de: assistentes sociais, psicólogos (as), pedagogos (as), sociólogos (as) e terapeuta ocupacionais. Contudo, enquanto equipe mínima prevista pela Norma Operacional Básica – NOB RH o quadro obrigatório compõe-se essencialmente dos profissionais das áreas de serviço social e psicologia.

Desta forma, a princípio as entrevistas seriam realizadas com um profissional de cada área, em cada CRAS, considerando que o Município de Várzea Paulista conta com três CRAS implantados em diferentes regiões da cidade. No entanto, ao iniciarmos o trabalho de campo, buscando conhecer os equipamentos e a equipe técnica que participou da implantação e implementação dos trabalhos comunitários durante o ano de 2012, nos deparamos com algumas dificuldades que contribuíram para um redirecionamento na escolha dos profissionais entrevistados.

Vale ressaltar que em 2013, período em que começamos a desenvolver o trabalho de campo, iniciou-se uma nova gestão no município de Várzea Paulista, que não é objeto deste estudo, ocasionando diversas mudanças como: diretoria de governo, alteração de cargos de coordenação e lideranças, interrupção e falta de definição de novos métodos de trabalho, alteração no quadro da equipe técnica, dentre outras. Neste aspecto, pudemos observar algumas dificuldades dos profissionais em aceitarem falar a respeito dos trabalhos vinculados à antiga gestão. Neste contexto, elegemos como principal critério para selecionar os profissionais a serem entrevistados, a condição de ter vivenciado o desenvolvimento dos trabalhos implantados entre os anos de 2008 a 2012.

Considerando estas dificuldades, selecionamos para entrevistas quatro profissionais que correspondiam aos critérios metodológicos propostos por esta pesquisa e que aceitaram participar, dentre eles: três assistentes sociais e uma psicóloga. Cabe acrescentar que uma assistente social e a psicóloga exerciam função de coordenação de CRAS no período estudado, mas a psicóloga atualmente exerce a função de educadora social de um dos equipamentos do município. Observamos, ao longo das entrevistas que os profissionais que aceitaram participar da pesquisa, tinham dificuldades em trazer o contexto vivenciado com a antiga gestão, traziam uma análise do presente, demonstrando dificuldades em resgatar e relatar as especificidades dos trabalhos desenvolvidos durante o período em que nos dispusemos estudar. Outro elemento importante a ser pontuado é a dificuldade de encontrar os profissionais que participaram das ações, muito deles já não pertenciam mais ao quadro de funcionários da Prefeitura de Várzea Paulista.

Outro recurso metodológico utilizado nesta pesquisa refere-se à realização de uma análise documental dos registros das práticas psicossociais desenvolvidas pelos CRAS durante os anos de 2008 a 2012, a fim de abarcar o período da gestão que enfatiza a questão da participação popular. Neste aspecto, utilizamo-nos, enquanto material de pesquisa, do Relatório de Gestão, Economia Popular e Solidária/ 2008-2012, uma vez que descreve e registra todas as ações e projetos realizados em articulação com os CRAS.

E por fim, em um terceiro momento, objetivando apreender o impacto das práticas psicossociais no cotidiano das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, optou-se como recurso metodológico à utilização da técnica de grupos focais. Esta ferramenta metodológica, segundo Scarparo (2000), contribui para identificar opiniões, formas de pensar, entender e interpretar a realidade pelas pessoas nela envolvidas.

Utilizamo-nos desta técnica de pesquisa qualitativa a fim de proporcionar um espaço de interação grupal, capaz de evidenciar um processo de construção coletiva. Segundo Scarparo, a interação grupal produz dados que de outra forma não seriam obtidos. Trata-se de uma ferramenta metodológica em que os conteúdos manifestos e latentes emergem por meio das linguagens verbais e não verbais. Neste sentido, são evidenciados nas discussões: valores, atitudes, que, processados no coletivo, podem resultar em influências recíprocas, mudanças, acordos e desacordos que se produzem e se alteram ao longo da dinâmica do trabalho.

Outra característica do grupo focal pertinente ao objetivo desta pesquisa refere-se à sua potencialidade em evocar informações que permitem ao pesquisador compreender o porquê de alguns pontos de vista tornarem-se preponderantes e o que se relaciona a isso. Para Gatti (2005) é possível, por meio dos grupos focais, compreendermos as divergências ou proximidades existentes entre o que as pessoas dizem e suas atitudes, permitindo articulações entre múltiplos entendimentos e significados revelados pelos participantes ao longo da dinâmica do grupo de trabalho.

Nesta perspectiva, realizamos um grupo focal com representantes das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda que participaram de trabalhos que envolviam as práticas psicossociais através dos CRAS do município de Várzea Paulista. A discussão se deu em torno dos temas: autonomia, economia solidária, CRAS e participação política. (Apêndice III)

Utilizamos como critério para a escolha das participantes do grupo focal, pessoas que eram atendidas pelos CRAS e que de alguma forma participaram das ações desenvolvidas pela metodologia da Economia Solidária. Vale ressaltar que três das sete participantes do grupo focal eram beneficiárias de programas de transferência de renda, três participantes

nunca havia recebido algum tipo de benefício e apenas uma das entrevistadas havia deixado de receber o benefício por ter superado sua situação de vulnerabilidade. O grupo foi composto essencialmente por mulheres com idade entre 30 a 60 anos, em sua maioria donas de casa ou profissionais do lar. Neste contexto, realizamos um grupo focal que teve duração de 2 horas.

Desta forma, estiveram presentes no grupo, sete mulheres, que participaram das atividades oferecidas pela Economia Solidária. Dentre elas, seis mulheres fizeram as oficinas de artesanato e uma delas participou da implantação do Banco de Desenvolvimento Comunitário no bairro de Vila Real em Várzea Paulista. Cabe ressaltar que estas ações, dentre outras relatadas ao longo do grupo, como a participação em feiras de troca e no Armazém da Cidadania, configuram-se como atividades desenvolvidas em articulação com os trabalhos desenvolvidos nos CRAS de diferentes regiões.

Ao realizarmos um primeiro contato com as possíveis participantes do grupo focal as convidando para comparecerem e participarem da pesquisa encontramos algumas dificuldades, já que a maioria preferiu não garantir a presença e participação no dia previamente agendado. Neste aspecto, contamos com a ajuda de uma das articuladoras da Economia Solidária do Município de Várzea Paulista, que cedeu uma sala da prefeitura para que pudessemos utilizá-la para realizar o grupo focal.

Observamos, durante os discursos produzidos nas atividades do grupo focal, que, no Município de Várzea Paulista, as ações realizadas pela Economia Solidária eram compreendidas pelas participantes como sendo ações do CRAS, conforme o relato de uma das integrantes, “[...] e agora que acabou o CRAS, assim, acabou os cursos, né?” (entrevistada 3,2013).

Neste contexto, podemos perceber que as especificidades relatadas pela Gestora de Desenvolvimento Social com a introdução da Economia Solidária enquanto metodologia transformou-se em especificidades significativas que refletiram na compreensão da população a respeito do que eram as ações psicossociais e a sua produção na construção de uma nova identidade para o CRAS no Município.

A fim de analisarmos os sentidos produzidos nos discursos coletados tanto nas entrevistas como no grupo focal, buscamos identificar, por meio da análise de discurso, as significações a respeito das práticas psicossociais comunitárias dos CRAS e seus desdobramentos na vida cotidiana, tanto dos profissionais quanto das famílias beneficiárias.

Segundo Orlandi (2000, p.20), “[...] as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós”. Neste aspecto, a busca pela compreensão do discurso

possibilita “escutar” outros sentidos presentes nas significações que realizamos e a forma como se constituem.

Ainda para a autora Orlandi (2000), linguista estudiosa de Análise do Discurso, “[...] todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2000, p. 38). Dessa forma, buscamos compreender nesta pesquisa, por meio da análise e interpretação do discurso, como a ideologia se reproduz e se ressignifica nas práticas cotidianas. Neste aspecto, nos propomos compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na produção dos sujeitos e dos sentidos, ideologicamente assinalados. Estabelece-se, por meio da repetição dos discursos, a forma como o sujeito e os sentidos estão em constante processo de criação do novo, do possível, do diferente. Transitando entre o efêmero e o que se eternaliza, constituindo, contudo, um espaço fortemente dirigido pela simbolização das relações de poder.

Vale ressaltar que o termo “discurso”, etimologicamente, traz consigo a ideia de curso, percurso, movimento, configurando-se como uma palavra que traduz a prática da linguagem, ou seja, nos estudos da análise de discurso, observa-se o homem falando. Dessa forma, para Orlandi (2000), busca-se “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.” (ORLANDI, 2000, p. 15). Trata-se de uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, presente na relação entre língua-discurso-ideologia, uma vez que, segundo M. Pêcheux (1975 apud ORLANDI, 2000, p. 17), “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.”

Nesta perspectiva, o discurso não é apenas mensagem a ser decodificada, mas sim, efeitos de sentidos que são produzidos em determinadas situações e que estão presentes no modo como se fala. Neste aspecto, ao analisar as condições de sua produção, a análise de discurso busca os sentidos produzidos através da relação entre os dizeres e sua exterioridade. “Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2000, p. 30).

Para a autora Orlandi (2000), a presença da ideologia no discurso pode ser observada através da interpretação. Considerando o fato de que não há sentido sem interpretação e quando há uma interpretação já se está preso à ideologia, o homem diante de qualquer objeto

simbólico questiona-se: o que isto quer dizer? Tal questionamento busca a interpretação, momento este em que o sentido aparece como evidência, como se sempre estivesse lá. Segundo ela, “[...] interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se à interpretação, colocando-a no grau zero” (ORLANDI, 2000, p.46).

Desta forma, naturaliza-se o que é produzido na relação entre os processos históricos e os processos simbólicos. Trata-se, neste contexto, de um mecanismo ideológico, que produz o apagamento da interpretação, como se a linguagem e a história não tivessem sua “[..] espessura, sua opacidade. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.”(ORLANDI, 2000, p. 46).Na análise das entrevistas, procuraremos demonstrar como se dá tal interpretação.

6 – SOBRE O COTIDIANO NOS CRAS: OS SENTIDOS PRODUZIDOS EM RELATOS DE PROFISSIONAIS E DE PARTICIPANTES DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS.

“Não é deslocando a direção do nosso olhar iludido que conseguimos torná-lo lúcido e calmo. É criando em nós um novo modo de olhar e de sentir”. Fernando Pessoa

Nesta sexta seção, analisamos os discursos produzidos ao longo das entrevistas com os profissionais que atuam nos CRAS e com o grupo focal de participantes das ações dos CRAS. Como já mencionamos anteriormente, tratamos de identificar os sentidos presentes em relação às práticas psicossociais comunitárias e seus desdobramentos no cotidiano dos trabalhos e da vida dos entrevistados. Vale ressaltar que a busca por estas compreensões não apresenta uma pretensão em encontrar o *verdadeiro* sentido das palavras proferidas ao longo das entrevistas, mas sim algumas das possibilidades de interpretação dos sentidos, materializados e marcados pela ideologia, seguindo a perspectiva de Orlandi, que defende que “A análise de discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. (ORLANDI, 2000, p.59).

Considerando as especificidades apresentadas na segunda seção desta pesquisa, no subitem 2.5 - A Economia Solidária e as Práticas Psicossociais Comunitárias dos CRAS: uma Perspectiva do Município de Várzea Paulista, onde descrevemos os trabalhos realizados nos CRAS, os quais utilizaram a metodologia da economia solidária. Buscamos compreender, a partir da análise dos discursos, a complexidade das contradições dialéticas presentes nos discursos tanto das participantes quanto dos profissionais que desenvolveram as práticas psicossociais comunitárias, entre os anos de 2008 a 2012.

Para tanto, dividimos este item em dois momentos: no primeiro momento, analisamos os relatos dos profissionais, levantados nas entrevistas semiestruturadas, a fim de explorar os dilemas, as tensões e as contradições presentes no cotidiano do trabalho da Proteção Social Básica, na busca por estratégias de implementação de práticas comunitárias no município de Várzea Paulista. No segundo momento, analisamos os discursos construídos a partir das percepções apresentadas pelas participantes das ações dos CRAS ao longo do desenvolvimento do grupo focal, buscando fomentar discussões a respeito de assuntos como: autonomia, economia solidária, CRAS e participação.

Percebemos que a assistente social entrevistada, A.S. 1, dialoga com a Política de Proteção Social Básica e aponta para uma das contradições da Política de Assistência Social, tecendo uma crítica sobre o que está preconizado na referida política que compreende o CRAS como porta de entrada, aberto a todos os tipos de demanda, como a entrega de benefícios, o transporte para consultas médicas, a compra de medicações, a compra de órteses e próteses, o auxílio aluguel, o tratamento para dependência química, dentre outros.

Entretanto, observamos que na prática, como aponta a entrevistada, “é difícil encontrar a porta de saída [...]” pois são poucas as ações que contribuem para efetivamente promover a autonomia e a emancipação das famílias atendidas pelos programas de transferência de renda, reiterando práticas enraizadas historicamente como assistencialistas e clientelistas: “É um desafio, na verdade, da política de assistência, você achar a porta de saída, né? De alguns programas, pra que a família saia, mas de forma apta a estar autônoma, emancipada, em melhores condições, né?” (A.S. 1, 2013).

Corroborando esta concepção, a profissional A.S. 2 revela em seu discurso, a respeito das ações de prevenção, as situações de vulnerabilidades que devem ser desenvolvidas nos CRAS:

Olha, se os nossos grupos fossem mais fortes, né? Tivesse uma participação maior, eu diria que sim...Mas nesse momento, esvaziado como está. Não tem, não acho que está atendendo, e neste momento, mais do que nunca, a gente tem trabalhado com situações que nem são de CRAS, né? É, tem, a gente sabe que a prioridade é para trabalhar com o bolsa família, com os usuários, com os beneficiários do Benefício de Prestação de Continuada (BPC), tem sido feito sim, ações e trabalhos com esse público, né? Mas no momento e nesse território, tem sido muito gritante os conflitos familiares, jovens que evadem da escola...é...negligência com o idoso e isso tem demandado muito da equipe, da pouca equipe que a gente tem aqui, né? Então faço aqui uma meia culpa por que a gente tinha que estar voltado sim para a prevenção, tinha que estar, é, como um número maior de grupos, mas, infelizmente não estamos, estamos apagando o fogo, apagando incêndio. (A.S.2, 2013).

A.S. 2 se refere ao período em que os trabalhos, até então desenvolvidos por meio da Economia Solidária, foram desmontados com a alteração de gestão do governo no ano de 2013 em Várzea Paulista, o que pode ser identificado pelas prioridades apontadas neste discurso, na deficiência do quadro técnico reduzido e insuficiente para atender a demanda e na precariedade das condições de trabalho dos profissionais. Seu discurso revela alguns dos desafios a serem superados no contexto de trabalho dos CRAS em diversos municípios brasileiros. Dessa forma, observamos que a expressão “apagar incêndio” pode ser comumente utilizada para caracterizar as diversas realidades no campo da assistência social tais como atuar em problemas relativos às condições de habitação e moradia, a questão de dependência química e os riscos pessoais e sociais que possuem desdobramentos complexos no cotidiano

das famílias, as situações de violência e seus reflexos no contexto social, situações estas que tornam-se demandas urgentes e imediatas a serem solucionadas no campo da assistência social. Outro elemento que pode ser evidenciado no discurso da A.S. 2 é a descontinuidade das ações, interrompidas com as mudanças de governo, que levaram à desconstrução de trabalhos, podendo comprometer a motivação tanto dos profissionais quanto da população em participar das ações desenvolvidas no contexto das políticas públicas.

O Município de Várzea Paulista nos chamou a atenção, uma vez que buscou, entre os anos de 2008 a 2012, ampliar seu escopo metodológico a fim de sustentar ações que priorizassem práticas psicossociais comunitárias, de educação popular e de participação política. Porém seus profissionais avaliam que a própria população não está habituada a uma prática mais participativa, o que também pode dificultar o processo de emancipação:

[...] Mas eu também não sei se a população já está preparada, sabe? Digo isso por mim! Eu também sou de uma população que não abro mão das minhas obrigações, dos meus compromissos privados para ocupar um espaço público. (A.S. 1,2013).

Observamos que, embora a diretriz da gestão preconizasse e priorizasse a participação política da população, identificamos no discurso da assistente social a ideologia hegemônica dominante que historicamente marca as práticas assistencialistas no Brasil, caracterizando a população como apática e descomprometida com a participação política. Este fenômeno pode ser evidenciado no discurso da A.S. 2, profissional entrevistada, coordenadora de um dos CRAS:

Então, nesse território, a participação ela é bem difícil...mas, um tempo atrás, né? Era uma região bem militante... Mas eu acho que é em um contexto geral, né? De Brasil, as pessoas estão meio desencantadas com a política, aí essa participação foi se perdendo, né? (A.S. 2, 2013).

Somado a isso o discurso revela também certo descrédito com a política que seria responsável pela falta de participação mais efetiva da população. Este fenômeno levantado pelas profissionais a respeito da falta de participação também pode ser observado no discurso da assistente social A.S. 1, que evidencia um dos dilemas presentes em práticas que pretendem promover o protagonismo:

Eu acho que a gente divulgava, é...os espaços dos CRAS. Eles estavam sempre potencialmente utilizados. Estavam sempre procurando ampliar ainda mais a participação. Mas assim, não é muito fácil! Não é muito fácil convencer a população disso. Então assim, eu me lembro que a gente oferecia sempre uma gama de opções de espaços de participação. A gestão oferecia muito espaço de discussão, não sei se...alguns deles eu participei, não sei como é que eram, enfim, todos eles, mas nem sempre a população aderiu, né? Talvez por desinteresse. Talvez por estarem preocupados com outras questões. (A.S. 1, 2013).

Para a autora Montero (2006), o conceito de participação política pressupõe interferências ativas, visíveis e tangíveis da sociedade civil, que englobam, além dos meios

convencionais, como o direito ao voto, as discussões e divulgação das propagandas políticas, mas também os meios não convencionais como as passeatas, as intervenções de grafite, as paradas e os piquetes. Desta forma, a autora enfatiza que a democracia participativa representa uma proposta em que se concretizam formas alternativas de comunicação, buscando resgatar a voz e tornar pública a opinião dos grupos que não se sentem representados na esfera pública. Enfatiza ainda a importância de um sistema participativo no qual o governo reconhece o caráter ativo e protagonista de seu povo.

Estas opiniones y estas acciones expresan formas de ruptura con la passividad y con la actividad dirigida desde instancias partidarias o desde organizacion es estatales. Se presentan así formas de reidentificación social y de rechazo a la identificación política que considera a los ciudadanos como terceros excluidos, Buenos sólo para votar, para aclamar. (MONTERO, 2006, p.154).

Montero (2006) analisa que a falta de participação legitima o binômio Estado-Governante, que conta apenas com a população, de anos em anos, para exercer o seu “direito” a voto. Configura-se, neste contexto, um universo separado e impenetrável, cuja única possibilidade de participação admitida à população se dá por meio do voto, ou seja, “[...] ejercer el poder de delegar el poder, legitimando un poder para perder el poder”.(MONTERO, 2006, p.154).

Ao analisarmos o fenômeno da falta de participação da população, a partir de uma perspectiva psicopolítica, identificamos a naturalização de uma compreensão anti-histórica dos processos que marcam profundamente a cultura política tradicional. Neste sentido, as expressões políticas correspondem a um determinado tempo e espaço. A aversão e a frustração sentidas com relação à política tradicional resultam de crenças negativas relacionadas a um tempo histórico que desconsidera as possibilidades de transformação, como o período da ditadura que, por meio do autoritarismo exacerbado, produziu experiências específicas e particulares em vários países latino-americanos.

La participación rompe con formas de cultura política tradicionales según las cuales, ante la frustración causada por circunstancias sociales negativas, se busca refugio en el recurso antihistórico de volver al pasado, de negar la posibilidad transformadora del presente y la construcción de un futuro diferente, volviendo a las dictaduras y el autoritarismo. (MONTERO, 2006, p.157).

Neste contexto, as práticas psicossociais devem estar comprometidas com a ruptura das práticas autoritárias e das estruturas fatalistas. Para Martin-Baró (1998), tais estruturas são pautadas na compreensão de que o destino de todos já está pré-determinado e nada se pode fazer para mudar. Nesta perspectiva, o lugar de nascimento se transforma no lugar de destino, configurando-se uma compreensão a respeito de um futuro inevitável e desgraçado. (MARTIN-BARÓ, 1998, p.76) Tais crenças desmobilizam ações que poderiam contribuir

para efetivar transformações na vida de povos historicamente oprimidos. Desta forma, Martín-Baró (1998) enfatiza que romper com a perspectiva fatalista pressupõe uma mudança na crença não só a respeito do caráter do mundo e da vida individual de cada um, mas também por meio da oportunidade de uma vivência real de modificação do que se entende como mundo e da possibilidade em determinar seu próprio futuro. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 99).

Martín-Baró (1998) enfatiza que para se romper com as atitudes fatalistas, são necessárias três importantes transformações: “[...] la recuperación de su memoria histórica; la organización popular, y la práctica de clase”. (p. 99) A recuperação da memória histórica está relacionada não só com a superação e a percepção do presente a-histórico, mas também da recuperação da memória do passado pessoal e coletivo.

Sólo en la medida en que las personas y grupos adquieran conciencia sobre sus raíces históricas, sobre todos aquellos hechos y condiciones que han configurado su realidad, podrán situarse en una perspectiva adecuada para evaluar su propia identidad. Saber quién se es supone saber de donde se viene y de quién o qué se depende. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.99).

Isto significa propiciar um olhar para as causas históricas de sua opressão que constitui, segundo Martín-Baró (1998), uma das etapas fundamentais para o processo de desideologização, tendo em vista dismantelar a mentira oficial que propaga concepções acerca de pessoas e grupos. Desta forma, consideramos que as práticas psicossociais podem contribuir para um processo crítico de conscientização, na medida em que propiciam ao grupo um reconhecimento de suas próprias origens, da própria identidade comunitária e de sua própria história.

Contudo, percebemos, evidenciados no discurso: “Eu também sou de uma população que não abro mão das minhas obrigações, dos meus compromissos privados para ocupar um espaço público”.(A.S. 1, 2013), proferido pela assistente social A.S. 1, que ela também se inclui dentro deste processo de falta de participação política, priorizando escolhas relacionadas a interesses individuais e particulares.

Esta concepção de que cada um deve confrontar isoladamente suas condições de vida reproduz a ideia de que o êxito e o fracasso são resultados das escolhas individuais de cada um, contribuindo cada vez mais para a exacerbação do isolamento e do individualismo na sociedade. Contrapondo-se a esta crença, Martín-Baró (1998) enfatiza a importância da organização social das maiorias populares, como um dos pontos fundamentais para a ruptura de comportamentos fatalistas.

La organización popular supone la conciencia de que existe una profunda comunidad de intereses entre todos los miembros de las clases oprimidas y que la inmutabilidad de su mundo es debida, en buena medida, a su división y aislamiento individualista. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.100)

Neste contexto, Martín-Baró (1998) ressalta a importância de se constituir uma prática de classe, que conta com a construção de uma consciência histórica, com o desenvolvimento de uma nova identidade social e com a promoção de práticas e experiências que atendam aos direitos e interesses das classes populares, rompendo, dessa forma, com um ciclo vicioso de passividade e marginalização. Para tanto, o autor defende uma revolução, enfatizando a respeito da necessidade de uma transformação das estruturas políticas, econômicas e também psicossociais, “[...] donde se asienta um ordenamento marginante y pasivizador que basa el bien estar de unos pocos em la explotación opressiva de los muchos”.(MARTIN-BARÓ, 1998, p.101).

Outro elemento presente na fala da assistente social diz respeito ao papel do profissional no desenvolvimento do trabalho psicossocial comunitário. Isto pode ser evidenciado no discurso de A.S. 1 as contradições e os dilemas vivenciados pelos técnicos do CRAS ao se tentar romper com um modelo antigo, pautado em práticas focadas essencialmente na entrega de benefícios, para se implantar um novo modelo, aquele que busca romper com as práticas assistencialistas.

A implantação do modelo não era para todos! Legal, bacana, motivador, né? Então tinham os profissionais que estavam adaptados obviamente a um modelo antigo, aquele que vem tentando ser superado, mas que no olhar de algumas pessoas, é o que dá certo, né? De repente, você manter lá a população no cabresto, pegando lá a cesta e votando, né? Vários tipos de olhares, de trabalhos. Por que o trabalho, se você manter dessa forma, é muito mais fácil de fazer funcionar, é muito mais tranquilo! Dava muito mais trabalho, a gente tinha que sentar, a ideia era criar os planos individuais das famílias, os PAIFs, né? Então, era criar esse plano, sentar junto com a família e refletir com ela, né? Você tem quantos filhos? E aí, o que você está pensando para você? Você estudou até que série? Poxa, você não pensa em retornar a escolarização? E nãñã...quem sabe uma inclusão em outro curso, mais para frente, e tal? Fazer isso dava muito mais trabalho de fato, sabe? Você comprometer a família? Você se desgastar? Por que você faz um compromisso ali com ela e ela rompe com milhões de coisas que se comprometeu. E você tem que sentar junto com essa família e contar para ela o que que ela não fez, né? E por que que ela não pode fazer? O que ela deixou de fazer que poderia ter feito para melhorar para ela própria? Para a família dela? Para o usuário e sua família? Dá muito mais trabalho, não tenha dúvida, muito mais trabalho, né? Você convencer de que ele tem que ser o sujeito da história, ele tem que ir para frente, ele tem que lutar pelo o que ele quer, é difícil ficar, muito mais fácil receber, né? (A.S. 1, 2013).

Podemos perceber que a A.S. 1 enfatiza a importância de um trabalho efetivo e mais próximo das famílias assinalando as dificuldades em se planejar práticas mais participativas junto às famílias atendidas, bem como leva-la a um compromisso que a transforme em sujeito da própria história, como defende Freire (2005); Martín-Baró (1998) e Montero (2004). Ao mesmo tempo, ao apontar as dificuldades, revela que existem profissionais que, embora busquem romper com o modelo assistencialista, ainda acreditam que tais práticas são as que

dão certo. Ainda nesta perspectiva das tensões produzidas pela implantação de um novo modelo no Município de Várzea Paulista, outra profissional entrevistada, a educadora social, também descreve algumas das contradições presentes no cotidiano dos trabalhos nos CRAS que buscaram utilizar metodologias que se dizem mais participativas e emancipatórias, como a economia solidária:

Ah, eu acho que os profissionais são pessoas que estão inseridas na sociedade como toda a população, né? E a prática da economia solidária é muito nova e é revolucionária, então precisa de todo um convencimento para que ela se efetive. Acho que algumas pessoas aderem a essa ideia melhor do que outras. Acho que isso, avaliando a grosso modo, acho que isso teve uma adesão diferenciada, dependendo do profissional, do perfil que tinha, o que é muito natural, não é? Acho que na mudança da política pública para o SUAS, né? O município também alcançou a efetivação do SUAS em diferentes níveis, em cada lugar, ou em cada profissional. Por mais que a diretriz seja da implantação do SUAS, da economia solidária e da participação popular, hã, se você não acredita e não está engajado naquela...naquela forma...você faz com menor qualidade ou boicota, eu acho que isso é natural. (Educadora Social, 2013).

Neste sentido, a Educadora Social revela a influência do posicionamento político assumido pelos profissionais ao desenvolverem os trabalhos junto à comunidade. Vale ressaltar que a entrevistada descreve as resistências apresentadas por muitos profissionais que fizeram parte deste período de implantação dos trabalhos da Economia Solidária nos CRAS.

Montero (2006) aponta ainda para uma discussão que considera o agente externo da comunidade como aquele que deve ser capaz de facilitar e catalisar as transformações necessárias para contribuir com um processo de fortalecimento da comunidade. Para tanto, a autora descreve:

Las transformaciones son producidas por la acción de los miembros de la comunidad en un proceso de fortalecimiento o potenciación a través del cual los recursos y las capacidades existentes son desarrollados y otros nuevos son adquiridos, mediante la organización y el mantenimiento de redes que intercambian servicios y apoyo sociopsicológico. (MONTERO, 2006, p.158).

Desta forma, os membros da comunidade assumem um papel ativo e dinâmico no planejamento e na construção dos processos desenvolvidos na comunidade. Esta perspectiva pressupõe uma posição política do agente externo que considera a população como protagonista e senhora de sua história, buscando romper, por meio das práticas psicossociais comunitárias, com uma lógica dominante que concebe o pobre como incapaz, preguiçoso e desinteressado. Esta ideologia está muito presente no discurso da maioria dos profissionais que atuam no CRAS “[...] eu também não sei se a população já está preparada [...]”, sugerindo uma dúvida a respeito da capacidade da população em participar ativamente na defesa de seus direitos e interesses.

A fim de ampliar esta discussão a respeito das dificuldades da população em participar, observamos no discurso de outra profissional, a educadora social, a existência de um processo dialético que evidencia dilemas que envolvem a sociedade como um todo. Desta forma, ela revela em seu discurso a necessidade de um trabalho de conscientização, quando se pretende implantar práticas que buscam desenvolver um olhar para o coletivo.

Eu acho que a política, a metodologia da economia solidária, ela é revolucionária e por isso ela causa uma estranheza muito grande. Assim, esse olhar coletivo é uma coisa muito nova para a população, então a gente tentou de diversas formas. Hã, fazer um, um trabalho de conscientização e de capacitação neste sentido. Não sei se a gente teve resultados efetivos, mas, hã...por ser uma metodologia revolucionária, diferente do que a gente foi criado e habituado a pensar e viver, né? (Educadora Social, 2013).

Vale ressaltar que o agente externo também compreende a realidade de acordo com seu próprio crivo ideológico, representando muitas vezes interesses comprometidos com a transformação dessa lógica dominante, ou pode assumir uma posição oposta à das camadas populares, ao reproduzir ações que contribuam para a desqualificação da população atendida.

[...] o trabalho comunitário legítimo requer do profissional uma opção política em favor das classes oprimidas e marginalizadas, o que implica compreender a realidade dessas populações a partir do lugar social em que elas estão inseridas. Esse esforço de compreensão é atravessado por tensões e dilemas, pois a posição que o profissional ocupa socialmente é distinta, e muitas vezes oposta, ao lugar social das pessoas atendidas, o que pode ampliar a consciência do agente social, produzir nele transformações e reorientar sua atuação. (ANSARA; DANTAS, 2010, p.95).

Ansara e Dantas (2010) apontam que o processo de desideologização é construído de forma dialética por meio da relação que se estabelece entre o profissional e a comunidade, podendo contribuir para despertar a consciência em ambos os sujeitos implicados no processo. Percebemos que ao relatar as contribuições da Economia Solidária para as práticas realizadas nos CRAS a educadora social ressalta a possibilidade de se trabalhar o coletivo, a participação popular e o desenvolvimento local dos territórios. Neste sentido, os trabalhos buscam superar um olhar individual e focado em problemas pessoais para ampliar suas ações a partir das demandas comuns e presentes na comunidade. “Então acho que a gente vai se transformando sem perceber, né? Sem dar muito nome a essa transformação, a gente vai incorporando novos elementos sem perceber”. (Educadora Social, 2013)

A Educadora Social aponta para a possibilidade de uma transformação dialética construída a partir de uma práxis que pressupõe mudanças tanto para a comunidade quanto para o agente externo, e isso se dá na medida em que se desenvolvem os trabalhos com a comunidade. Em seu discurso reconhece as potencialidades do coletivo que se sobrepõem às vulnerabilidades:

Acho que quando a gente consegue tirar o olhar do próprio umbigo para olhar para o entorno, para o coletivo, a gente tá achando uma forma de enfrentamento das nossas vulnerabilidades! Tira a perspectiva do eu não posso, eu não consigo, eu não tenho, para o nós, aí vai para a comunidade, o nós vamos reivindicar, nem que for para reclamar, eu acho que é uma mudança de olhar que desfoca a vulnerabilidade, que consegue um caminho, talvez, mais efetivo de transformação. (Educadora Social, 2013).

A valorização do aspecto coletivo inerente à ação comunitária contribui para a ampliação das estratégias de enfrentamento em relação às situações de vulnerabilidade. Neste aspecto, percebemos que a educadora tenta dialogar com uma proposta de transformação pautada no fortalecimento comunitário e na participação política, conforme a administração preconiza enquanto diretriz de governo. Neste sentido, Montero (2006) corrobora esta concepção ao descrever a produção de transformação e fortalecimento comunitário. Segundo a autora:

Las transformaciones son producidas por la acción de los miembros de la comunidad en un proceso de fortalecimiento o potenciación através del cual los recursos y las capacidades existentes son desarrollados y otros nuevos son adquiridos, mediante la organización y el mantenimiento de redes que intercambian servicios y apoyo sociopsicológico. (MONTERO, 2006, p.158).

Montero (2006) enfatiza a importância da ação dos membros da comunidade enquanto protagonistas do processo de fortalecimento, potencializando os saberes destes atores e propiciando a construção de novos saberes, que ampliam o alcance das práticas comunitárias às redes de serviços socioassistenciais.

Então no enfrentamento dessas vulnerabilidades, o CRAS não tem a força, a educação não tem a força, a saúde não tem a força, quem tem a força são eles, de pensarem em uma participação política. Então, algumas vulnerabilidades, só com a participação política é que eles vão conseguir sair. Não há programa de transferência de renda que melhore a moradia deles, não tem, nem o BPC que é um salário mínimo vai melhorar. Num vai, então é a participação política. Eu acho que é o caminho de enfrentamento de algumas vulnerabilidades, melhorar a educação, sabe, a maioria, claro, tem o aspecto individual de como você se posiciona em relação a suas dificuldades, a sua vulnerabilidade. Mas, ah, o poder da população carente, o poder de transformação da realidade efetiva é mínimo, né? Eles conseguem mudar como eles se comportam em relação aquilo, mas a realidade deles é muito difícil de ser mudada e a participação popular seria um caminho mais possível. (Educadora Social, 2013).

O discurso da Educadora Social evidencia as relações de poder inerentes à ação comunitária e enfatiza o aspecto político presente nas práticas psicossociais. Ela destaca que apenas a participação política possibilita as transformações coletivas que efetivamente provocam mudanças significativas referentes às demandas da comunidade. Entretanto seu discurso também aponta os limites dos programas de transferência de renda “Não há programa de transferência de renda que melhore a moradia deles, não tem, nem o BPC que é um salário mínimo vai melhorar”, tampouco apenas as condicionalidades, com seu caráter

obrigatório, por si só, não fomentam a participação popular. Tal fenômeno ganha força a partir da construção de processos de conscientização inerentes às experiências proporcionadas por uma participação política efetiva. Nesta perspectiva, observamos que os programas de transferência de renda, embora contribuam com um valor simbólico para a renda familiar, não são suficientes para promover emancipação e fortalecimento. Além disso, o discurso evidencia os limites da ação isolada dos CRAS que, ao receber todas estas demandas, como a questão da moradia, do acesso a uma educação de qualidade ou de um acesso efetivo à saúde. Ao respaldar suas práticas focadas essencialmente na dinâmica familiar, a nosso ver, o trabalho do CRAS não consegue atingir efetivamente a causa dos problemas, mas sim buscam reparar alguns de seus efeitos. Neste aspecto, compreendemos que as práticas psicossociais comunitárias precisam ser pensadas a partir de seu caráter político, ou seja, da problematização de suas ações, do questionamento proposto por Montero (2004): a favor de quem esta prática está a serviço?

Neste sentido, percebemos que ao mesmo tempo em que as propostas das ações contemplam uma dimensão comunitária, buscando desenvolver ações que priorizam aspectos coletivos a fim de contribuir com o fortalecimento comunitário e familiar, tais propostas, muitas vezes enraizadas nos discursos, apresentam concepções que marcam ideologicamente estratégias de controle e de adaptação dos atendidos.

Por outro lado, observamos, a partir da percepção das participantes, uma gama de contribuições e benefícios sentidos e explorados pelo grupo como fundamentais ao desenvolvimento de seus processos de autonomia. Dentre esses resultados pudemos identificar a ênfase dada à conquista de independência financeira e a inclusão produtiva, adquiridas a partir das novas possibilidades de consumo, experimentadas pelas participantes após os aprendizados proporcionados pelos cursos ofertados pela economia solidária nos CRAS. Ressaltaram ao longo do grupo focal ao descreverem a respeito dos benefícios produzidos pela experiência da Economia Solidária: “Que nem, somos empreendedoras! Aprendemos a ganhar dinheiro, né? Somos micro-empresárias, né?” (entrevistada 3).

Neste aspecto, corroborando a análise desenvolvida por Campos e Miotto (2006), as necessidades sentidas pelas participantes como “naturais”, propulsoras de inclusão e emancipação, estão relacionadas à possibilidade de inserção no mercado produtivo. Neste sentido, identificamos que ao mesmo tempo em que os trabalhos comunitários, desenvolvidos junto à economia solidária, buscam romper com relações de dependência e clientelismo historicamente impregnadas em práticas assistencialistas, a implantação das ações ainda se restringe a privilegiar uma lógica capitalista que visa capacitar e formar bons consumidores e

empreendedores. Com a economia solidária as participantes exercem um novo papel no sistema produtivo, passam a assumir um outro “lugar” na sociedade, de trabalhadoras ou excluídas do mercado de trabalho para micro-empresárias. Esta transformação é sentida e representada por um discurso pautado na ideologia burguesa que reforça a ideia de uma “ascensão social” ao identificarem-se com os detentores do sistema produtivo.

Para Montero (2006), trabalhar com práticas promotoras de fortalecimento comunitário pressupõe desenvolver ações que visam à construção de uma cidadania forte, consciente e crítica. Desta forma, compreendemos que as práticas psicossociais comunitárias que anseiam promover estratégias fortalecedoras e emancipatórias precisam trabalhar de forma reflexiva a desnaturalização de noções generalizadas a respeito de uma lógica dominante.

A partir desta perspectiva, compreendemos que a psicologia comunitária propõe uma participação, cujo caráter político se mostra na função desalienante, mobilizadora da consciência e socializadora que pode ter a práxis que realiza. Desalienar e conscientizar são processos que fazem parte da reflexão que busca contrapor-se aos efeitos ideológicos das estruturas de poder e de dependência. Essa participação não busca apenas remediar algum mal, cumprir algum desejo, mas gerar comportamentos que respondam a uma projeção ativa do indivíduo em seu meio social, assim como uma concepção equilibrada desse meio e de seu lugar nele (MONTERO, 2006).

Há, portanto, um movimento permanente, dialético e coletivo que envolve a participação dos agentes internos e externos na esfera pública e se configura na criação de espaços sociais de luta por direitos, o que proporciona às pessoas que trabalham em Psicologia Comunitária construir, junto com as comunidades, intervenções/ações que levem efetivamente ao fortalecimento comunitário e à transformação social (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 99).

Por isso entendemos que as práticas psicossociais não podem reduzir-se a ações individualizantes, pontuais ou mesmo restritas a promoção de capacitações profissionais. Ao contrário, suas ações devem converter-se em práticas de cidadania, que traduzem para linguagem dos direitos, necessidades sociais e coletivas e, como aponta Telles, possibilitando ao outro “indiferenciado e inominado” propiciando a construção de suas identidades, seu lugar de pertencimento incluindo-os “nesse espaço em que a experiência do mundo se faz história” (TELLES, 1999, p. 130).

6.1 – As práticas comunitárias e as percepções do grupo de participantes.

“Porque o que a gente aprendeu ninguém tira da gente, não é verdade? Isso é coisa que vai levar até conseguir mexer com as mãos” (entrevistada 5).

Nesta seção apresentamos algumas percepções das participantes das atividades comunitárias desenvolvidas nos CRAS, mais especificamente relacionadas à metodologia da economia solidária, que foram inseridas de forma descentralizada nos diferentes serviços de Proteção Social Básica de Várzea Paulista, a fim de atender, prioritariamente, famílias em situação de vulnerabilidade social.

Durante a pesquisa de campo, conhecemos um grupo de mulheres, artesãs, que estavam expondo seus trabalhos de artesanato numa feira anual chamada Expo Várzea. Este evento caracteriza-se pela exposição e comércio de uma série de produtos, principalmente orquídeas, que atrai inúmeros visitantes de toda a região.

Este grupo de artesãs é formado por alunas que participavam das atividades promovidas pela Economia Solidária e que se organizam até os dias atuais, para produzir e comercializar, em diferentes espaços, os produtos que confeccionam. Trata-se de um grupo bastante heterogêneo, composto por mulheres de diferentes idades, que apresentam diferentes níveis de escolaridade, algumas delas com ensino médio completo, outras que apenas sabem assinar o nome, donas de casa, funcionárias de alguma fábrica, secretárias do lar ou diaristas. Mas o que elas têm em comum? Talvez apenas a vontade de aprender e de confeccionar artesanato, ou terem participado, de alguma forma, das ações desenvolvidas pela Economia Solidária nos CRAS.

Todas as residentes são do Município de Várzea Paulista, algumas delas atendidas pelo CRAS já há algum tempo e outras que apenas compareceram ao equipamento quando surgiu o interesse em participar das oficinas. Observamos que, embora o critério para a inserção nas oficinas privilegiasse famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social, as inscrições eram abertas para todos que quisessem participar, atraindo assim pessoas que nunca haviam entrado no CRAS anteriormente.

As participantes relatam que as oficinas foram ofertadas, num primeiro momento, nos diferentes CRAS de Várzea Paulista. Elas ressaltam que com a participação nas oficinas aprenderam, além da aplicação de diferentes técnicas e linguagens da área de artesanato, a compartilhar o conhecimento com o grupo, o que as motivou a começarem a desenvolver trabalhos conjuntos. As alunas descrevem que esta experiência propiciou a participação em diversas exposições, contexto este que contribuiu para aprenderem a se organizar por meio

das vendas coletivas²⁰. Conforme enfatiza uma das participantes: “Aprendemos a dividir, a compartilhar!” (entrevistada 4). Outra característica das oficinas ressaltada pelas participantes foi a respeito do aprendizado de como montarem e gerirem o próprio negócio, enfatizando a dimensão empreendedora trabalhada pela economia solidária.

Neste sentido, diferenciando-se de muitos trabalhos desenvolvidos por alguns CRAS que apenas ofertam oficinas introdutórias, focadas apenas em uma área de conhecimento, as ações promovidas pelos CRAS de Várzea Paulista buscam ampliar o que comumente é ofertado, trabalhando com o levantamento de demandas nas diferentes regiões, por meio de um mapeamento para identificar a ‘vocação dos territórios’, e posteriormente disponibilizando diferentes opções de cursos, com diferentes níveis, desde o introdutório até o avançado, além do acompanhamento de todo o processo, desde a capacitação até a gestão do negócio.

Dessa forma, o CRAS de Várzea Paulista, entendendo que a inclusão produtiva contribui para a redução e prevenção das situações de vulnerabilidade pessoal e social, tem promovido a es psicossociais comunitárias que foram realizadas no âmbito da metodologia da economia solidária, conforme descrito no capítulo II, no subitem 1.5- A Economia Solidária e as Práticas Psicossociais Comunitárias dos CRAS: uma Perspectiva do Município de Várzea Paulista. Neste contexto, analisamos a partir da perspectiva das participantes, quais foram às contribuições dessas a es e quais foram seus desdobramentos para o cotidiano de suas vidas. Trata-se de a es que contribuíram para o desenvolvimento de autonomia e participação política?

“Mas o que   a-u-to-no-mi-a, eu nem sei o que é isso?” Outra participante respondeu, “[...]   s  dona de si, mui !” (entrevistada 2 e entrevistada 3, participantes do grupo focal, 2013). “Ah, mas isso eu sou”! Este discurso apareceu quando perguntamos a respeito dos benefícios proporcionados pela experiência com a economia solidária. Se tais processos haviam contribuido para que elas se sentissem mais aut nomas. Quando uma das participantes disse não saber o que significava a palavra autonomia, todas começaram a falar ao mesmo tempo, buscando responder a indagação. O grupo focal propiciou através de sua dinâmica e das relações que se estabeleceram ao longo da atividade, a possibilidade de uma construção do conhecimento.

Observamos, neste diálogo entre as participantes do grupo focal que tal construção foi possível a partir das trocas produzidas pelas participantes; neste sentido, o processo de

²⁰ As participantes explicaram que as vendas coletivas consistem na organização de todas ficarem responsáveis por vender o produto de todas. Desta forma, conseguem se organizar por escalas, não precisando estar presente em todos os eventos. Aquele grupo de artesãs que fica responsável por determinado evento, leva, expõe e vende o produto de todas.

transformação supera a simples reprodução mecânica de relações pautada na diferenciação entre aqueles que sabem, que possuem o conhecimento, daqueles que não sabem. Além disso, identificamos elementos fortalecedores que deslocam o sentido daqueles que não falam, não sabem, são dependentes para aquelas que são donas de si, que buscam romper com uma visão fatalista a partir da reconstrução de sua identidade pessoal e social. Para Martín-Baró (1998, p. 171), “[...] el proceso mismo de conscientización supone un salirse de la mecánica reproductora de las relaciones de dominación-sumisión, ya que solo puede realizarse a través del diálogo.” Neste diálogo, identificamos elementos que apontam para um processo de empoderamento vivenciado e construído pelo grupo.

Vale ressaltar que, ao optarmos por realizar uma análise a partir da perspectiva das pessoas atendidas, objetivando dar voz àqueles que a princípio não são consultados, nos deparamos com a complexidade das relações dialéticas. Se por um lado seus discursos reproduzem compreensões assistencialistas enraizadas historicamente, por outro lado também apresentam um processo de ruptura, que busca superar tais concepções. Dessa forma, observamos, ao longo da realização do grupo focal, elementos potencializadores que se refletem nos discursos empoderados. Tal fato pode ser percebido na seguinte fala: “A assistente social praticamente que me chamou, queria dar a cesta básica, o leite. Eu falei, não quero! Por que comida eu tenho! Eu quero o curso que eu não posso pagar!” (entrevistada 2.).

A entrevistada 2 dialoga com a concepção assistencialista, muitas vezes reproduzida no cotidiano de trabalho da assistência social. Observamos por meio de seu discurso que a participante busca romper com a expectativa de atendimento apresentada pela profissional, ou seja, enfatiza ser alguém conhecedora de suas próprias demandas e apresenta necessidades que ultrapassam a questão do alimento.

Para a autora Montero (2006), o processo de fortalecimento comunitário e de emancipação pressupõe uma construção conjunta e ativa, privilegiando a participação dos sujeitos destinatários das ações psicossociais desde o levantamento de suas necessidades até a busca pelas soluções dos problemas. Neste sentido, a concepção de ator social, para Montero (2004; 2006), é aquela que pressupõe alguém que possui conhecimentos e que continuamente os produz, portanto se trata de alguém que pensa, age, cria, e cujo conhecimento, chamado conhecimento popular, deve ser tomado em conta nas práticas comunitárias. Dessa forma, as pessoas atendidas têm participação ativa no planejamento e na execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas e, portanto, deixam de ser sujeitos passivos (sujeitados) da atividade dos psicólogos, assistentes sociais e educadores

para serem sujeitos que constroem a realidade e que protagonizam a vida cotidiana, sendo reconhecidos como atores sociais e construtores da sua realidade.

6.1.1- Direito versus Favoritismo e Ajuda: percepções dos sujeitos.

Com a Constituição Federal de 1988, preconiza-se, no Sistema de Proteção Social Brasileiro, a garantia de um conjunto de direitos: direito à saúde, à previdência e à assistência social. Trata-se de um marco para a questão dos direitos sociais no país, em que se amplia o sistema de proteção social e se institui o conceito de universalização. Contudo, vale ressaltar que a Constituição Cidadã, além de representar uma conquista, também marca um período de decepção, uma vez que estes direitos não são efetivados até os dias atuais.

No que tange à Política Nacional de Assistência Social, considerada como a mais frágil do tripé “saúde, previdência e assistência”, configura-se como a única que ainda depende das “sobras” orçamentárias e que não apresenta a determinação de normas para seu financiamento. Além disso, a Assistência Social, por ser seletiva e exigir o cumprimento de condicionalidades, não se caracteriza como uma política universal.

No entanto, ancorada no marco legal da Constituição e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, a política pública de assistência social brasileira passou a legitimar-se a partir de um discurso que privilegia a noção do direito social. Segundo o documento publicado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome,

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (MDS, 2004, p. 26).

Neste contexto, observamos as contradições e ambiguidades que norteiam a política nacional de assistência social, ora universal, ora seletiva, as quais se refletem em diversas possibilidades de compreensões, sentidas e reproduzidas pelos próprios usuários e usuárias do sistema.

Este fenômeno, permeado por contradições e tensões, pode ser percebido ao longo das discussões produzidas durante o grupo focal. Vale ressaltar que, embora as participantes apresentem histórias bastante diversificadas e estabeleçam diferentes relações com a assistência social, pode-se observar, na maioria dos discursos, a marca da concepção de favoritismo e ajuda, ao relatarem as práticas desenvolvidas pelos CRAS.

Ao descrever como havia se inserido nos cursos de artesanato oferecidos pelos CRAS, uma das participantes enfatizou: “Um professor foi com a minha cara e me deu todos os cursos”. Cabe ressaltar que a entrevistada 3 havia contado brevemente ao grupo que ela não deveria participar das oficinas, uma vez que seu marido trabalha e que, pelo recorte de renda familiar, ela não se enquadraria nos critérios para a inserção em programas de transferência de renda. Neste contexto, enfatizou a oportunidade de participar das atividades como um privilégio, um favor pessoal que o professor fez a ela. A participante acrescentou: “[...] tive o privilégio de participar de vários cursos, é... Tirei o diploma aqui de panificação, confeitaria, chocolateria, né? Quando foi para fazer esses últimos cursos, eles me escolheram para fazer todos”.

Contudo a compreensão da entrevistada 3 em possuir o direito de participar das oficinas desenvolvidas pelo CRAS reflete a noção de que as situações de pobreza estão essencialmente atreladas à baixa renda familiar, uma perspectiva bastante específica e utilizada nos programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, o Renda Cidadã ou até mesmo o Benefício de Prestação Continuada. Esta concepção de pobreza, enfatizada por ela, expressa as ambiguidades presentes no campo da assistência social.

Observamos que tanto nos documentos oficiais, quanto nos discursos produzidos por gestores e profissionais da área da assistência, a concepção de pobreza é considerada a partir de aspectos multidimensionais. No entanto, podemos analisar que, com o objetivo dos programas de transferência de renda, reduz-se o conceito à equação: pobreza é igual a fome.

A questão da pobreza tem sido largamente discutida no meio acadêmico e nas agendas públicas. A busca pela assertividade na definição do termo tem provocado muitas discussões e reflexões a respeito do assunto. Dessa forma, a fim de analisarmos seus significados e sua aplicabilidade no discurso de R., buscamos nos apropriar do conceito que pretende definir *quem são os pobres* ou o que é a pobreza?

Os autores Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), ao estudarem os processos de naturalização da pobreza na vida cotidiana, levantaram a possibilidade de existirem duas principais linhas-bases para “[...] o pensamento e a definição” desse conceito. Enquanto por um lado se tem uma visão pautada em abordagens de subsistência ou de pobreza absoluta, norteadas a partir de critérios objetivos e precisos, por outro lado tem-se a linha que privilegia os aspectos multidimensionais, em que se considera a complexidade das experiências como foco de sua análise.

Na primeira linha-base descrita acima, compreende-se o conceito a partir de uma concepção de subsistência, também chamada de pobreza absoluta, que se refere aos “[...]”

mínimos necessários para sobreviver”, ou seja, relaciona-se essencialmente às questões de sobrevivência física. Segundo Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), esta análise unidimensional tem recebido muitas críticas, uma vez que atribui as necessidades dos sujeitos a um “[...] reducionismo biológico-alimentar”.

Já a abordagem que pressupõe uma compreensão multifacetada apresenta outra concepção a respeito dos “[...] mínimos necessários”. Nesta perspectiva, inclui-se no campo das necessidades à sobrevivência dois grupos de fatores: os que se referem ao “[...] consumo privado como comida, roupas, equipamentos, medicamentos, etc., e outro essencial, provido pela sociedade, como água potável, saúde, educação, transporte, etc.” (ACCORSSI, SCARPAR; GUARESCHI, 2012, p.05).

Neste contexto, observamos que a fala da entrevistada 1 alinha-se com a concepção de que a pobreza está diretamente ligada à questão da fome, ou ligada a um recorte de renda, como preveem os critérios adotados pelos programas de geração de renda. Dessa forma, a entrevistada não se compreende em situação de vulnerabilidade, embora tenha relatado que, no período em que foi inserida nas oficinas, seu filho de quatro anos sofria de câncer, um quadro que desestabilizou a família inteira. Neste aspecto, independente da renda da familiar, o adoecimento do filho pequeno e as consequências disso no cotidiano da família podem ter configurado uma situação de vulnerabilidade. Contudo, esta compreensão não foi considerada por R, que se reconhece como privilegiada ao “ganhar” os cursos, pois entende que “não tinha o direito”.

Outro relato do grupo focal que nos ajuda a analisar a concepção de direito, ou a falta do mesmo frente à oferta de serviços, programas, benefícios e projetos desenvolvidos no campo da assistência social, é o seguinte: “[...] eu pego ali a renda, eu pego a bolsa família e o mantimento [...], a assistente social mesmo, ela fez isso para mim. Ela mesma ofereceu para mim, né?” (entrevistada 4). Identificamos, através deste discurso, que a entrevistada concebe a oferta de benefícios e programas que recebe da assistência como algo que depende unicamente da vontade pessoal da profissional que a atende. Neste aspecto, compreende-se que há uma relação de favoritismo e privilégio em detrimento à concepção de direito.

Nesta perspectiva, consideramos fundamental a ampliação da discussão, pois mais do que analisarmos as questões referentes ao enfrentamento da pobreza, ressaltamos a necessidade de se promover um enfrentamento político produzido principalmente pela ausência de cidadania. Como bem aponta Demo (2002 p. 35): “[...] a carência material é a casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na pobreza política”; tal reconhecimento

seria suficiente para perceber que o combate à pobreza não passa em primeiro lugar pela assistência, mas pela “[...] reinvenção da cidadania do excluído”.

Neste contexto, compreendemos que reinventar a cidadania significa ir além das ações estritamente assistenciais e desenvolver intervenções/ações que propiciem o fortalecimento da comunidade e a transformação social; reconhecer que a pobreza é fruto da desigualdade social e também é evidenciada pela falta de distribuição de renda e da diminuição da ação do Estado, e que portanto deve ser enfrentada com ações que possibilitem a desnaturalização do processo de exclusão e que garantam o exercício da cidadania para todos, o que implica promover ações que levem à constituição de sujeitos com história própria, individual e coletiva.

6.1.2 - O discurso pela perspectiva do oprimido.

É importante ressaltar que nossa perspectiva teórica, utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, respalda-nos para a construção de um conhecimento que busca desconstruir ou desvelar verdades veiculadas por uma ideologia que sustenta a manutenção de estruturas dominantes. Dessa forma, nossa opção teórica busca produzir uma ciência comprometida, que rompe com os esquemas fatalistas apontados por Martín-Baró (1998).

Neste contexto, ressaltamos a importância de se compreender o papel da ciência na produção do conhecimento e o seu reflexo na construção de conceitos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Edgar Morin (2001) descreve a ciência como aquela que “resolve enigmas”, “dissipa mistérios”, “enriquecedora”, realmente “conquistadora” e “triumfante”. O autor aponta para os inegáveis avanços conquistados a partir do progresso do conhecimento. Entretanto, Morin (2001) pondera a respeito da ambivalência do processo de construção de conhecimento, ou seja, enfatiza que a mesma ciência que contribui para os avanços tecnológicos, também produz o conhecimento que ameaça o aniquilamento da humanidade. Neste sentido, ressalta a necessidade de se compreender a complexidade intrínseca no cerne da ciência.

Nesta perspectiva, Morin (2001) discorre a respeito do que considera como traços “negativos” no desenvolvimento científico, problematizando a fragmentação do saber ou a promoção de seu enclausuramento, resultantes do desenvolvimento disciplinar das ciências, que reproduz não só a divisão do trabalho, mas também propicia e privilegia a superespecialização.

A respeito deste movimento das especializações, legitimado pelo paradigma científico moderno, o autor adverte sobre seus efeitos e os questiona, apontando para um processo no qual o próprio especialista torna-se ignorante de tudo aquilo que não abrange sua área e o não-especialista renuncia prematuramente a toda e qualquer possibilidade de refletir a respeito do mundo, da vida e da sociedade, deixando para o cientista exercer esta tarefa.

Corroborando esta concepção que busca refletir sobre o fazer ciência, o cientista e o seu impacto na sociedade, Rubem Alves (2002) enfatiza que uma vez que se constrói o cientista como um mito, a ciência torna-se perigosa, pois induz o comportamento e inibe o pensamento. Desta forma, se existe uma classe especializada em pensar da maneira correta (os cientistas), o restante da sociedade é liberado da obrigação de pensar e pode fazer simplesmente o que os cientistas mandam.

Compreendendo este contexto, buscamos levantar, a partir da participação das artesãs, as contribuições que foram produzidas pelas ações psicossociais realizadas nos CRAS. Procurando dar voz àqueles que historicamente foram oprimidos, convidamos o grupo de participantes a contribuir para a construção desse conhecimento. Entretanto, ao analisarmos o discurso produzido no grupo focal, identificamos a dificuldade de algumas delas para ocupar este espaço, se apropriar do lugar daquele que sabe, que conhece e que opina. Corroborando Rubem Alves, analisamos esta dificuldade, marcada ideologicamente, por uma concepção que identifica aqueles que podem fazer ciência e aqueles que não, respeitando a lógica: para se produzir o conhecimento, têm-se os cientistas.

Levando em conta tais elementos, destacamos o seguinte trecho: “[...] não, não gosto de dar (entrevista) porque não sei falar as palavras certas” (entrevistada 3). A fim de compreendermos melhor o sentido de tal afirmação buscamos levantar algumas especificidades trazidas pela participante 3 ao longo do grupo focal. Ela relata que não sabe ler ou escrever, apenas assina o nome, e inicia sua participação enfatizando a respeito das dificuldades que enfrentou ao migrar com sua família da região Nordeste do país para o Município de Várzea Paulista. Participante das ações do CRAS há algum tempo, beneficiária dos programas Bolsa Família e Renda Cidadã, foi encaminhada pela assistente social para participar das oficinas da economia solidária, onde aprendeu a confeccionar os produtos que hoje comercializa.

Observamos que, ao posicionar-se como aquela que não sabe *falar as palavras certas*, enfatiza ocupar o lugar daquele que não sabe, incapaz de contribuir com a construção de um conhecimento. Além disso, reflete para além do presente, resgata em sua fala o encadeamento de processos de exclusão vivenciados ao longo de sua vida até os dias atuais. Desta forma,

corroborando Montero (2006), naturaliza uma suposta debilidade que, embora a entrevistada 3 compreenda como algo individual e característico de sua história de vida, Montero (2006) analisa como uma construção histórica e social produzida a partir das relações estabelecidas entre dominantes e dominados.

Así, una persona se puede definir a si misma como débil e incapaz de decidir, cuando es probable que la supuesta debilidade sea el resultado de una situación histórica de naturalización de roles dominantes y de roles dominados. (MONTERO, 2006, p. 34).

Neste contexto, compreendemos que a entrevistada 3 não está falando apenas dela, mas de todos aqueles excluídos de um sistema determinado por classes dominantes, que produzem exigências veiculadas por ideologias que estão a serviço da manutenção do *status quo*. Dessa forma, Martín-Baró (1998) afirma que a produção do fatalismo pressupõe uma aceitação ideológica e prática da ordem social opressiva. (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.97). Neste sentido, induzem-se comportamentos passivos que contribuem para reforçar e reproduzir a ordem vigente. E é partindo desta compreensão que enfatizamos como fundamental para aquelas práticas psicossociais comunitárias que se pretendem emancipadoras, desenvolverem um trabalho crítico e reflexivo, buscando promover a desnaturalização de noções generalizadas que pressupõem o pobre como incapaz, preguiçoso, sem vontade de vencer.

“[...] porque essas pessoas, quando elas chegam dentro do CRAS, acham que não podem, que não são capazes, e ali de repente, elas começam a pegar experiência de uma pessoa, de outra, forma-se esse grupo, né?” (entrevistada 2.) Observamos neste relato mais uma vez a presença da palavra incapacidade que foi utilizada para caracterizar um sentimento apresentado pelas pessoas que chegam ao CRAS. Este sentimento, trazido pelas pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade, são produzidos e reforçados por um modo de vida burguês, muitas vezes compreendido como “[...] extensão da própria essência humana”. (EUZÉBIOS FILHO, 2011, p. 51).

Dessa forma, tais comportamentos fatalistas, como o sentimento de incapacidade e de impotência frente à alteração da realidade, são considerados apenas em sua dimensão psicológica. Atribuídos às experiências imediatas e sentidos como naturais, conceitos como a baixa autoestima ou a falta de vontade bastam para explicar a reprodução e naturalização de determinados comportamentos. Contudo, para Martín-Baró (1998), não há ruptura com tais comportamentos fatalistas se não houver um processo de desideologização, que só é possível

quando se conhecem as origens históricas da alienação e do fatalismo. Euzébios Filho (2011) descreve: “[...] a origem da alienação e do fatalismo pode ser encontrada em algo tão concreto como a propriedade privada e a tensão entre trabalho e capital que ela gera”. (EUZÉBIOS FILHO, 2011, p. 51).

Neste aspecto, ponderamos que, embora o CRAS consiga propiciar uma experiência sentida como positiva ao desenvolver trabalhos com grupos, não significa necessariamente que estão promovendo ações que efetivamente contribuam para um fortalecimento comunitário e para o empoderamento por meio de um processo de conscientização. Entretanto, vale ressaltar que, dentro desta lógica dominante, as ações podem contribuir para uma ampliação de processos de socialização e de solidariedade.

“[...] o que eu encontrei lá? Muito mais do que oitenta reais. É uma outra visão de mundo! De que minha vida, de que eu posso, você pode ter, todos nós somos capazes. Só que às vezes a gente não tem, né? Você está com a autoestima tão baixa, que você acha que nada vai dar certo!” (entrevistada 2).

Portanto, podemos identificar, dentro da perspectiva das participantes, a presença de elementos fortalecedores, que podem estar relacionados a uma mudança de olhar de si para si mesmo, alterando a forma como se relacionam com a realidade. Neste aspecto, a Economia Solidária contribui acrescentando aos programas e transferência de renda, alternativas que são sentidas para além do valor monetário, mas que contribuem para uma mudança de autoconceito, daqueles que nada têm para aqueles que têm.

Contudo, vale ressaltar que não estamos falando de transformação social, pois esta não se dá por acaso, segundo Freire (2010), “[...] se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2010, p.41). Neste aspecto, analisamos que, com estas ações implantadas nos CRAS de Várzea Paulista, não estamos tentando transformar a realidade, mas sim transformar o modo como nos vemos em relação a ela.

6.1.3 - Os trabalhos em grupo como possibilidade de sociabilização.

Dentre as contribuições levantadas pelas participantes do grupo focal, foram destacados os benefícios produzidos pela realização dos trabalhos em grupo. A ampliação das possibilidades de sociabilização foi identificada como um dos principais ganhos ao participarem das ações nos CRAS. As questões referentes à amizade, ao aumento da

autoestima e aos aprendizados propiciados pelas trocas de experiências estiveram presentes nos discursos de todas as participantes.

E eu falo que eu tava fechada dentro de casa. Conheci muita gente, fiz amizade. E é uma coisa que eu falo que foi a primeira coisa que eu fiz por mim, né? (entrevistada 4.).

O isolamento gerado por um estilo de vida que privilegia os aspectos privados contribui para um exacerbamento do individualismo e da competitividade, característicos de um sistema neoliberal. Ao promover ações em grupo, propiciam-se experiências diferenciadas pautadas na possibilidade de trocas, diálogos, contribuindo para a construção de uma identidade pessoal e social. Neste contexto, amplia-se a compreensão para um indivíduo em constante interação com a realidade circundante e com a sociedade, cujos significados produzidos apresentam um caráter socialmente compartilhado.

Para contribuir com a nossa reflexão a respeito da construção de identidade, utilizamos a análise realizada pelo autor Pollak (1992), que conceitua a memória como elemento constituinte do sentimento de identidade, ou seja, para o autor, a memória, tanto coletiva quanto individual, caracteriza-se como fundamental nos processos de continuidade e coerência presentes na reconstrução de si e do grupo. Nesta perspectiva, ele analisa a identidade social enquanto identidade de si, para si e para os outros, configurando um contínuo processo de mudança, negociação, transformação, ressaltando como referência o olhar do outro.

Portanto, Pollak (1992), considera o processo de construção de identidade como “[...] um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio de negociação direta com os outros”.(POLLAK, 1992, p.5) Neste contexto, compreendemos a importância dos grupos para a identificação dos sujeitos e para a produção de condutas sociais.

Em estudos realizados por Ansara, a autora corrobora esta perspectiva ao considerar que, a partir destas interações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo externo, compreende-se a vida social como um processo dinâmico e o indivíduo como um sujeito ativo na construção e significação de sua história. Dessa forma, configura-se uma relação-interação entre o mundo cultural e subjetivo de cada um. (ANSARA, 2005, p.34-35).

Então eu aprendi, que quando eu faço alguma coisa eu tenho que ajudar ela. Quando a gente vai fazer uma coisa. Aí, a gente vai fazer uma coisa de costura, não mais... uma não consegue costurar, a outra não consegue fazer isso, a outra não

consegue desenhar... Então uma aprendeu a ajudar a outra também. A gente aprendeu a trabalhar em grupo, né? (entrevistada 3).

Observamos neste discurso que a experiência com o grupo propiciou novos aprendizados, novos conceitos que foram significados e incorporados pelas participantes, contribuindo para a construção de novas possibilidades de relação-interação entre as concepções socialmente compartilhadas. Dessa forma, novas relações foram se estabelecendo entre o grupo, possibilitando despertar um novo olhar para o outro e para si.

Contudo, vale ressaltar que para Martin-Baró (1998) apenas o trabalho em grupo, as transformações a respeito do olhar sobre as relações ou mesmo as mudanças das condições sociais da população não são suficientes para eliminar o fatalismo. Segundo o autor, a transformação se dá a partir da mudança que as pessoas estabelecem consigo e com seu mundo, pressupondo uma transformação que abrange tanto os aspectos pessoais quanto os aspectos sociais. Neste sentido, trata-se de uma construção dialética, cuja transformação das condições sociais se dá ao mesmo tempo em que há mudanças nas atitudes e nos comportamentos individuais.

Para que las mayorias latinoamericanas puedan eliminar su fatalismo no sólo hace falta que modifiquen sus creencias sobre el carácter del mundo y de la vida, sino que tengan una experiencia real de modificación de su mundo y determinación de su propio futuro. (MARTIN BARÓ, 1998, p. 99).

Para tanto, Martin-Baró (1998) amplia a discussão da experiência dos grupos, enfatizando as vivências que busquem promover o despertar da consciência de classes, ou seja, que contribuam para a construção de uma nova identidade social comprometida com os interesses e necessidades dos setores populares.

Portanto, partimos do pressuposto de que o objetivo das ações em grupo tem que ter por base a transformação das condições de vida das pessoas e o compromisso político que visa à autonomia, à emancipação e ao fortalecimento da comunidade. Toda intervenção comunitária envolve relações de poder, que correspondem ao núcleo central da ação política, a qual, na perspectiva da Psicologia Comunitária, opõe-se ao caráter dominante das relações e instituições sócio-políticas. (ANSARA; DANTAS, 2010, p. 99).

6.1.4 - Inserção no Mercado de Trabalho: única saída para a superação das vulnerabilidades?

A preocupação em provocar um aumento da inserção de mão-de-obra no mercado de trabalho e a oferta cada vez maior de capacitações profissionais no campo da assistência social podem ser compreendidas como estratégias de enfrentamento a questão da desigualdade social. “Pobre é entendido como pessoa que não consegue trabalho”. (DEMO, 2012, p.34). Dessa forma, objetivando romper com uma visão assistencialista historicamente enraizada, que até pouco tempo tratava a pobreza como residual e não como uma questão estrutural, investe-se cada vez mais na oferta de cursos e capacitações profissionais oferecidos pelos CRAS às famílias de programas de transferência de renda. Tais iniciativas podem ser identificadas e analisadas a partir do levantamento bibliográfico realizado no capítulo II, que aponta para algumas pesquisas que descrevem o desenvolvimento destas atividades como prioridade no planejamento de suas intervenções / ações. Observamos que esta compreensão da produção / trabalho como uma das únicas vias emancipatórias é fortemente presente também nos discursos das participantes do grupo focal, que consideram que ao se promover o acesso ao trabalho evita-se “dar assistência”. Esta afirmação pode ser analisada no discurso abaixo:

Foi levantar minha autoestima primeiro, né? Mostrar para mim o caminho das pedras, né? Coisas lá, discussão do bolsa família, é legal! É, não dá o peixe, ensinar a pescar. Eu concordo, mas dentro do CRAS não adianta isso. Porque de repente a família ali está em uma situação tão vulnerável, não adianta você chegar para ela: vai trabalhar! Perguntar se está trabalhando? De que forma? Aí, como você vai chegar no mercado de trabalho? Precisa de toda uma preparação. (ENTREVISTADA 2)

A entrevistada caracteriza a preparação como fundamental para a inserção no mercado de trabalho. Podemos analisar que ela dialoga com esta lógica dominante que concebe o trabalho como uma estratégia para a superação das situações de vulnerabilidade. Neste sentido, defende as capacitações profissionais como uma via emancipatória, associando o acesso ao trabalho como uma estratégia de enfrentamento à pobreza, referenciando-o como propulsor de inclusão.

O autor Demo (2012) reflete a respeito desta perspectiva,

Em teoria, essa proposta parece consistente, mas na prática depara com o capitalismo concreto, no qual o crescimento econômico é insuficiente para absorver a mão de obra disponível, tornando o desemprego e o subemprego crônicos. (DEMO, 2012, p.34).

Corroborando esta análise, Therborn (1995) enfatiza uma das contradições fundamentais do capitalismo atual, que é a tendência à destruição social criada pelo poder do mercado, ou seja, produz-se cada vez mais o desemprego em massa de caráter permanente. Dessa forma, o aumento da oferta de capacitações profissionais não necessariamente altera o

quadro das desigualdades sociais, uma vez que as políticas neoliberais impulsionam, contraditoriamente, um agravamento do desemprego estrutural e a precarização do mundo do trabalho.

Marx (1847/2001) já analisava a necessidade da manutenção de uma “classe trabalhadora excedente”, a fim de garantir os baixos salários e a alta rotatividade dos empregados sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria.

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (Marx, 2001, p.731).

Este conceito, desenvolvido por Marx (2001), que prevê a formação de uma massa trabalhadora excedente, historicamente sedimentada pelo fenômeno do desemprego estrutural, é analisado pelo teórico Giovanni Alves (2010), que aponta para a necessidade de uma mudança lógico-epistemológica (ontológica), alterando o que antes se compreendia como mão de obra excedente para o que hoje se entende como mão de obra excluída.

Deste modo, surgem os novos excluídos da “nova ordem capitalista”, que são as massas de desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital, em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, cuja impossibilidade real de serem incluídos pela “nova ordem capitalista” aparece, no plano contingente, meramente como índices do desemprego estrutural (ou ainda da subproletarização tardia) (ALVES, 2010, 151).

Neste contexto, observamos que, com o crescimento econômico e com o avanço das tecnologias, a chamada nova ordem capitalista marca sua contradição, uma vez que tais fenômenos apenas contribuem para o agravamento da tendência à redução da absorção da mão de obra no mercado de trabalho.

Na verdade, o imperativo do capitalismo mundial é, cada vez mais, introduzir novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões organizacionais vinculados à lógica do toyotismo (a lean production), não apenas na indústria, mas no setor de serviços (inclusive os vinculados à reprodução social), que tendem a não possuir mais a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a procura de empregos. (ALVES, 2010, 151).

Corroborando a concepção de Alves, compreendemos que se trata de uma lógica que não está preocupada em corresponder às demandas humanas e sociais, mas sim adaptada e apropriada à acumulação do capital. Neste aspecto, o uso da tecnologia torna-se a fonte principal de crescimento e lucro, não os seres humanos ou a mão de obra.

Portanto, os CRAS deveriam considerar o aspecto estrutural do desemprego e as consequências do capitalismo para o agravamento das desigualdades sociais; caso contrário, correm o risco de atribuir a responsabilidade da exclusão ao pobre, à falta de capacitação ou à falta de vontade própria, concepções bastante difundidas pela lógica dominante. Tais

elementos podem ser identificados no discurso da entrevistada que entende como incapacidade a dificuldade das pessoas que chegam ao CRAS de se inserirem ao mercado de trabalho, necessitando de “*uma preparação*”.

Os cursos, são cursos importantes que ajuda a pessoa, além de desenvolver ali uma renda dentro da família, né? Porque a dona de casa, ela fica ali, não pode sair. Às vezes tem um mercado de trabalho assim exigente, que precisa de conhecimentos, né? De estudo, de diploma e as pessoas, às vezes não tem, mas, a participação dentro dos CRAS mostra para eles outros meios, outras portas que ele pode (ENTREVISTADA 2).

Esta expectativa positiva das participantes em relação aos cursos ofertados pelo CRAS também pode ser identificada nas conclusões da pesquisa: “**Avaliação de impacto: do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na região metropolitana de São Paulo**”, assunto já descrito no capítulo II deste trabalho. Segundo os dados do estudo, as pessoas atendidas pelos CRAS dão bastante importância às iniciativas de capacitação para o trabalho. Contudo relatam que tais ações foram incapazes de incluí-las no mercado de trabalho por se tratarem de cursos básicos.

As pessoas contempladas têm poucas perspectivas de melhoria ao término dos programas. Há uma esperança muito grande de mudança vinculada aos cursos, principalmente aos cursos profissionalizantes, mas, pelo próprio depoimento dos participantes, esses cursos tem pouca capacidade de inclusão no mercado de trabalho. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012, p. 267).

Neste sentido, observamos que a capacitação para o trabalho tem sido largamente difundida e utilizada pelos CRAS como estratégia de superação a situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias. Por outro lado, as pessoas assistidas também nutrem expectativas a respeito de tais estratégias, considerando-as como uma possibilidade de mudança para o rumo de suas vidas. Identificamos que esses conceitos são naturalizados e veiculados, produzindo comportamentos que buscam corresponder a essa demanda, ou seja, quanto mais capacitado o indivíduo, melhor inserido no mercado de trabalho. Conforme enfatiza a seguinte frase: [...] Estudar para ter outros conhecimentos para inserir, né? Para que ela seja inserida no mercado de trabalho, né?(ENTREVISTADA 2.).

Contudo Alves (2010) analisa a precarização do mundo do trabalho:

Entretanto, o que poderemos destacar é que, além do desemprego estrutural, que aparece como sendo o estigma da civilização do capital, surge (e se desenvolve) algo que não nega propriamente o mundo do trabalho, mas pelo contrário, o reafirma cada vez mais, ou seja, surge uma nova classe de trabalhadores assalariados, um neoproletariado tardio caracterizado, por um lado, por uma nova classe de trabalhadores assalariados – operários e empregados altamente qualificados, e por outro lado, por uma classe trabalhadora precária, ampliada e multifacética, objeto de intensa exploração capitalista. Este é o perfil do novo proletariado tardio, a nova (e precária) classe dos trabalhadores assalariados. (ALVES, 2010, p.158-159).

O autor aponta para uma divisão no novo proletariado, que estabelece diversas formas e características de vínculo com o trabalho, e é sobre essa fragmentação que ele problematiza a questão do enfraquecimento da participação política dos trabalhadores e do conseqüente enfraquecimento das forças sindicais²¹. Neste aspecto, Alves (2010) analisa as características da fragmentação e organização do novo proletariado que ele conceitua como subproletarização tardia.

Deste modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado) (ALVES, 2010, p. 152).

Neste contexto, discutir a respeito do quanto se emprega não nos dá a dimensão da qualidade dos postos de trabalho que são ofertados, podendo gerar a sensação de que para alguns (os que têm conhecimento) guardam-se as vagas privilegiadas, como se estivessem imunes a esse contexto de exploração da mão de obra e da precarização das condições de trabalho.

A rigor, a ideia de uma “sociedade dual” é errônea, visto que, no caso do novo complexo do trabalho, a “dualidade” entre “centro” e “periferia” de produção do capital ou “privilegiados” e “precarizados” do trabalho oculta uma contradição real: sob a lógica do capital, os altos salários precisam dos baixos salários. Além disso, a ideia de um núcleo central “privilegiado” do trabalho assalariado é um mito, pois, como observa Brunhoff, todos são afetados pela crise, “a parte ‘protegida’ do mercado de trabalho, ela própria, fica desestabilizada quando há milhões de desempregados” (ou ainda, exercendo um trabalho precário) (BRUNHOF apud ALVES, 2010, p.154).

Observamos que tais mitos em relação ao mundo do trabalho estão sendo propagados também por meio das ações que privilegiam as capacitações profissionais, dissociadas de qualquer outra intervenção/ação que possa contribuir para o desenvolvimento de uma análise crítica da produção/ exploração da mão de obra de trabalho. Segundo Martin-Baró (1998), o processo de conscientização se daria por meio da desideologização destes conceitos sentidos como verdades ‘naturais’ e ‘imutáveis’, que contribuem para a reprodução de comportamentos passivos e dóceis, necessários à manutenção do sistema capitalista de produção.

Neste aspecto, vale ressaltar em nossa análise uma das conclusões levantadas na pesquisa, conclusão essa já citada, pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

²¹ O autor Giovanni Alves aprofunda esse conceito da redução da participação política dos trabalhadores e do enfraquecimento das forças sindicais em seu livro: Trabalho e Mundialização do Capital. A nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.

do Estado de São Paulo, a respeito das práticas metodológicas utilizadas nos CRAS da região Metropolitana de São Paulo, que faz a seguinte afirmação:

Essas atividades não parecem levar as pessoas a algum tipo de organização comunitária, como grupos de reivindicações de direitos ou cooperativas de trabalho. Houve poucas manifestações das participantes de algum tipo de envolvimento comunitário ou social. As buscas por melhorias relatadas são sempre vinculadas a cursos realizados e a colocação no mercado de trabalho. Em outras palavras, os programas complementares não parecem ser suficientes para mostrar às pessoas outros caminhos de organização e de inclusão social. (Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012, p. 268).

Dessa forma, analisamos que, embora as participantes do grupo focal tenham levantado a capacitação para o mercado de trabalho como um elemento fortalecedor e de empoderamento, o entendemos como reproduzindo esta lógica de produção que prioriza o acúmulo do capital. Percebemos que, embora a metodologia da Economia Solidária busque trabalhar a organização e o envolvimento coletivo de cooperativas, as experiências em grupo no Município de Várzea Paulista ficaram marcadas pelas alunas, mais pelo aprendizado e pela incorporação de atitudes solidárias, do que por produzir algum tipo de envolvimento político e comunitário. Outro elemento que as participantes enfatizaram bastante foram os benefícios trazidos pela sociabilização proporcionada pelas práticas desenvolvidas em grupo, apontada entre tais benefícios principalmente a ampliação das amizades e o aumento de autoestima. Além disso, não podemos deixar de destacar a contribuição das práticas psicossociais para a construção de uma nova identidade pessoal e social, referenciadas pelo desempenho de uma nova atividade, o de empreendedoras, gestoras do próprio negócio.

6.1.5 – Estratégias para superação das vulnerabilidades: a força de vontade como mola propulsora de transformação?

Esta pergunta problematiza algumas das afirmações presentes nos discursos das participantes durante o desenvolvimento do grupo focal. Tais afirmações fizeram-nos refletir a respeito da concepção que atribuí aos pobres a responsabilização e a culpabilização pelas situações de vulnerabilidade às quais estão submetidos. Nesta perspectiva, concebe-se a naturalização de noções como o sucesso ou o fracasso enquanto produções individuais e subjetivas, “[...] as pessoas tem que se esforçar...tem gente que gosta das coisas prontas, gosta de ir lá, pegar a cesta básica e pronto.” (entrevistada 4.)

Para Martin-Baró (1998) estas noções construídas a respeito da realidade pautam-se na naturalização das desigualdades sociais e das relações de produção. Dessa forma, reproduzimos, por meio do nosso modo de pensar, agir e se comportar, o desenvolvimento de noções a respeito do “eu”, “nós” e “outros”, reforçando o modo de vida hegemônico. O autor

acrescenta que a ideologia dominante é o sistema que organiza e sistematiza tais concepções, concebidas como experiências imediatas, a-históricas e que apresentam um sentido natural-universal.

No caso do discurso da entrevistada 4, atribui-se a algumas pessoas que recebem a cesta básica características que enfatizam uma acomodação e passividade. Tais comportamentos podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva fatalista, na qual o sujeito que não consegue prover seu próprio alimento acredita que sua ação, qualquer que seja ela, não pode alterar seu destino.

Os sentimentos desse sujeito caracterizam-se, circunstancialmente, por uma resignação intensa, que não se deixa afetar nem emocionar pelos sucessos e insucessos da vida ou da sua classe, aceita simplesmente o sofrimento causado por outros e pela sociedade. Sua ação é a ausência de ação. É conformista e submisso. A passividade é a marca momentânea da sua personalidade. (EUZÉBIOS FILHO, 2011, p.51).

Neste aspecto, nos discursos das participantes, o sentido produzido por esta ausência de ação é compreendido como falta de vontade ou falta de iniciativa. Esta crença, permeada por uma ideologia que sustenta a estrutura dominante, busca explicar as origens ou causas da manutenção de situações de pobreza a partir da valoração de determinados comportamentos em detrimento de outros. Tais noções reforçam os processos de exclusão e camuflam os efeitos perversos inerentes as políticas neoliberais. Em relação a estas políticas, Alves (2010) aponta para sua utilização como um artefato que “[...] tendem a promover a desigualdade social como virtude de um novo patamar de acumulação e alocação de riqueza” (ALVES, 2010, p.151).

Para Martin-Baró (1998), “[...] el fatalismo es, por ello, una realidade social, externa y objetiva antes de convertir se en una actitud personal, interna y subjetiva.”(p.96) Dessa forma, compreendemos que o fatalismo se caracteriza inicialmente por uma assimilação e internalização do externo, expresso a partir da reprodução de atitudes individuais e subjetivas. Conforme aponta o autor Euzébios Filho (2010), “[...] o sujeito passa a acreditar que os problemas que enfrenta na vida cotidiana resultam de uma incapacidade imanente de um indivíduo, de um grupo ou de um sistema abstrato [...]” (p.50).

Neste sentido, problematizamos a respeito do desenvolvimento das ações teórico-metodológicas realizadas nos CRAS. Analisamos que, ao transformarem o foco das ações psicossociais essencialmente em práticas de orientação, individuais e terapêuticas, tais ações contribuem para legitimar uma compreensão a respeito do sujeito (assujeitado e passivo), como aquele descolado de seu contexto social, que produz e é responsável por seus sucessos

e/ou fracassos, ignorando o processo dialético de contínua construção e desconstrução no fazer-se sujeito e protagonista de sua história.

Nesta perspectiva, as contribuições da Psicologia Comunitária são importantes para refletirmos sobre as práticas psicossociais comunitárias que anseiam promover estratégias emancipadoras e de fortalecimento comunitário. Entendemos que, para superar as relações de dependência e clientelismo, historicamente enraizadas nas práticas assistencialistas, as políticas sociais precisam promover práticas de fortalecimento da comunidade, garantindo que as populações atendidas desenvolvam uma cidadania forte, consciente e crítica. (MONTERO, 2006)

Contudo, ao analisarmos os discursos das participantes das ações dos CRAS do Município de Várzea Paulista, identificamos a presença de concepções que continuam evidenciando crenças disseminadas pela ideologia dominante. Tais características podem ser observadas na seguinte fala: “Aqui é uma ajuda para quem quer ir para frente! Uma ajuda para quem quer ir para frente! Tem gente que não quer, né?” (entrevistada 1)

Esta fala revela a presença de elementos que apontam para uma compreensão pautada na questão da ajuda em detrimento da compreensão dos direitos. Tal fenômeno marca um caráter assistencialista presente na expectativa das participantes em relação ao desenvolvimento das ações na área da assistência social. Além disso, trata-se de uma denúncia daqueles que “não vão para a frente”, justificando a questão da ascensão social como um fenômeno que se atribui a uma atitude individual de cada um.

Euzébios Filho (2010) aponta as tensões e dilemas do cotidiano produzidos por uma necessidade de sobrevivência, de melhoria das condições de vida e do fetichismo da mercadoria²² inerentes à construção de uma consciência que emerge no contexto de uma sociedade capitalista. Neste aspecto, o autor enfatiza as motivações e interesses que atingem a população como um todo, na medida em que vão vivenciando as pressões presentes no dia a dia e a busca por um tipo de “ascensão social”. Tais elementos influenciam todas as classes sociais sob diferentes contornos na perspectiva da lógica vigente.

Vale ressaltar que estes fenômenos se configuram a partir de um processo dialético, que pressupõe uma consciência passível de reprodução e produção da realidade. Euzébios Filho (2010) caracteriza, no contexto em que vivemos, as dificuldades de se constituir uma

²² O autor Euzébios (2010) cita Iasi (2007) para conceituar o fetiche da mercadoria, compreendendo-o como a reificação das relações humanas, ou seja, pressupondo a substituição das características humanas atribuídas às coisas que são consumidas de forma desenfreada e consideradas essenciais na mediação das relações entre os sujeitos. (EUZÉBIOS, 2010, p. 43).

consciência de “classe para si” ²³(EUZÉBIOS FILHO, 2010); esta afirmação pode ser identificada quando Marx analisa que os homens fazem história, mas não nas condições em que gostariam. (MARX, 2001).

Para os autores Marx e Engels os sujeitos apenas conseguem construir conscientemente a realidade quando se apropriam desta realidade “para si”, e é a partir desta condição que conseguem desenvolver suas individualidades, expandir suas singularidades, produzir sentidos que refletem nas relações que estabelecem tanto com a natureza quanto com as relações sociais.

A realidade concreta existe independentemente da consciência dos sujeitos particulares (a consciência “em si” da realidade), mas a ideia do “para si” representa, nesses termos, uma apropriação consciente a partir do que está posto (a consciência “para si” da realidade). (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 37).

Esta possibilidade em se apropriar da realidade de forma consciente, proposta a partir da construção de uma consciência “para si”, também é apontada por Martin-Baró (1998) que analisa algumas estratégias que provocam a ruptura com os processos fatalistas. Para o autor, um dos fatores, refere-se à necessidade de se superar o imediatismo por meio de um resgate da memória histórica pessoal e coletiva.

Sólo em la medida em que las personas y grupos adquieran conciencia sobre sus raíces históricas, sobre todos aquellos hecos y condiciones que han configurado su realidad, podrán situarse en una perspectiva adecuada para evaluar su propia identidad. Saber quién se es supone saber donde se viene y de quién o qué se depende. No hay verdadero conocimiento de sí mismo que no sea un reconocimiento de los propios Orígenes, de la propia identidad comunitaria, de la propia historia. (MARTIN-BARÓ, 1998, p.99).

Respaldados nos estudos desenvolvidos por Martin-Baró (1998), analisamos que a reconstrução da memória histórica contribui para a construção da identidade pessoal e social, propiciando um conhecimento e um reconhecimento de si e de suas origens dentro do processo histórico. Dessa forma, ao superar o imediatismo, possibilita-se uma reflexão crítica a respeito dos fenômenos sociais, contribuindo para a construção de uma identificação pessoal e comunitária comprometida com as classes oprimidas.

Neste sentido, ao analisarmos os discursos:

“[...] para quem se interessa melhora a qualidade de vida, mas tem também os que não se interessam.” (entrevistada 4).

[...] tem uma vizinha minha que fica sentada com um cachimbo na boca, ela fala: ah, quero aprender essas coisas bonitas. Mas ela não levanta da calçada, fica ali [...] e quer aprender, mas num vai atrás? Tem que ir atrás mesmo, senão não vai aprender. (entrevistada 6).

²³ Para maior aprofundamento a respeito do conceito de consciência de classes, ver Engels (1876/2004); Marx (1847/2004); Marx (1852/2003).

Observamos que não há um reconhecimento e uma identificação com aqueles que sofrem o processo de exclusão. Tal interpretação pode ser atribuída a uma lógica individualista e de competitividade inerentes às relações sociais pautadas no sistema capitalista. Neste aspecto, o olhar para o outro, quando há, é de estranhamento e serve para instrumentalizar uma série de justificativas que “explicam”, a partir de uma perspectiva isolada e individual, os processos de desigualdade social.

Para Martin-Baró (1998), outro elemento fundamental que contribui para uma ruptura com os processos fatalistas é a constituição de uma prática de classes. O autor enfatiza que para se romper com um ciclo vicioso de marginalização e de passividade, faz-se necessário o resgate de uma consciência histórica atrelada à busca de uma nova identidade social, além da implantação de práticas comprometidas em beneficiar os interesses das camadas populares.

Neste contexto, compreendemos que para legitimar tal concepção, faz-se necessário desenvolver uma consciência de classe “para si”, propiciando uma análise crítica a respeito da realidade construída. O autor complementa que ao se trabalhar com a organização social das maiorias populares em função de seus interesses, consegue-se superar o individualismo.

Contudo, na prática, é bastante desafiante como Euzébios Filho (2010) ressalta:

É preciso saber quão difícil é para um sujeito posicionar-se criticamente no seu contexto cotidiano e no seu círculo de amigos, em qual o grupo social o sujeito está concreto e emocionalmente implicado, sua história de vida individual, suas análises singulares entrecruzadas, com o contexto concreto em que se vive. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 115).

Deste modo, compreendemos como fundamental o planejamento e a execução das práticas psicossociais comunitárias serem desenvolvidas a partir de uma perspectiva que busca privilegiar processos de conscientização e de desideologização da população atendida. O compromisso ético-político dos agentes externos deve estar alinhado a uma mudança de cultura que enfatize e propicie a participação política da população referenciada aos CRAS, contribuindo para a construção de uma consciência de classe “para si”.

Os discursos nos permitiram perceber que as relações entre as participantes do grupo focal se caracterizam por um envolvimento emocional e racional que contribuiu para vivenciarem trocas mais solidárias entre elas. Entretanto, não identificamos este mesmo envolvimento quando elas se referem a outras pessoas fora deste grupo, como os vizinhos, os conhecidos ou mesmo quando se referem a outros usuários dos CRAS. Neste sentido, podemos dizer que não há uma identificação ou um reconhecimento de classe, mas sim um estranhamento e uma diferenciação que reproduz, a partir de uma perspectiva fatalista, os elementos que constituem e justificam a exclusão e a desigualdade social.

Outro elemento bastante presente nos discursos das participantes é o diálogo que estabelecem com as políticas sociais. Percebemos que a entrevistada 2 está dialogando com o Estado ao afirmar: “Você consegue, você que é a ajuda!” (entrevistada 2).

Podemos analisar que a participante está respondendo à concepção de que com o Estado não se pode contar, afinal, sua intervenção se dá apenas em caráter emergencial ou quando todos os recursos já se esgotaram. Além disso, percebemos que mais uma vez se reforça o discurso da ajuda, ao invés da reivindicação da questão dos direitos. Neste contexto cabe-nos questionar que *você é a ajuda* não pode mais contar com ninguém. Esta perspectiva reafirma a lógica individualista em detrimento do fortalecimento coletivo, que revela que não se pode contar com as relações sociais, reafirmando as características individuais como elementos fortalecedores e emancipadores.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto da Assistência Social, marcada historicamente por concepções de bem-estar e assistencialismo, buscamos refletir a respeito das possibilidades e limitações em se promover, dentro dos CRAS, o desenvolvimento de práticas psicossociais comunitárias que contribuam efetivamente para um processo de fortalecimento e empoderamento da comunidade. Observamos que, embora muito se preconize a respeito dos termos: autonomia, fortalecimento, empoderamento e participação política, pouco se discute a construção de estratégias que efetivamente propiciem o alcance de tais processos.

Ao analisarmos a Política de Proteção Social Básica, expressa em seu documento, observamos que esta privilegia os aspectos individuais em detrimento dos aspectos coletivos, pois ao mesmo tempo em que prevê a implantação de práticas que visam propiciar “fortalecimento comunitário e familiar”, ampliando a possibilidade de ações coletivas e comunitárias, incorpora às ações do CRAS o Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, que pressupõe um olhar “especializado”, enfatizando os aspectos individuais que norteiam a orientação e o acompanhamento das famílias.

Neste sentido, legitima-se o olhar dos especialistas, que se apropriam cada vez mais da busca pela solução dos “males” aos quais são acometidas as famílias contemporâneas. Em contrapartida, a família nunca foi tão estudada e discutida como nos dias atuais: considerada como o foco principal das intervenções junto às políticas sociais, aumenta-se sua responsabilidade em buscar estratégias para superar as situações de vulnerabilidade aos quais está submetida.

Neste contexto, os CRAS buscam ampliar suas ações/intervenções, como observamos no Município de Várzea Paulista, que, ao objetivar uma ruptura com os paradigmas da assistência social até então cristalizados, transformam suas práticas, que essencialmente se caracterizavam por palestras e entregas de benefícios, e se abrem para uma mudança teórico-metodológica que conta com o escopo da Economia Solidária para respaldar as práticas psicossociais comunitárias realizadas nos territórios. Tal afirmação pode ser identificada por meio do discurso da Gestora de Desenvolvimento Social de Várzea Paulista que tece uma crítica sobre a necessidade de mudanças na relação que se estabelece entre os profissionais e a população atendida pela assistência social.

Esta experiência ajuda-nos a refletir a respeito da abrangência de possibilidades que os equipamentos da assistência social, mais especificamente da Proteção Social Básica, têm quanto a possibilidades de criar e desenvolver práticas singulares que contribuam

efetivamente para a produção de processos fortalecedores e emancipatórios. Neste aspecto, corroboramos a proposta de Montero (2006), quando ela enfatiza a importância de se promover um trabalho que proporcione de forma crítica e reflexiva a desnaturalização de noções generalizadas a respeito de uma lógica dominante que pressupõe o pobre como incapaz, preguiçoso, sem vontade de vencer.

Para tanto, o envolvimento e a participação da comunidade no levantamento das próprias demandas e na execução das ações é fundamental. Observamos que prevalece, em muitos Programas e Projetos da área da assistência social, uma perspectiva que conta com a elaboração e a implantação de práticas que se configuram “de cima para baixo”. Compreendemos que muitas vezes esta postura resulta na falta de participação da comunidade, que não se reconhece nas demandas e necessidades trabalhadas em tal processo. Trata-se, dessa forma, de uma prática que naturaliza e dissemina concepções que reforçam a manutenção do *status quo*.

Ao analisarmos o Município de Várzea Paulista, percebemos que os trabalhos ampliaram-se objetivando atender uma concepção que busca resgatar o sujeito, enquanto sujeito de direitos, fomentando a participação popular e incentivando o desenvolvimento local. Esta tentativa pode ser identificada por meio das comissões populares que tinham como finalidade promover uma maior participação e envolvimento da população nas atividades desenvolvidas nos CRAS. Percebemos que embora os profissionais entrevistados apontem para desafios referentes à falta de participação da população, percebemos uma preocupação em fomentar estratégias metodológicas mais participativas.

Outro elemento presente no discurso da Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Social do município é a crítica que tece sobre as práticas enraizadas assistencialistas e clientelistas, denominadas ações socioeducativas, mas que não apresentam uma metodologia clara e definida. Observamos que se oferece, com as atividades socioeducativas, um leque variado de temas a serem trabalhados através de palestras e capacitações profissionais, cujos assuntos são previamente escolhidos ou pela equipe técnica, ou a partir de alguma demanda identificada no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, a equipe técnica (agente externo da comunidade) deve reconhecer não só o caráter político inerente ao papel que desempenha junto à população, mas também reconhecer os reflexos de suas ações/intervenções no desdobramento junto à comunidade. Identificamos que, embora os documentos como o Guia e Parâmetros de Orientações para os Técnicos dos CRAS apontem para a necessidade de um compromisso ético-político comprometido com os oprimidos, observamos que os profissionais também

sofrem as contradições desse processo dialético, imbuídos nesta ideologia dominante. Este sofrimento pode ser percebido quando os profissionais relatam que só há porta de entrada e não há porta de saída para a população atendida nos CRAS. Tal afirmação questiona a efetividade das ações frente à expectativa de um trabalho comprometido com a promoção de processos fortalecedores da população atendida. Ao relatarem o cotidiano do trabalho, apresentam que essencialmente ficam apagando incêndio, ao invés de desenvolverem a prevenção às situações de vulnerabilidade, conforme previsto no documento oficial. Outros desafios puderam ser apontados por meio dos discursos como a deficiência do quadro técnico reduzido e a precariedade das condições de trabalho.

Para tanto, Montero (2006) enfatiza que o papel dos profissionais, nesta perspectiva, não é o de interventor-especialista (alguém de fora que define o que deve e como deve ser feito), mas de um “catalizador” das transformações sociais. A autora analisa que os membros da comunidade, por meio de uma troca contínua e dialógica de conhecimentos participam ativamente do processo de transformação e de empoderamento que pressupõe a existência de recursos e capacidades já desenvolvidos e de outros novos que serão adquiridos.

Complementando esta análise, Martin-Baró (1998) nos faz refletir a respeito do papel dos profissionais que desenvolvem as práticas psicossociais comunitárias. O autor afirma que o agente externo também tem de fazer uma opção histórica, ou seja, identificar-se com as camadas populares e desenvolver ações comprometidas em garantir seus direitos, ou reproduzir a desigualdade social, privilegiando o modo de vida burguês. Neste sentido, Montero (2006) enfatiza:

El carácter político de este proceso reside em que las relaciones de poder producidas por formas participativas democráticas abarcan la organización social, la generación de normas, la distribución de beneficios, la creación, desarrollo y administración de recursos, aplicación de programas públicos de alcance colectivo y to decisiones. Estas manifestacion es residen em la comunidade, que ocupa así um espacio público y fortalece la sociedade civil. (MONTERO, 2006, p.159)

A autora analisa que toda ação comunitária pressupõe a existência de relações de poder, no entanto, ele deve circular pelo grupo, contribuindo para a participação de todos e não reproduzindo o que já se naturalizou na sociedade capitalista vigente, onde o poder estaciona nas mãos de alguns e estes decidem pelo restante.

Na análise desenvolvida ao longo desta pesquisa, discutimos um pouco a respeito dos efeitos ideológicos produzidos por meio das relações de poder sobre aqueles que historicamente são oprimidos. Analisamos que as participantes do grupo focal sentiram-se bastante desconfortável em ter de ocupar o espaço daquelas que falam, que opinam e que

sabem. Neste contexto, para compreendermos sobre tal fenômeno, respaldamo-nos nos estudos desenvolvidos por Martin-Baró (1998) a respeito do fatalismo.

Percebemos que os esquemas fatalistas, expressos através de comportamentos resignados e submissos, nos fornecem elementos que nos ajudam a compreender a naturalização de conceitos que associam as noções de sucesso e/ou fracasso a características internas e subjetivas. Dessa forma, observamos, presentes nos discursos das participantes do grupo focal, afirmações que atribuem ao pobre a responsabilização e a culpabilização pelas condições de vulnerabilidade às quais estão submetidos. Nesta perspectiva, analisamos alguns sentidos que marcam a ideologia dominante pautada na competitividade e no individualismo.

Para promover uma ruptura com os esquemas fatalistas, Martin-Baró (1998) aponta para a importância da implantação de processos de conscientização e de desideologização, a fim de dismantlar noções tidas como verdades naturais e universais. Para tanto, as práticas psicossociais devem superar o imediatismo, buscando promover o resgate da memória histórica e coletiva. Contudo, observamos que a Economia Solidária busca trabalhar com grupos através de oficinas de capacitação profissional a fim de promover uma inclusão produtiva, compreendida como estratégia de enfrentamento as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias inseridas em programas de transferência de renda.

Para tanto, observamos que, embora as participantes tenham se sentido fortalecidas e empoderadas ao vivenciarem esta experiência, elas levantam uma análise onde se sobressaem as seguintes características: a amizade, a sociabilização e o aumento da autoestima, identificadas como os principais benefícios produzidos pelas práticas psicossociais comunitárias desenvolvidas no município de Várzea Paulista. Dessa forma, analisamos que, assim como outros CRAS de diferentes municípios brasileiros, as ações/intervenções privilegiam o foco e o investimento em capacitações profissionais.

Tal constatação é publicada no resultado da pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social (2012), que evidencia um aumento na oferta de capacitações profissionais nos CRAS da região metropolitana de São Paulo. Contudo, ao analisarem sua eficácia e capacidade de transformação na vida das famílias beneficiárias, tal pesquisa revelou que as ações se restringem a iniciativas consideradas insuficientes para a inclusão efetiva no mercado de trabalho.

A análise evidenciou ainda o fato destas práticas não contribuírem para algum tipo de envolvimento comunitário ou social destas famílias participantes, ou seja, a compreensão da superação da situação de vulnerabilidade se reduz a cursos rápidos realizados com foco na colocação no mercado de trabalho. Notadamente, esta compreensão está relacionada à

capacidade ou não de se desenvolver um trabalho formal, não sendo suficiente para construir “outros caminhos de organização e inclusão social”. (Secretaria de Assistência Social, 2012, p. 268).

Em relação aos cursos oferecidos pela Economia Solidária, observamos algumas diferenças significativas na condução dos trabalhos, como a oferta de diversos cursos (levantados a partir das demandas encontradas nos territórios), de forma contínua, com diferentes níveis de aprendizados (do básico ao intermediário), além do acompanhamento da gestão dos negócios durante um período. Tais elementos contribuem para uma inserção produtiva independente do mercado de trabalho formal, criando estratégias para lidar com a questão do desemprego estrutural. Nesta perspectiva, compreendemos tais iniciativas como uma possibilidade de fortalecimento, embora se restrinja à produção de um empoderamento que corresponde à manutenção de práticas neoliberais pautadas na precarização das condições de trabalho.

Portanto realizamos uma análise que aponta para uma interpretação dialética, onde ao mesmo tempo em que se configuram ações que representam um avanço relacionado às práticas assistencialistas e de caráter essencialmente individual, tratam-se de práticas psicossociais que buscam romper com tal paradigma e que promovem ações que privilegiam as dimensões comunitárias e participativas. Além disso, podemos analisar que tais atividades enfatizam as potencialidades das famílias acompanhadas, no entanto, em nossa análise, ainda não são suficientes para promover uma ruptura com os esquemas fatalistas, propiciando apenas uma adaptação através da reprodução do modo de vida hegemônico.

Evidentemente não tivemos a pretensão de esgotar o assunto ou tratar a análise como totalmente consumada, mas acreditamos ter aberto mais uma porta para possíveis pesquisas e tomadas de consciência de um sistema socioeconômico e político que se vê, muitas vezes, enredado em suas próprias teias.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A., SCARPARO, H; GUARESCHI, P. (2012). **A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social.** Revista Psicologia e Sociedade, 24(3), 536-546.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital.** A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2º ed. Londrina: Práxis, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, T.A.M. **O CRAS como estratégia para a efetivação da Proteção Social Básica municipal:** desafios, tensões e direções. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

ANSARA, S. **Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: Uma abordagem psicopolítica.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ANSARA, S; DANTAS, B. S. A. (2010). **Intervenções Psicossociais na Comunidade: Desafios e Práticas.** Revista Psicologia e Sociedade, 22 (1), 95-103.

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. **A especificidade do WelfareState brasileiro.** Cap. III, MPAS, CEPAL, Brasília, 1989.

BOCK, A. M. B. **Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites.** In BOCK A.M.B. (org.) **Psicologia e compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. **Dados Censitários 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 19 ago. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social,** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. DOU, Brasília, DF, 8 dez. de 1993.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento da Assistência Social. **Plano Nacional de Atendimento Integral à Família**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social / Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS** – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social. Brasília, DF, 2006.

_____. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social: 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **CRAS. A Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços. Orientações para gestores e projetistas municipais**, Brasília, DF, nov. de 2009.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009**. DOU, Brasília, DF, 25 nov. de 2009.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria**, Brasília, DF, 2011.

CAMPOS, R. H. de F.(org.)**Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 7º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAMPOS, M. S. P. **Democratização e desigualdade social no Brasil**: notas sobre algumas implicações profissionais. In: Serviço Social e Sociedade, ano XIX, n.57, julho. São Paulo: Cortez Editora, 1998, pp. 9-27.

CAMPOS, M. S. P.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, v. 1, n.1, p. 165-190, jan./jun. 2003.

CAMPOS, M. S. (2004). **Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família – PFF/SP/SP**. In M. B. Wanderley & I. C. Oliveira (Orgs.), *Trabalho com famílias: textos de apoio* (Vol. 2, pp. 23-35). São Paulo: IEE-PUC-SP.

CASTRO, M. S. P. **Implementação da política de assistência social em Mossoró/RN: uma avaliação a partir dos centros de referência de assistência social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COUTO, B.R. YASBEK, M.C. RAICHELIS, R.A **Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: problematizando fundamentos e conceitos.** Texto versão preliminar para o livro. São Paulo, 2010.

COUTO, B.R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Online disponível: www.pol.org.br. 2007.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** São Paulo: Moderna, 1984.

CRUZ, L. & GUARESCHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social. Diálogo com as práticas psicológicas.** Petrópolis: Vozes, 2010.

DANTAS, B. A. S. **Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

DEMO, P. **Charme da exclusão social.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DEGENSZAJN, R. R. **SUAS: configurando eixos de mudança.** Em: caderno SUAS – caderno 1. São Paulo: IEE/PUC – SP, 2004.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias.** 2 ed. Rio de Janeiro: editora Graal, 1986.

DRAIBE, S. **A natureza do Estado capitalista e das políticas públicas.** In: Estado sem cidadãos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

EUZÉBIOS FILHO, A. **Psicologia e desigualdade social.** Um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda. Curitiba: JuruáEditora, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundations of postindustrial economies**. London: Oxford University, 1999.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2008.

FIDELIS, S. S. dos S. **O processo de implementação e implantação dos CRAS em municípios da região oeste do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo, 2009.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. (8ª ed). Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LIMA, E. S. **Ações Socioeducativas na Política Nacional de Assistência Social: Uma Análise sobre a concepção e a operacionalização no Município de Londrina – PR**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social e Política Social. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

LIMA, R. E. **O programa de atenção integral à família no contexto de implementação do sistema único de assistência social: um estudo de caso do primeiro CRAS de Caucaia/CE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2009.

LIMA, A. P. S. **CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: Expressão Real da Política Nacional de Assistência Social de 2004**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

LUCA, T. R. **Trabalhadores. Direitos Sociais no Brasil.** In: PINSKY, J. et al (orgs). **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

MARIANO, S. A. **Feminismo, Estado e proteção social: a cidadania das mulheres pobres.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2008.

MARTIN-BARÓ, I. **Psicología de La Libración.** Madrid: Trotta, 1998.

MARTINS, M. L. P. **O processo de implantação de CRAS na região da Amepar: refletindo sobre os caminhos da mudança.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.

MARX, K. **Miséria da Filosofia** (Tradução de Paulo Ferreira Leite). São Paulo: Centauro, 1847/2001.

MEYER, KLEIN; FERNANDES. **Noções de Família em políticas de “incluso social no Brasil contemporâneo.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20 (2):433-449 maio-agosto/2012.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, R. C. T. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis.** *Cadernos CEAD*, Brasília, UNB, mod. 04, 2000.

MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar.** In M. A. Sales, M. C. Matos; M. C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 43-59). São Paulo: Cortez, 2006.

MONTERO, M. **Teoria y Practica de La Psicologia Comunitária.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTERO, M. **Introduction a La Psicologia Comunitária: Desarrollo, conceptos y procesos.** Buenos Aires: Paidós, 2004.

NETTO, J. P. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Em Pauta, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie.** In III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie. Serpa, 2010.

NETO, J. C. S. **De Menor a Cidadão: Filantropia, Genocídio, Políticas Assistenciais.** São Paulo: Cortez, 1993.

NERY, V. B. **O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – Saberes e direitos em questão.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NEIVA, K. M. C. **Intervenção psicossocial.** Aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010.

NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECOSOL (organização). **Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública.** São Paulo: NESOL – USP, 2013.

OLIVEIRA, C. T. **Política de atenção à família:** uma análise do centro de referência de assistência social de Guaraciaba/ MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2000.

PEREIRA, E. T. **A cidadania como participação.** In PEREIRA, E. T. (orgs); Cidadania na Cidade(pp.9-16) Holambra: Editora Setembro, 2013.

POVOA, G. A. et al. **Política de desenvolvimento social em Várzea Paulista: inclusão social, produtiva e participação cidadã.** In PEREIRA, E. T. (orgs); Cidadania na Cidade(pp. 73-112) Holambra: Editora Setembro, 2013.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. pp. 200 -212.

RANGEL, E. de F. **A implementação e implantação dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de São José dos Campos:** um estudo do CRAS Eugênio de Melo. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

REIS, J. R. T. **Família, emoção e ideologia.** In LANE, S. Psicologia social: o homem em movimento. (pp. 99- 123) São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROMANO, J. O. & ANTUNES, M. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ActionAid (org.). **Empoderamento e direitos no combate a pobreza.** Disponível em: www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/Empoderamento.pdf Acesso em 19 de fevereiro de 2013.p.09-20.

SANTOS, B. V. **Da Ideia da Universidade a Universidade de Ideias.** Revista Crítica Ciências Sociais, 1989, p.27-28.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. 2 ed. Revista atual. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

SARACENO, C. **Sociologia da família.** Lisboa: editorial presença, 1992.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Avaliação de Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferência de Renda e Complementares na Região Metropolitana de São Paulo: estudos quantitativo e qualitativo.** São Paulo: Secretaria e Desenvolvimento Social, 2012.

SCARPARO, H. (org). **Psicologia e Pesquisa, perspectivas metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2000.

SPOSATI, A. O. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. O. **A assistência social brasileira: descentralização e municipalização.** São Paulo: Educ, 1990.

SOUZA, C. G. **Empoderamento: possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa – PR.** Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social:** elementos para sua reconstrução em bases críticas. Serviço Social Revista, Londrina, v.13, n.1, p. 4-23, jul/dez, 2010.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THERBORN, G. **European Modernity and Beyond the trajectory of European Societies, 1945-2000.** London: Sage.

YAMAMOTO, O. **Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”:** perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Revista Psicologia e Sociedade*, v.19, 30-37, n.1. Porto Alegre. Jan. a abril. 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime, OLIVEIRA, Isabel Fernandes de (2010). **Política Social e Psicologia:** Uma Trajetória de 25 anos. *Revista Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R, et al (orgs). **Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil.** Rio de Janeiro: IUEPRJ, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Entrevista com Giany Pova – Gestora de Desenvolvimento Social de Várzea Paulista.

- 1 – Quantos Cras têm aqui no Município de Várzea Paulista?
- 2– Em que período se realizou a implantação dos CRAS aqui?
- 3- E como você avalia este processo, foi fácil, não foi...
- 4- Quais são os profissionais que compõem as equipes técnicas dos CRAS?
- 5- Como se dá o acompanhamento das famílias inseridas no PAIF?
- 6- Como são desenvolvidos os trabalhos psicossociais com a comunidade? Que acho que é um pouco do que você já trouxe, tem mais coisas a acrescentar?
- 7- Existe um aporte teórico-metodológico específico nos CRAS? Vocês chegaram a discutir nas equipes uma padronização de formas de intervenção?
- 8- Qual é o papel dos psicólogos nos CRAS?
- 9- No site da Prefeitura de Várzea se enfatiza a questão da participação popular, como que os CRAS conseguem promover isso?
- 10 – Na sua avaliação os CRAS conseguem promover a autonomia e o protagonismo às famílias acompanhadas? Utiliza-se bastante dentro da Política o termo autonomia e protagonismo, na sua avaliação, você acha que a prática acompanha isso?
- 11- Na sua avaliação quais são os principais limites para o desenvolvimento dos trabalhos nos CRAS?
- 12- Com a sua experiência prática na área da Assistência Social você consegue identificar possibilidades de atuação que promovam uma prevenção das situações de vulnerabilidade, se sim, teria algum exemplo para descrever isso?

APÊNDICE II - Roteiro de Entrevistas com os Técnicos dos CRAS

- 1- Qual é sua formação?
- 2- Há quanto tempo atua em um CRAS? Qual função que exerce?
- 3- Na sua concepção, o que se propõem o CRAS? Você acha que ele promove autonomia aos usuários?
- 4- Como se dão as práticas psicossociais realizadas com as famílias? As famílias vêm até o serviço ou há trabalhos em que vocês se deslocam até elas?
- 5- Quem são esses usuários que atendem?
- 6- O que fazer para tirá-los desse lugar de dependência dos benefícios da assistência social? O CRAS possui alguma estratégia?
- 7- O CRAS consegue trabalhar com prevenção a situações de vulnerabilidade?
- 8- Na sua formação você teve oportunidade de estudar políticas públicas? Você teve oportunidade de estagiar nesta realidade?
- 9- No seu ponto de vista, como sua formação pode contribuir com as práticas do CRAS?
- 10- Você se identifica como um executor de uma política pública? A partir desta experiência como você compreende a política pública?
- 11- Você acha importante a participação política das famílias? Na sua prática cotidiana você incentiva isso? Como?
- 12- Você acha que as mudanças impactam no que já foi construído? Quais são suas expectativas?

APÊNDICE III – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL.

1 – INTRODUÇÃO

- 1.1 - Objetivo da pesquisa;
- 1.2 - Recorte temporal;
- 1.3 - Recorte territorial;
- 1.4 - Termo de consentimento.

2 – DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS

- 1- Como você chegou até as oficinas?
- 2- Conte-me um pouco como eram as atividades de vocês?
- 3- Na sua opinião, para que serve o CRAS)?
- 4- Como era a sua participação nas ações do CRAS?
- 4.1- Quais eram as ações desenvolvidas pelo CRAS?
- 4.2- Em quais ações você participava?
- 4.3- Na sua opinião, o que o CRAS proporcionava para a população?
- 5- Quais as mudanças que a sua participação nas oficinas e/ou atividades provocou na sua vida
- 6- O que te motiva a participar das atividades do CRAS?
- 7- Como foi a experiência do Armazém do Cidadão?
- 8- Como você sentiu a mudança da entrega de cesta básica para os alimentos nas prateleiras?
- 9 - E hoje como você vê o trabalho realizado pelo CRAS?
- 10- Quais mudanças você percebe no trabalho desenvolvido pelo CRAS hoje?
- 11- Quais foram os maiores aprendizados desta experiência?